



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**A ABSTENÇÃO ELEITORAL EM PORTUGAL NAS
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS, PRESIDENCIAIS E
EUROPEIAS, DOS ÚLTIMOS 40 ANOS**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais

Por

Lurdes Viana Carvalho

Instituto de Estudos Políticos

Junho, 2017



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**A ABSTENÇÃO ELEITORAL EM PORTUGAL NAS
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS, PRESIDENCIAIS E
EUROPEIAS, DOS ÚLTIMOS 40 ANOS**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais

Por

Lurdes Viana Carvalho

Sob orientação do Professor Doutor Manuel Braga da Cruz

Instituto de Estudos Políticos

Junho, 2017

Resumo

Esta tese tem por objeto de estudo a abstenção eleitoral em Portugal, nas eleições legislativas, presidenciais e europeias nos últimos quarenta anos.

São vários os modelos teóricos existentes para explicar a abstenção eleitoral, desde o modelo de Michigan, ao modelo de Columbia, passando pela teoria racional, e pela teoria da integração social de forma a apresentar as diferentes interpretações e explicações da participação eleitoral.

As taxas de abstenção nas eleições legislativas, presidenciais e europeias nos últimos quarenta anos em Portugal não têm cessado de crescer apesar de se ter já detetado que o abstencionismo técnico é um fator com grande peso nestes resultados.

Quando comparadas com as taxas de abstenção de outros países europeus, que também crescem, desde a década de 90 do século XX, verifica-se que o crescimento da abstenção em Portugal é mais acentuado ainda.

São vários os fatores que poderão influenciar o fenómeno da abstenção, o sistema político, o sistema eleitoral, o sistema partidário e a importância das eleições.

Considerando os possíveis efeitos da abstenção no sistema político e na democracia, a abstenção eleitoral não colocará em risco a legitimidade da democracia uma vez que é expectável que exista sempre uma percentagem residual de abstenção como condição de normalização do sistema de democracia representativa.

Palavras – chave: abstenção eleitoral; participação eleitoral; voto; sistema político e sistema eleitoral.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Abstract

This thesis aims to study the electoral absenteeism in Portugal, in the legislative, presidential and European elections in the last forty years.

There are several theoretical models to explain electoral abstention, from the Michigan model, Columbia's model, rational theory, and social integration theory, to present different interpretations and explanations of electoral participation.

Abstention rates in the legislative, presidential and European elections in the last forty years in Portugal have not ceased to grow despite the fact that technical abstentions' has already been found to be a factor with great weight in these results.

When compared with the abstention rates of other European countries, which also grow, since the 90's of the twentieth century, it is verified that the growth of abstention in Portugal is even more pronounced.

There are several factors that can influence this phenomenon the political system, the electoral system, the party system and the importance of the elections.

Considering the possible effects of abstention on the political system and on democracy, electoral abstention will not jeopardize the legitimacy of democracy since it is expected that there will always be a residual percentage of abstention as a condition for the normalization of the representative democracy system.

Key-words: electoral abstention; Electoral participation; vote; political system and electoral system.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Lisboa

Junho 2017

Agradecimentos

A investigação científica é um caminho fascinante e vasto, em busca do conhecimento, é uma entrega quase total, acompanhada de muito isolamento por parte do investigador.

Esta dissertação só foi possível concluir com a ajuda incondicional da rede familiar, profissional e social mais próxima.

Cabe-me agradecer especialmente ao Professor Doutor Manuel Braga da Cruz, que aceitou ser meu orientador. E, pela sua orientação estimulante, paciente e exigente, fez com que este trabalho se concluísse.

Agradeço, ainda, todo o apoio dos técnicos do INE, UCP, CESOP e do CNE.

Um agradecimento muito especial ao meu marido, pela paciência e incentivo que me deu, no decurso desta etapa.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Índice

| | |
|--|-----|
| Resumo..... | 2 |
| Abstract | 3 |
| Agradecimentos..... | 4 |
| Introdução | 6 |
| 1 – Participação eleitoral e abstenção eleitoral (votos brancos e nulos) | 9 |
| 2– A abstenção eleitoral em Portugal..... | 23 |
| a) Eleições Legislativas..... | 23 |
| b) Eleições Presidenciais | 46 |
| c) Eleições Europeias. | 51 |
| 3 - Abstencionismo técnico e real. | 56 |
| 4 - Análise comparada da Abstenção (comparação europeia)..... | 64 |
| 5 - Explicação da Abstenção | 73 |
| a) Sistema político | 73 |
| b) Sistema Eleitoral | 74 |
| c) Partidos e sistema de partidos | 77 |
| d) Importância das Eleições..... | 92 |
| 6 - Efeitos da abstenção eleitoral no sistema político e na democracia..... | 96 |
| Conclusões | 116 |
| Referências Bibliográficas | 123 |

Introdução

O propósito desta investigação visa estudar o “fenómeno” da abstenção eleitoral registada nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias nos últimos quarenta anos, em Portugal, de forma a clarificar as orientações que sustentam este comportamento dos cidadãos.

Votar é uma condição fundamental da democracia, de que Portugal é exemplo. Votar é também um direito de participação na vida política. O ato de votar é o meio pelo qual os cidadãos participam no sistema político, sendo mesmo, para a maioria dos eleitores, a única forma de participação política.

É, também, na arena eleitoral que se decidem as orientações do sistema político, pelo que, é necessário contextualizar cada eleição de forma a se poderem retirar ilações.

É imprescindível analisar o comportamento dos eleitores que optam por se abster, ou seja, as razões de se manterem à margem do sistema político, tal como é também essencial estudar o significado dos votos nulos e brancos, que têm um significado diferente do ato de se abster por completo nas eleições.

Um dos objetivos deste estudo é tentar definir um perfil do eleitorado abstencionista. Tradicionalmente, os abstencionistas têm sido caracterizados como eleitores que estão alheados dos partidos, das instituições, distanciados do sistema político, com poucos recursos socioeconómicos, demonstrando apatia em relação à política. Cabe analisar se estas características continuam a explicar o comportamento dos abstencionistas.

Outro objetivo é estudar se os fatores sistémicos ou contextuais, como os incentivos institucionais, de que é exemplo o voto obrigatório, ou os vínculos entre os eleitores e os partidos ou a natureza das eleições, têm impacto sobre a taxa de abstenção.

O objetivo principal desta dissertação é dar resposta à questão: **A abstenção eleitoral coloca em risco a legitimidade da democracia?**

Se numa democracia votar é condição fundamental de participação política, o aumento da abstenção, expressa nas taxas de abstenção e nos votos nulos e brancos, poderá colocar em causa a legitimidade da democracia, na medida em que só uma parte do eleitorado participa no processo que representa a essência do sistema democrático, que são as eleições.

Para isso, esta tese está estruturada em seis capítulos: o primeiro capítulo analisará as hipóteses teóricas que explicam a abstenção eleitoral, ou seja, a questão da participação eleitoral, explicada pelas várias teorias do voto e algumas conclusões de estudos conhecidos bem como analisa os votos brancos e nulos nas eleições legislativas, presidenciais e europeias.

No segundo capítulo, pretende-se analisar as taxas de abstenção/participação eleitoral, tomando como base aspetos como a sua dimensão e evolução nas várias eleições.

No terceiro capítulo será analisado o abstencionismo técnico e seu impacto no estudo da abstenção eleitoral.

No quarto capítulo é feita uma análise comparativa no âmbito europeu de forma a poder constatar se se trata de um fenómeno meramente português ou se é transversal a vários países.

No quinto capítulo são estudadas as explicações para o fenómeno da abstenção.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

E por último no sexto capítulo serão analisados os efeitos da abstenção no sistema político, mais propriamente na democracia representativa, bem como a resposta à questão levantada nesta investigação.

Esta dissertação vai basear-se em estatísticas publicadas pela Comissão Nacional de Eleições, dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística. Recorreremos a alguns estudos feitos por outros autores e dados do “euro barómetro”. As taxas de abstenção referem-se aos resultados eleitorais.

1 – Participação eleitoral e abstenção eleitoral (votos brancos e nulos)

Votar é uma condição necessária da democracia, e sendo o voto um direito cívico e fundamental de participação na vida política, é também a “forma encontrada pelos regimes democráticos para os cidadãos exprimirem as suas escolhas políticas, sociais ou morais.”¹ . É sobre esta forma de participação política que este estudo se vai debruçar.

A participação eleitoral é um exercício voluntário pelo qual os elementos de uma sociedade escolhem os seus governantes e formam a opinião pública, sendo, por sua vez, a abstenção o procedimento oposto à participação eleitoral, podendo ser também conotada como renúncia ao exercício de direitos políticos.

É relevante também distinguir uma abstenção voluntária de uma abstenção apática. Falamos de abstenção voluntária quando o eleitor decide não votar por alguma razão, isto é, o cidadão toma deliberadamente a decisão de não votar, recorrendo, por vezes, ao voto nulo ou branco, ou mesmo não comparecendo às urnas. A abstenção é apática quando o eleitor adota um comportamento indiferente perante o cenário político, não fazendo o mínimo esforço para votar ou mesmo praticar outra forma de participação política.

Só na segunda metade do século XX é que o estudo sobre o comportamento eleitoral se desenvolveu, tendo como pioneiras as Universidades americanas de Columbia e Michigan, utilizando sondagens e estudos de amostragem que proporcionaram o estudo do comportamento dos eleitores.

Vamos dar mais destaque nesta tese a três teorias: o modelo de Columbia, o modelo de Michigan e a teoria racional de Anthony Downs.

¹ <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/o-voto/o-voto.aspx>, 15/1/2017.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

O modelo de Columbia, que foi liderado por Paul Lazarsfeld², destacou a influência dos fatores sociais como as relações familiares e sociais, para a explicação da participação eleitoral, na medida em que o sentido do voto e a participação do cidadão variam em função das suas relações familiares e sociais, do acesso à informação e da sua ocupação profissional. Quanto maior for a ligação entre as forças sociais e o indivíduo, maior será a sua socialização política ou politização.

Nesta escola, a tónica assenta na integração social como o fator que melhor explica o comportamento eleitoral, uma vez que sublinha a importância do *status* socioeconómico, o estado civil e a estabilidade de residência, que são fatores que facilitam o acesso à informação e à cultura, tornando o indivíduo mais integrado politicamente, o que faz com ele seja mais influenciado e como tal, isso se repercute na sua participação eleitoral.

Apesar do voto ser individual, são as características sociais que determinam as escolhas políticas, pois o indivíduo, ao viver em sociedade, estabelece relações interpessoais nos grupos a que pertence, como a família, os amigos, os partidos, etc., que por sua vez vão influenciar as suas preferências políticas. Assim sendo, a ação individual deriva da integração social.

A Escola de Michigan³, criada por um grupo de investigadores da Universidade de Michigan, liderado por Angus Campbell, nos EUA nos finais dos anos 50, explica o comportamento eleitoral pela identificação partidária, na medida que esta cria uma “ligação psicológica e estável” entre os eleitores e os partidos.⁴

² P. F LAZARFELD, B. BERELSON & H. GAUDET, *The People's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*, Columbia University Press, New York, 1944/1968.

Este livro tornou-se numa referência importante para os estudos posteriores sobre o comportamento eleitoral.

³ A. CAMPBELL CONVERSE, P. E. Miller, W. E. & STOKES, D. E., *The american voter*, Willey, New York, 1960.

⁴ Estes estudos distinguiram-se do modelo de Columbia na medida em que recorreram a amostras de âmbito nacional e fizeram o enquadramento teórico nas áreas da sociologia e psicologia (refira-se os estudos precedentes de Campbell e Kahn 1952 e Campbell 1954, onde analisaram as eleições norte americanas de 1948 e 1952 respetivamente).

Esta escola criou uma nova perspectiva de análise para o comportamento eleitoral. Esta perspectiva considera três variáveis que utiliza para analisar o voto dos eleitores: a identidade partidária, as opiniões sobre assuntos políticos e a imagem dos candidatos que influenciam o voto. A identidade partidária tem um valor crucial neste triângulo, na medida em que consiste numa ligação relativamente estável do eleitor com o mundo da política e tende a condensar as preferências do eleitor, e as suas perceções sobre a mesma.⁵ Esta identidade contém um fator psicológico, não sendo completamente racional. Desenvolve-se ao longo do tempo e é fruto da educação que o indivíduo recebe desde a sua infância, derivada da interação do eleitor com a política.

Este modelo assenta nas decisões dos eleitores que são explicadas em termos de atitudes políticas a longo prazo, como o compromisso psicológico com a política, a responsabilidade, o dever cívico, e a identidade partidária. Não basta a simples filiação partidária ou a sua militância, até porque o eleitor, apesar de ser filiado num partido, pode votar noutro em determinadas eleições, por estratégia. O indivíduo avalia os candidatos, os temas das campanhas e as condições económicas e políticas para decidir o seu voto.

Campbell, considera que “a identificação partidária tem um impacto mobilizador, pois quanto mais forte é essa identificação maior é o envolvimento político dos cidadãos e maior é a sua propensão para votar”.⁶

⁵ E. BALBACHEVSKY; D. O. HOLZHACKER, *Identidade, oposição e pragmatismo*, o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições.

Opinião Pública, Campinas, Unicamp/Cesop, v.10, n.2, 2004, pag.243.

⁶ A. CAMPBELL, *The american voter*, pag. 96.

Contudo, Campbell entende que a identificação partidária não consegue motivar a escolha do voto do eleitor, mas sim identificar os temas que o indivíduo considera relevantes para o partido.

Em suma, este modelo assenta no estudo das atitudes políticas dos eleitores a longo prazo, como o compromisso com a política, o dever cívico, a identidade partidária e a responsabilidade. Realça-se a tónica dada à identidade partidária, uma vez que é resultante de uma lealdade adquirida e estável em relação a um partido ao longo dos anos e que se torna mais relevante na decisão do voto e na sua escolha.

A teoria da escolha racional, que tem contribuído para a explicação do comportamento eleitoral, foi inicialmente desenvolvida por Anthony Downs. Este autor explica o comportamento dos eleitores com base em teorias da racionalidade económica formal.

Downs faz uma analogia entre o mercado económico e o mercado político, na medida em que parte da premissa de que o homem racional, desde que os benefícios superem os custos, opta por votar. A preocupação principal do eleitor reside na atuação dos governos, na avaliação que este faz dos seus governantes, e o voto exprime uma recompensa ou punição às políticas seguidas e praticadas pelos executivos.

No modelo defendido por Downs, a decisão do voto é expressa como o produto da ação racional individual, numa ótica calculista de interesse pessoal, tendo em vista maximizar o ganho. Assim, a participação nas eleições ocorre somente se os benefícios esperados forem superiores aos custos do voto.⁷

O ato de votar é concebido como tendo benefícios e custos associados. A obtenção da informação para se tomar uma decisão, a própria inscrição nos cadernos eleitorais, e a

⁷ Cf. A. DOWNS, *Uma teoria econômica da democracia*, Edusp, São Paulo, 2000, pag. 279.

deslocação às secções de voto, são considerados custos para o eleitor. Ora, o eleitor, na perspetiva desta teoria, abstém-se, sempre que os custos forem superiores aos benefícios que retira em votar.

Como benefícios que o eleitor perspetivou ter com o seu voto, podemos apontar a concretização das suas políticas preferidas e a possibilidade de viver em democracia, preservando a sua liberdade.

Contudo, deparamo-nos perante um “paradoxo” no modelo de Downs, na medida em que sendo os custos superiores aos benefícios há, mesmo assim, eleitores que votam, o que prova que esta teoria não é por si só suficiente para explicar a participação eleitoral bem como a abstenção.

Outros modelos têm sido considerados para a explicação do comportamento eleitoral.

O modelo comunitário, que defende a tese de que a participação eleitoral é resultado da integração social e dos laços que o indivíduo consegue criar na sua comunidade. Estabelece uma relação entre a dimensão da comunidade e a integração do cidadão: quanto maior for a comunidade mais difícil será criar laços.⁸

Por exemplo, na cidade o indivíduo tem maior anonimato do que nos meios rurais, na medida em que é menos conhecido do que num meio mais pequeno. A probabilidade de um indivíduo estar mais integrado num meio mais pequeno é maior do que num meio urbano.

A teoria participativa defende que o ato de votar não é a única forma de participar e de garantir a democracia. São necessários outros compromissos por parte do cidadão como, por exemplo, filiar-se num partido, fazer parte de uma organização ou associação, ter uma participação mais ativa e mais extensiva, não se limitando apenas ao simples ato de votar.

⁸ R. DAHL, “The city in the Future of Democracy”, *American Political Science Review* 61, 1967, pp.958-970.

O modelo dos recursos económicos defende que os cidadãos com maiores níveis de educação participam mais e estão mais interessados na política, percebendo melhor a importância das respetivas eleições.⁹

É de reconhecer que todas estas correntes teóricas têm dado o seu contributo para explicar o voto dos cidadãos ou mais propriamente para melhor se compreender o comportamento eleitoral.

Verba e Nie,¹⁰ por seu turno, defendem que as diferentes formas de participação política têm de ser analisadas com base em quatro dimensões:

- 1- O tipo de influência exercida, (comparativamente a outras formas de participação, a votação é sem dúvida a que exerce um maior grau de pressão sobre as elites, na medida em que aquela define se as elites se mantêm no poder ou não). A votação é assim a forma de participação mais importante para os políticos, e com a qual se preocupam mais, em virtude de ser através dela que conseguem ser eleitos.
- 2- O alcance do resultado; este abrange todo o eleitorado pois todos os eleitores são chamados a votar. Quanto maior for o alcance do resultado de uma participação mais provável será que o assunto contenha visões e interesses opostos e, por consequência, crie conflitos nas posições encontradas;
- 3- Quando decidimos votar, optamos por determinado partido ou candidato. O facto de o voto ser secreto evita conflitos.

⁹ M.JUSTEL, *La abstención en España 1977-1993*, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 1995, (de agora em diante, nome do autor, título e pag.).

¹⁰ S. VERBA Y N. NIE, *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, Harper & Row, Nueva York, 1972, cap.3 e 4.

4- A votação requer pouco tempo por parte do eleitor. Este tem de ter habilidade e iniciativa mas não dispensa muito tempo com isso, uma vez que se limita a seguir as regras que lhe são impostas. A maior iniciativa parte das elites políticas ou das próprias regras institucionais, e não do próprio eleitor.

O voto é, assim, a forma de participação mais importante, acessível a todos, e a forma mais direta na medida em que produz os resultados mais imediatos no sistema político. Contudo, existem outras formas de participação política como a filiação nos partidos, ser membro de associações, participação em campanhas eleitorais, exercício de cargos públicos ou políticos, protestos etc.

Rokkan¹¹, defendia que a votação era a única forma de participação política e mais completa, na medida em que reunia três condições: universalidade do acesso, igualdade de influência e o carácter individual e irresponsável. Nesta definição conseguem-se integrar todos os cidadãos no sistema político, reduzindo as desigualdades e gerando legitimidade. De facto, parece-nos que é a mais completa, é a forma em que todos são chamados a participar, o peso de cada voto é o mesmo, é individual e por vezes pode ser irresponsável se não for refletido.

É consensual que o voto é a forma mais importante de participação política. Importa, agora, desenvolver e caracterizar a composição dos eleitores portugueses de forma a podermos perceber as razões que levam uma percentagem de cidadãos a abster--se desta forma de participação.

Há vários estudos feitos por autores estrangeiros, que definem que os eleitores abstencionistas são indivíduos de menores recursos.¹²

¹¹ S. ROKKAN, "Mass Suffrage, Secret Voting and Political Participation", *European Journal of Sociology* 2, 1961, pg. 351-357.

¹² G. ALMOND Y S. VERBA, *The Civic Culture*, Princeton University Press, Princeton, 1963.

Há autores¹³ que em tempos defenderam que a abstenção também se explicava como o resultado de menor competência política ou fraca integração dos cidadãos relativamente às instituições e aos processos democráticos, ou seja, os eleitores que se abstinham eram aqueles que menos integrados estavam na sociedade e que, o facto de reconhecerem fraca competência ou mesmo incompetência aos governantes e instituições, era justificação para se absterem.

Outras correntes são defendidas no sentido do fenómeno abstenção estar ligado ou ser derivado de fatores de carácter estrutural.¹⁴ O abstencionismo pode ser conjuntural quando resulta de determinadas circunstâncias, ou estrutural quando deriva de fatores de maior constância.

Votos brancos e nulos.

Até ao momento, descrevemos a abstenção propriamente dita sem considerar o papel atribuído aos votos brancos e nulos. Segue-se uma análise mais específica destes votos, na medida em que esta abstenção poderá ter outros significados, desde logo porque o eleitor se desloca às urnas para exercer o seu direito cívico.

Antes de mais, importa distinguir um voto branco de um voto nulo.

Um voto branco é aquele em que o eleitor se recusa a assinalar o que quer que seja, entregando o papel em branco. Um voto nulo é aquele em que o eleitor invalidou o seu voto,

¹³ P. BOURDIEU, Questions de politique, *In Actes de la recherches en sciences sociales*, 16, 1977, pp.55-59.
H.E. BRADY, Beyond SES: "A resource model of political participation", in *American Political Science Review*, 89, pp 271-295.

¹⁴ M. JUSTEL, *La abstencion en España 1977-1993*, pag.46.

isto é, escrevendo ou riscando no boletim, assinalando mais do que uma hipótese, escrevendo fora do espaço etc., tudo que o possa inviabilizar.

O voto só é válido desde que seja feita a colocação de uma cruz numa das opções e dentro do referido espaço.

Quer o voto nulo, quer o voto em branco definem uma abstenção diferente da abstenção propriamente dita, na medida em que o eleitor que se abstém por completo, não comparece às urnas, mas o eleitor que opta pelo voto em branco ou nulo, toma a decisão de se deslocar para votar, mesmo inviabilizando o seu voto.

Robert K. Merton¹⁵ defende que existe uma faixa de abstencionismo crónico, isto é, o abstencionista crónico é aquele que está inadaptado socialmente, está na sociedade mas não se sente integrado, tendo, assim, uma inadaptação extrema e constante à participação eleitoral.

Existe também a figura do abstencionista rebelde, que é aquele que vota conscientemente contra o sistema, através do voto nulo ou branco.

Passemos a uma análise dos votos brancos e nulos nas eleições legislativas.

De acordo com os dados do quadro 1 abaixo, verificamos que os votos brancos seguem uma tendência alternada: ora aumentam ora diminuem. Nas eleições de 1980, 1991, 1995, 2002, 2009 diminuiu a sua percentagem, nas eleições de 1983, 1985, 1987, 1999, 2005 e 2011 aumentou. O seu maior aumento deu-se em 2011 no total de 0,92% face a 2009. Poder-se-á associar a uma eventual indecisão sobre quem escolher ou ainda a uma notória insatisfação.

¹⁵ R.K. MERTON & A.S. KITT , Contribution to the theory of reference group behaviour, In R. K. Merton & P. F. Lazarsfeld, *Continuities in social research, studies in the scope and method of the "The American Soldier"*, Glencoe, IL, Free Press, 1950, pg.40-105.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Quadro 1- Votos brancos e nulos nas eleições legislativas de 1976 a 2015

| Votos | | |
|-------|--------|-------|
| Ano | Branco | Nulo |
| 1976 | | 4,70% |
| 1979 | 0,71% | 2,01% |
| 1980 | 0,57% | 1,71% |
| 1983 | 0,74% | 1,83% |
| 1985 | 0,84% | 1,67% |
| 1987 | 0,88% | 1,29% |
| 1991 | 0,83% | 1,10% |
| 1995 | 0,78% | 1,14% |
| 1999 | 1,05% | 0,95% |
| 2002 | 1,01% | 0,96% |
| 2005 | 1,80% | 1,14% |
| 2009 | 1,74% | 1,35% |
| 2011 | 2,66% | 1,42% |
| 2015 | 2,09% | 1,65% |

Fonte: Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Legislativas publicados pela CNE, (www.cne.pt).

Os votos nulos na década de 70 até 80, do século XX, registaram um decréscimo e, em 1983, voltaram a subir ligeiramente. Em 1985, voltaram a descer mantendo uma tendência de decréscimo até 1991. Em 1995 registaram um aumento de 0,04%. Em 1999 desceram e em 2002, voltaram a subir 0,01%. De 2002 até 2015 mantiveram um ligeiro crescimento.

Estes votos poderão associar-se a uma certa revolta ou desinteresse por parte de quem procede desta forma, podendo, também, ser considerado voto de protesto.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Convém realçar que as maiores taxas de votos brancos e nulos não se registam nas grandes cidades como Porto ou Lisboa, mas sim em cidades do interior.¹⁶

Passemos à análise dos votos Brancos e Nulos nas eleições Presidenciais:

Quadro 2- Votos brancos e nulos nas eleições Presidenciais de 1976 a 2011

| Ano | | Branco | Nulos |
|------|----------|--------|-------|
| 1976 | | 0,41% | 0,88% |
| 1980 | | 0,27% | 0,75% |
| 1986 | 1ª Volta | 0,30% | 0,80% |
| | 2ª Volta | 0,34% | 0,57% |
| 1991 | | 2,20% | 1,33% |
| 1996 | | 1,10% | 1,20% |
| 2001 | | 1,85% | 1,02% |
| 2006 | | 1,06% | 0,77% |
| 2011 | | 4,28% | 1,90% |

Fonte: Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Legislativas publicados pela CNE,(www.cne.pt).

As taxas de votos brancos é baixa com exceção da registada nos anos de 1991, 2001 e 2011 onde se verifica o seu maior aumento. Os votos nulos registam taxas inferiores aos brancos.

O crescimento maior de ambos os votos deu-se de 2006 para 2011.

¹⁶ Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Legislativas publicados pela CNE.
www.cne.pt.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Por último passemos à análise dos votos brancos e nulos nas eleições Europeias.

Quadro 3- Votos brancos e nulos nas eleições Europeias de 1987 a 2014

| Ano | Branco | Nulos |
|------|--------|-------|
| 1987 | 1,21% | 1,31% |
| 1989 | 1,59% | 1,48% |
| 1994 | 1,60% | 1,48% |
| 1999 | 1,82% | 1,43% |
| 2004 | 2,56% | 1,38% |
| 2009 | 4,64% | 1,95% |
| 2014 | 4,38% | 3,03% |

Fonte: Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Legislativas publicados pela CNE, (www.cne.pt).

As taxas de votos brancos e nulos registados nestas eleições seguem também uma tendência alternada, ora aumentam ora decrescem.

O peso dos votos brancos é superior aos votos nulos. As taxas registadas quer dos votos brancos quer dos votos nulos são superiores às das eleições legislativas e presidenciais. O aumento mais significativo dos votos nulos deu-se de 2009 para 2014, enquanto nos votos brancos o seu maior crescimento deu-se de 2004 para 2009.

Quando analisamos os votos brancos ou nulos, podemos considerar a falência do sistema partidário?

Podemos entender que o crescimento dos votos nulos e brancos pode expressar, em última instância, uma rejeição ao sistema partidário e eleitoral, podendo ser entendidos como

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

manifestações do comportamento político “moderno”, de protesto contra o sistema político, eleitoral e partidário.

Assim sendo, os votos brancos e nulos significam uma abstenção ativa na medida em que significa não expressar preferência por nenhuma das opções eleitorais apresentadas nas eleições. Esta abstenção é voluntária e ativa.

Podemos, assim, concluir, pela análise dos dados, que o peso dos votos brancos e nulos, no total da participação eleitoral, ainda é pouco significativo e não coloca em risco a falência do sistema partidário. Contudo, poderá ser um indicador para os partidos e um motivo para, de forma mais aprofundada, se estudar as razões ou as motivações que levam os eleitores a optarem por esta forma de voto.

Assim sendo, podemos concluir que os eleitores votam de forma racional neste tipo de eleições, uma vez que está em causa a escolha de uma opção qualquer que ela seja.

Depois de elencarmos as várias teorias explicativas da abstenção eleitoral, pretende-se fazer uma análise do fenómeno da abstenção em duas perspetivas, a agregada e a individual.

Na perspetiva agregada, serão considerados os fatores sociológicos como o tamanho da comunidade, a explicação do processo de industrialização e urbanização da sociedade, e os fatores políticos como o sistema eleitoral, a existência de voto obrigatório, incentivos ou facilidades ao voto, a relação que o indivíduo tem com o sistema político, o seu interesse pela política, se tem identidade partidária, se influencia o sistema, ou se tem alguma ideologia.

Na perspetiva individual, serão consideradas variáveis como o género, o nível de instrução, o setor de atividade, a idade, o interesse pela política, a identificação partidária e a integração social.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Em primeira instância podemos concluir que a abstenção é fruto de uma decisão individual, na medida em que é o indivíduo quem decide não votar, não obstante ser também um fenómeno que se explica por uma diversidade de outras variáveis.

Assim, há a necessidade do fenómeno ser estudado numa ótica agregada, e para isso, vamos proceder à análise dos resultados por distritos do país, bem como a uma análise comparada a outros países. Esta será a linha que vamos seguir nos próximos capítulos.

2– A abstenção eleitoral em Portugal

a) Eleições Legislativas.

Antes de mais, convém referir que nas eleições para a Assembleia da República, os deputados são eleitos mediante listas fechadas plurinominais¹⁷ apresentadas em cada círculo eleitoral, dispondo o eleitor de um voto por lista. O método usado para a conversão dos votos em mandatos é o método de Hondt¹⁸, que consiste na divisão do número de votos obtidos por cada partido pelo número de deputados a eleger em cada circunscrição.

As candidaturas são apresentadas pelos partidos políticos isoladamente ou em coligação com outros partidos.

Existem em Portugal quatro tipos de eleições. São elas: Presidência da República, Assembleia da República, Autárquicas e Parlamento Europeu. Neste estudo vamos-nos debruçar sobre as eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias.

O período em análise são os últimos quarenta anos da nossa democracia.

Passemos à análise dos dados estatísticos abaixo:

¹⁷ Note-se que estas listas são compostas pelos partidos não se conhecendo o critério de seriação dos candidatos. Este tema não será objeto desta investigação, mas na minha opinião é um tema digno de uma investigação futura.

¹⁸ Este método foi escolhido tomando por base a premissa de que garantia a proporcionalidade a todos os partidos mas na prática acaba por ser menos justo que os outros. De referir que em Portugal não existe a cláusula barreira que impede que os partidos que não alcancem uma percentagem mínima de votos possam concorrer às eleições.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Quadro 4- Taxas de Abstenção das Eleições legislativas de 1975 a 2015

| Eleições Legislativas (taxas de abstenção) ¹⁹ | | |
|--|-------------|---------|
| Ano | Percentagem | Varição |
| 1975 | 8,50% | ---- |
| 1976 | 9,66% | 1,66% |
| 1979 | 14,42% | 4,76% |
| 1980 | 13,78% | -0,64% |
| 1983 | 19,64% | 5,86% |
| 1985 | 25,26% | 5,62% |
| 1987 | 26,26% | 1% |
| 1991 | 30,30% | 4,04% |
| 1995 | 31,78% | 1,48% |
| 1999 | 36,91% | 5,13% |
| 2002 | 36,55% | -0,36% |
| 2005 | 32,80% | -3,75% |
| 2009 | 37,23% | 4,43% |
| 2011 | 37,89% | 0,66% |
| 2015 | 40,42% | 2,53% |

Fonte: Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Legislativas publicados pela CNE,(www.cne.pt).

No período de transição democrática, ou período pós revolução, entre 1975 e 1980, registaram-se níveis de participação eleitoral elevados, tendo sido a média da taxa de

¹⁹ Dados retirados dos Mapas Oficiais publicados pela CNE, a taxa apresentada é calculada pela fórmula (100% - % de votantes - % votos nulos e brancos). Nesta análise não são considerados os votos nulos e brancos dado que vão ter um tratamento separado mais adiante).

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

abstenção inferior a 14%. Esta participação foi impulsionada pela ação dos partidos políticos, cuja principal função era a construção do Estado.

Já na década de 80 do século XX, a média da taxa de abstenção não ultrapassou os 24%, contudo é nesta década que se registam os maiores aumentos da taxa de abstenção.

Veja-se no mapa que antecede, as variações dos anos de 1980 para 1983 e de 1983 para 1985, com aumentos na ordem dos 5,5%. Poderemos associar este aumento ao curto intervalo de tempo entre as duas eleições, que fez com que os eleitores se abstivessem mais.

Só a partir a década de 90 do século XX é que a taxa de abstenção atinge e ultrapassa os 30%, seguindo uma tendência crescente.

Podemos equacionar a hipótese de que a consolidação da democracia poderá estar correlacionada com o aumento da abstenção, bem como o papel dos partidos, que sofreu alterações ao longo dos anos, enfraquecendo-se.

Em 1975, na primeira eleição após o regime de ditadura, período caracterizado pela privação de vários direitos civis e políticos, registou-se a menor taxa de abstenção.

O advento da democracia terá causado uma maior mobilização eleitoral.

Durante o período entre 1971-1980 (analisando os dados do INE censos Resultados definitivos. Portugal – 2011, Ano de Edição: 2012), observa-se o maior regresso de emigrantes a Portugal. Este facto está relacionado com a alteração do regime político em Portugal que, em 1974, fez com que se desse o maior regresso de emigrantes oriundos das ex-colónias, fator que poderá também ter influenciado a taxa de abstenção.

Começemos por fazer uma breve resenha sobre os contextos eleitorais de algumas eleições.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Tal como já foi referido, as eleições de 1975 foram as primeiras eleições após um longo período de ditadura e decorreram num contexto turbulento (economicamente marcado pelo processo de nacionalizações das empresas e por consequência um aumento do poder do Estado), mas acima de tudo de curiosidade e expectativa por parte dos eleitores na mudança de regime, motivo pelo qual se perspetiva que tenha sido este o motivo para justificar a taxa de abstenção mais baixa de sempre.

Seguiram-se mais três eleições entre 1976 e 1980, com pouco tempo de intervalo, resultante de muita instabilidade governativa e falta de maturidade do próprio sistema político, que se apresentava ainda prematuro.

Em 1976, o povo promoveu a derrota do comunismo, com a vitória minoritária nas eleições legislativas de 1976 do Partido Socialista (PS), com a nomeação de Mário Soares para primeiro-ministro. Este formou um governo de minoria, e desempenhou a sua função até julho de 1978, tendo sido demitido.

O contexto económico do País era deveras preocupante, com um défice comercial elevado, taxas de inflação na ordem dos 30% e elevada taxa de desemprego.

Foi em 1977 que pela primeira vez o Fundo Monetário Internacional (FMI) interveio em Portugal, obrigando à tomada de medidas como a redução de salários e aumento de impostos.

A taxa de abstenção aumentou cerca de 4,76% em 1979, face às eleições de 1976, o que não seria expectável, uma vez que houve mudança de governo, transitando-se da esquerda para a direita.

Nas eleições legislativas de Dezembro de 1979, dá-se a vitória da coligação Aliança Democrática, formada pelos partidos Partido Social Democrata (PSD), Centro Democrático Social (CDS) e Partido Popular Monárquico (PPM), com 42,5% dos votos, tendo sido

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

nomeado como primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro. Foi reconduzido pela nova vitória nas eleições de 1980, com 45% dos votos, tendo falecido em Dezembro de 1980, tendo sido substituído por Francisco Pinto Balsemão.

A taxa de abstenção decresceu ligeiramente de 1979 para 1980, talvez justificada pela satisfação com o governo, o qual foi reconduzido em 1980, por 45% dos votos.

Em 1983, nas eleições legislativas chega ao poder o PS, com 36% dos votos, ocupando o posto de primeiro-ministro Mário Soares, que mais tarde formaria coligação com o PSD, coligação esta que não durou muito tempo e provocou mais instabilidade económica no país.

Há a realçar que a taxa de abstenção, em 1983, aumentou cerca de 5,86% face às eleições de 1980. Aqui arriscaria a dizer que talvez a instabilidade económica e a insatisfação dos eleitores se pudesse associar a esta tendência.

O ano de 1983 ficou marcado pela segunda vinda do FMI a Portugal, originando baixas de salário e aumento de impostos.

Nas eleições legislativas de 1985 sobe ao poder o PSD, sob a liderança do primeiro-ministro Cavaco Silva, que se manterá até 1995. A mesma tendência de crescimento da taxa de abstenção que se deu de 1980 para 1983, repetiu-se em 1985, com um aumento de 5,62%.

Tomando como referência as eleições dos anos 1983 e 1985, constata-se que se registou uma diminuição da diferença entre a expressão eleitoral dos dois maiores partidos PS e PSD, originada por uma maior competitividade entre eles.²⁰

Já o contrário ocorreu nas eleições de 1995 e 1999, em que houve um decréscimo da competitividade eleitoral, e a taxa de abstenção atingiu valores superiores a 30%.

²⁰ Mapas Oficiais das Eleições Legislativas de 1983 e 1985, da CNE, (www.cne.pt).

Constata-se que no período de 1975 a 1985 ocorreu alternância entre os governos da esquerda e da direita.

O ano de 1986 foi um ano marcante para Portugal, na medida em que se verificou a adesão do país à Comunidade Económica Europeia (CEE), e se verifica o início da evolução da economia portuguesa.

Entre 1986 e 1991 Portugal recebeu fundos estruturais para modernizar o sector produtivo e, em troca, teve que adaptar a sua legislação às normas comunitárias.

O período de 1974 a 1975 foi chamado de república de revolucionários, o de 1976-1982 de república dos políticos, o de 1982 a 1990 república dos empresários e, o de 1990 em diante de república dos financeiros e jornalistas.²¹

Em 1998, realizaram-se os dois primeiros referendos nacionais na história democrática do país. O primeiro, em 28 de junho, sobre um projeto de lei que tinha como objetivo liberalizar o aborto. A abstenção foi de 68,1% (e dos 32% que compareceram, 50,9% votaram no “não” e 49,1% no “sim”).

Uma questão fraturante como esta, recebeu a taxa de abstenção de 68,1%, mostrando que a esmagadora maioria dos cidadãos não se quis pronunciar sobre esta matéria. Podemos entendê-la numa perspetiva de desacordo, de desinteresse ou mesmo de estratégia, ficando o eleitor abstencionista na expectativa de a lei não ser aprovada.

Tomando como referência as eleições de 2002, nas quais a taxa de abstenção se situou acima dos 36%, convém referir que o contexto eleitoral destas eleições se caracteriza pela antecipação das mesmas.

²¹JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, História de Portugal, Portugal em transe (1974-1985), Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2008, vol.XV, pag. 303.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Foram feitos estudos sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, dados estes que constam do livro “Portugal a Votos – As eleições legislativas de 2002”, de Pedro Magalhães, André Freire e Marina Costa Lobo. As variáveis consideradas para este estudo foram a idade, a frequência de práticas religiosas, nível de escolaridade e competência política objetiva. Destas quatro variáveis os autores demonstraram que a idade é a que tem maior peso explicativo na taxa de abstenção e como fator explicativo do comportamento do voto, na medida em que concluem que são os jovens que mais se abstêm²².

A frequência de práticas religiosas, embora com menor peso explicativo, é um indicador da importância da normatividade no comportamento do voto, isto é, quem tem uma religião e a pratica, tem mais tendência para votar, na medida em que considera o voto um dever cívico.

Outras variáveis foram estudadas pelos autores como o desinteresse pela política (32,5%), a irrelevância do voto (10,8%), a desconfiança ou insatisfação com os partidos políticos (10,8%), o desajustamento e indiferenciação da oferta partidária (8,1%), motivos circunstâncias (doença, trabalho, etc.) (16,9%) e outras razões (20,7%).²³

Os valores entre parêntesis significam o peso de cada uma das variáveis na taxa de abstenção. Há a destacar o papel da variável “desinteresse pela política” como uma das razões que explica o comportamento abstencionista, seguindo-se da variável “outras razões”. Ao todo estas duas variáveis explicam 53% do fenómeno da abstenção, mas não deixa de ser perplexo na medida em que 20,7% dizem respeito a razões desconhecidas, o que demonstra alguma reserva por parte dos eleitores em responder a esta questão com clareza.

²² Cf. A. FREIRE, M. COSTA LOBO e P. MAGALHÃES, Comportamento eleitoral e atitudes políticas dos portugueses, *Portugal a Votos- eleições legislativas de 2002*, ICS, 2004, pag.234.

²³ *Ibid.*, quadro 6.7, pag. 246.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

No que diz respeito ao peso dado à variável “desinteresse pela política”, continua a ser uma das variáveis mais cruciais na explicação deste fenómeno, juntamente com o fator idade, já que os jovens e os pouco integrados na sociedade têm menos interesse pela política sendo o seu comportamento o de se abster, o que vai ao encontro das teorias preconizadas nos modelos comunitário e de Columbia que defendem que quem está integrado socialmente é mais participativo eleitoralmente.

A posição dos eleitores face aos agentes políticos, no caso dos partidos, e a saliência da identidade ideológica são fatores (os chamados fatores políticos) estudados pelos autores que reforçaram a ideia de haver uma tendência para um desinvestimento eleitoral nas últimas décadas, que se justifica pela perda de referências políticas. Como os próprios partidos não têm investido em conquistar mais filiados, logo a identidade ideológica é afetada.

Retomando a caracterização do contexto eleitoral, poderemos considerar que as eleições de 1999 e 2002 registam uma abstenção recorrente, posição já defendida por André Freire e Pedro Magalhães, na medida em que o eleitor que se abstém sempre, tem uma atitude recorrente, atitude esta que está associada à desafeição ou exclusão política, ou seja, são os indivíduos de menor integração social e política que mais se abstêm.

As eleições legislativas de 2005 surgiram devido à dissolução do governo de Santana Lopes, decorrente da instabilidade sentida no PSD. Os eleitores optaram por ir às urnas, presume-se que possa ter sido a necessidade de mudança do governo derivada da instabilidade que se vivia o que provocou um decréscimo na taxa de abstenção de 2002 para 2005.

Nas eleições legislativas de 2009, já se registou novamente um aumento na taxa de abstenção. O PS voltou a ganhar as eleições, o candidato era o mesmo, pelo que se pode

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

inferir que as eleições eram pouco competitivas e daí mais eleitores terem optado por abster-se.

Em 2011 realizaram-se eleições antecipadas, o que fez com que o anterior governo não completasse o seu mandato devido ao contexto económico de crise instalado. A rejeição do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 4 (proposta de Emenda Constitucional), fez com que o primeiro-ministro José Sócrates pedisse a sua demissão ao Presidente da República, acusando a oposição pela crise política instalada e futuras consequências para o país. A taxa de abstenção nestas eleições aproximou-se dos 38%, valores ligeiramente superiores aos registados em 2009, talvez pela constante instabilidade que provocou apatia ou descrédito junto do eleitorado.

Por analogia à observação feita sobre as eleições de 2002, podemos considerar a abstenção de 2011 face a 2009, como uma abstenção recorrente. O que podemos inferir que de facto há uma “franja” de eleitores cujo comportamento é de um abstencionismo recorrente. Estas eleições foram ganhas pela coligação PSD / CDS.

De salientar que em 2015, a taxa de abstenção registou o seu maior recorde, ultrapassando os 40%. Nestas eleições registamos uma mobilidade de votos para o Bloco de Esquerda (BE) não esperada, que vieram dos partidos PSD, PS e CDS, em consequência de o PSD e CDS terem concorrido em coligação, e a fraca imagem do PS naquela altura. Foi constituído governo através da coligação do PS com os partidos da esquerda PCP, BE e o partido ecologista Os Verdes. Um dos vencedores destas eleições foi o BE, na medida em que foi eficiente na comunicação com o eleitorado e conseguiu conquistar a confiança do mesmo (houve mobilização deste partido junto do eleitorado). Uma outra surpresa destas eleições foi a eleição de um deputado por parte do Partido das Pessoas, Animais e Natureza (PAN), cuja

estratégia de campanha se baseou exclusivamente nas redes sociais. A mobilização do partido fez com que conseguisse a sua representação no Parlamento.

Nem mesmo a forte cobertura dada pelos “*media*”, as redes sociais, os debates e as reportagens, fizeram com que a taxa de abstenção decrescesse, do que se pode concluir que há sempre uma percentagem de eleitores que são indiferentes à política.

Em suma, podemos constatar da análise dos dados do quadro 1, que em apenas três momentos da democracia portuguesa (1980, 2002 e 2005) se registou um valor de abstenção inferior ao registado nas eleições legislativas imediatamente anteriores. Estes três atos eleitorais têm em comum o facto de terem resultado de eleições antecipadas, em virtude da interrupção do mandato eleitoral anterior, motivo este que poderá ser considerado decisivo para a mobilização eleitoral e por serem eleições mais competitivas.

Nas demais eleições verificou-se um aumento das taxas de abstenção e desde 1975 até 2015, o valor da abstenção quintuplicou. As eleições de 2015 atingiram assim a mais elevada taxa de abstenção, no total de 44,16% (valor com os votos brancos e nulos), de acordo com os dados da Comissão Nacional de Eleições.

Dos estudos que se conhecem, há a tendência para dar mais “relevo” às eleições legislativas, “são as que têm maior importância para a evolução e compreensão do funcionamento do sistema político e partidário, como principal meio de conquista do poder pelos partidos e de participação democrática no controlo do seu exercício, no atual quadro das instituições políticas ocidentais e modernas”.²⁴

As eleições legislativas são consideradas eleições de primeira ordem, uma vez que decidem quem poderá governar e quais as políticas que vão ser adotadas num país.

²⁴Cf. M. BACALHAU, *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses: 1973-1993*, edição Mário Bacalhau e Thomas Bruneau, FLAD, Lisboa, 1994, pag. 160.

Ao analisarmos o funcionamento das eleições legislativas, verificamos três aspetos importantes: uma maior politização da discussão; a avaliação efetiva das políticas seguidas pelos governos e, por último, a afirmação pelo “voto útil”.

A maior politização da discussão influencia a mobilização eleitoral, na medida que aumenta a disputa eleitoral, fazendo com que a participação aumente.

Abaixo vamos analisar a taxa de abstenção nas eleições legislativas mas por circunscrição (ver quadro 5):

O período de 1960 a 1975 foi marcado por um fluxo migratório considerável, sendo a emigração mais significativa no interior do país, mais concretamente nos distritos de Bragança, Viseu, Braga, Vila Real e Guarda.²⁵

Contudo, o resultado da alteração do regime político português em 1974, verificou-se que durante o período de 1971-1980 (dados dos censos resultados definitivos 2011, edição 2012) se observa o maior regresso de emigrantes a Portugal, oriundos das ex--colónias. Consta-se assim que as taxas de abstenção da década de 80 são menores que as de 90 do século XX.

A emigração influenciou a taxa de abstenção registada nestes círculos ao longo dos anos, e se, por um lado, com o regresso de emigrantes, proporcionou o aumento da participação eleitoral, por outro, houve alturas que em diminuiu a participação, resultado deste fator.

Podemos caracterizar o Norte do país pelo predomínio do minifúndio, que faz com que as pessoas tenham um sentido de propriedade mais forte e com forte foco religioso, sendo a religião católica a praticada pela maior parte dos portugueses. O processo de secularização reduziu a predominância das religiões e das categorias sociais, apesar da sua influência ainda permanecer. A complexidade das relações sociais e económicas fez com que a influência da

²⁵*Ibid.* pag.30.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

religião seja menos direta e imediata sobre a sociedade moderna, pelo que, é um fator que pouco peso tem na explicação da abstenção.

Quadro 5 - Taxas de abstenção das eleições legislativas por circunscrição

| | 1976 | 1979 | 1980 | 1983 | 1985 | 1987 | 1991 | 1995 | 1999 | 2002 | 2005 | 2009 | 2011 | 2015 |
|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|------|-------|-------|------|------|------|
| Aveiro | 15,4 | 11,72 | 13,97 | 20,94 | 24,11 | 25,26 | 29,23 | 28,8 | 36,6 | 38,34 | 34,89 | 39,3 | 41 | 43,9 |
| Beja | 16,2 | 11,11 | 15,65 | 21,53 | 24,94 | 32,35 | 36,64 | 36,1 | 41,5 | 41,93 | 37,03 | 40,7 | 44,8 | 42,2 |
| Braga | 10,43 | 8,7 | 10,69 | 18,31 | 22,41 | 22,76 | 20,35 | 29,3 | 32,5 | 32,7 | 30,24 | 34,7 | 37,4 | 39,8 |
| Bragança | 22,63 | 15,98 | 19,92 | 29,96 | 34,62 | 34,84 | 39,42 | 41,3 | 44,5 | 43,96 | 44,6 | 46,8 | 50,6 | 52,9 |
| Castelo Branco | 19,24 | 11,13 | 15,83 | 26,53 | 27 | 28,81 | 32,19 | 32,6 | 36,1 | 37,35 | 34,04 | 39,4 | 42,2 | 42,4 |
| Coimbra | 22,58 | 15,86 | 18,42 | 25,01 | 29,86 | 30,93 | 33,74 | 33 | 38,6 | 38,25 | 35,52 | 40 | 42,7 | 43,7 |
| Évora | 31,16 | 9,17 | 10,39 | 15,8 | 19,14 | 24,79 | 30,12 | 30,8 | 37,5 | 38,11 | 34,21 | 38,1 | 41 | 40,1 |
| Faro | 19,26 | 15,16 | 16,7 | 23,01 | 25,58 | 29,69 | 33,64 | 35,8 | 42,6 | 41,39 | 38,38 | 42,6 | 44,2 | 48,5 |
| Guarda | 17,84 | 13,41 | 16,42 | 24,87 | 28,28 | 29,71 | 34,65 | 35,9 | 40,5 | 38,99 | 40,04 | 35,2 | 46,1 | 47,6 |
| Leiria | 19,75 | 13,44 | 16,23 | 22,67 | 26,78 | 27,77 | 32,89 | 34,7 | 38,2 | 37,18 | 35,15 | 41,4 | 41,5 | 43,9 |
| Lisboa | 16,6 | 12,16 | 13,56 | 19,33 | 22,48 | 26,51 | 31,58 | 32,8 | 37,5 | 36,77 | 33,62 | 38,5 | 37,9 | 39,4 |
| Portalegre | 13,11 | 10,86 | 11,82 | 17,6 | 19,38 | 25,07 | 28,72 | 28,7 | 36,3 | 38,14 | 34,67 | 39,1 | 42,1 | 41,7 |
| Porto | 11,7 | 33,21 | 17,38 | 18,01 | 21,24 | 22 | 27,71 | 28,8 | 35,4 | 34,51 | 30,92 | 35,1 | 36,7 | 39,7 |
| Santarém | 16,38 | 13,87 | 15,36 | 21,83 | 24,11 | 27,41 | 31,52 | 32,1 | 37,8 | 37,57 | 34,5 | 39 | 41,1 | 42,1 |
| Setúbal | 15,27 | 11,72 | 13,18 | 18,28 | 43 | 27,02 | 32,14 | 32 | 39,3 | 39,92 | 35,89 | 40,7 | 41,1 | 41,6 |
| Viana do Castelo | 20,86 | 15,62 | 18,09 | 25,55 | 28,33 | 29,9 | 34,97 | 35,6 | 39,6 | 39,29 | 38,76 | 44,9 | 47,5 | 49,2 |
| Vila Real | 21,7 | 14,97 | 19,06 | 28,57 | 33,3 | 33,73 | 39,04 | 40,6 | 43,3 | 42,58 | 43,19 | 46,6 | 49,2 | 52 |
| Viseu | 21,6 | 14,68 | 17,85 | 25,79 | 30,66 | 31,38 | 36,61 | 39,3 | 42,3 | 40,96 | 39,91 | 43,6 | 46,5 | 48,7 |
| Angra do Heroísmo | 21,54 | | | | | | | | | | | | | |
| Horta | 18,3 | 16,85 | 23,76 | 33,52 | 39,83 | 45,78 | 42,46 | 43,6 | 49,8 | 51,93 | 51,78 | 56,4 | 59,9 | 58,9 |
| Ponta Delgada | 23,34 | | | | | | | | | | | | | |
| Funchal | 20,04 | 14,86 | 19,1 | 26,59 | 30,26 | 32,84 | 35,84 | 35,9 | 41,9 | 40,91 | 39,17 | 45,2 | 45,7 | 51,2 |
| Círculo da Europa | 9,85 | 28,69 | 37,65 | 52,36 | 68,86 | 73,61 | 65,11 | 72,3 | 73,5 | 72,14 | 68,26 | 76,9 | 75,8 | 82,4 |
| Círculo fora da Europa | 17,2 | 36,83 | 38,96 | 56,26 | 70,5 | 73,31 | 69,31 | 79,6 | 80,2 | 79,39 | 81,39 | 90,8 | 87,4 | 91 |

Fonte: Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Legislativas publicados pela CNE (www.cne.pt).

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Em Portugal, por exemplo, constata-se que a um maior nível de prática religiosa está relacionado com um maior número de votos em partidos conservadores²⁶.

O setor primário tem maior expressão no Norte e no Alentejo. O setor secundário tem maior representatividade no Norte e Centro. Já no Sul são mais comuns os latifúndios, onde a maior parte dos eleitores eram assalariados e onde o setor terciário tem maior representatividade.

Segundo uma sondagem feita em 1993,²⁷ 54,6% da população com mais de 18 anos vivia em habitats com menos de 2 000 habitantes, isto, é a maior parte dos eleitores pertencia a pequenas localidades.

Na escala esquerda-direita verificou-se que nas regiões do litoral norte e centro e do interior norte, a percentagem das pessoas que é da direita é de 45,8%, contra 36,1% da esquerda. A tendência para a direita aumenta com o avanço da idade, ou seja, os mais jovens posicionam-se mais à esquerda. A esquerda leva vantagem no Sul mais propriamente na zona do Alentejo e Algarve.

As mulheres são as que se posicionam mais à direita, são mais conservadoras, mais paroquiais e com menor integração social, principalmente nas zonas rurais. É precisamente nas zonas rurais, nos distritos do interior, que se registam as taxas de abstenção mais altas, como Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu.

²⁶ J. GASPARG, *As eleições para a Assembleia da República*, 1979-1983, Inst. Damião de Gois, Lisboa, 1984, pag. 72.

²⁷ Sondagem de Opinião Política, Continuidade e Mudança no Sistema de Partidos em Portugal, cofinanciado pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, coordenada por Thomas Bruneau e Mário Bacalhau, 1993.

No que toca à idade e nível de instrução, pode verificar-se que em 1991, à medida que a idade avança o nível de instrução diminui, sendo o grupo etário dos 25 aos 34 anos que regista a maior percentagem no nível universitário.²⁸

O grau de instrução, o nível de rendimento, a ocupação profissional, são fatores que podem ser correlacionados e que podem originar discriminação ideológica, na medida em que proporcionam uma divisão por subgrupos de atitudes e comportamentos que caracterizam a participação política.

Tomando como exemplo a classe mais baixa, sem grau de instrução primário completo, com ocupação nas atividades rurais ou agrícolas, desempregados, reformados, verificamos que esta tem tendência para se manifestar menos, ou mesmo não participar no processo eleitoral. À medida que o nível socioeconómico sobe, as percentagens de não resposta descem, uma vez que as pessoas são mais informadas e mais integradas.²⁹

Um outro fator estudado foi a exposição dos eleitores aos meios de comunicação social. Concluiu-se que quem não se expõe aos meios de comunicação social, nada responde, também porque não tem conhecimento suficiente sobre as questões políticas, pelo que se alheia do meio político e de qualquer participação nele, representando este grupo 39,8% dos inquiridos.³⁰

Por sua vez, os eleitores que se posicionam à esquerda dão mais valor e estão mais atentos à informação que passa nos *media*, e formam a sua opinião com base nessa divulgação.

²⁸ Cf. M. BACALHAU, *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses: 1973-1993*, quadros 02.007 e 02.008, pag. 36.

²⁹ *Ibid.* Quadro 02.013, pag.39.

³⁰ *Ibid.* Quadro 02.017.

Mário Bacalhau estudou as motivações e valores individuais dos portugueses, ou seja, o que é que mais motiva os portugueses e o que eles mais valorizam com base nas sondagens políticas feitas em 1984 e 1993.

Possuir dinheiro, uma boa carreira profissional, sorte e casa própria, são algumas das principais motivações que definem uma pessoa bem-sucedida para os portugueses, sendo o dinheiro o fator mais referido pela maioria dos inquiridos,³¹ justificando o fluxo migratório que caracteriza em particular as zonas mais do interior do país, ao longo dos anos.

O fator sorte é apontado pela classe média mais baixa, com baixo grau de instrução, como uma motivação.

Uma boa carreira profissional foi referida como uma motivação mais pelos habitantes da área metropolitana de Lisboa, e no grupo etário dos 18 aos 24 anos com instrução universitária.³² Podemos relacionar esta motivação com eleitores que estão mais atentos às políticas seguidas pelos governos, contribuindo para a sua maior participação eleitoral.

Questionados os portugueses face à importância das instituições políticas, os inquiridos respondem que têm mais orgulho nos aspetos históricos como os descobrimentos, a revolução de 25 de abril de 1974, as qualidades do povo, em detrimento das instituições políticas.

Os descobrimentos, a riqueza artística (a cultura) e a contribuição para a civilização são fatores mais valorizados pela classe mais instruída. A vida religiosa é mais valorizada pela

³¹Sondagens de opinião política, Mudanças Económicas , sociais , culturais e Políticas, dez anos depois do 25 de Abril, financiado pelo Social Sciences and Humanities Research Council of Canada e coordenada por Thomas Bruneau e Alex Macleod, 1984 in *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses: 1973-1993*, edição Mário Bacalhau e Thomas Bruneau, FLAD, Lisboa,1994, pag.48.

³² Cf. M. BACALHAU, *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses: 1973-1993*, quadro 02.028, pag. 48.

classe com instrução primária incompleta ou mesmo nula, que apresenta uma taxa de não resposta superior.³³

Fatores como o desenvolvimento, a ordem, a estabilidade e a paz, são objetivos referidos pelas classes mais altas. Princípios como igualdade e liberdade, são defendidos pelas classes mais baixas.

Num estudo feito em 1986, sobre a cultura política em vários países e em especial em Portugal, registou-se que 23,3% da população portuguesa demonstrava entusiasmo, paixão e interesse pela política; 41,5% tinham indiferença; 7,4% enfado e 27,8% tinham desgosto, irritação e desconfiança.³⁴ Estes dados são preocupantes, na medida em que a maioria da população relevava a política.

A taxa de analfabetismo em 2011,³⁵ regista 5,23% da população; 55,97% tem o ensino básico completo; 16,76% tem o ensino secundário completo e, 15,4% da população tem curso superior. Nem mesmo o crescimento do índice de instrução possibilitou o aumento da participação política.

Convém realçar que os distritos do interior sempre tiveram poucas infraestruturas ao nível de meios de comunicação e de transporte. Também o baixo nível de instrução da sua população caracterizou sempre o interior do País. Só após a adesão à Comunidade Europeia e com a chegada dos fundos europeus, é que se começou a dotar estas zonas com meios de comunicação e transporte, permitindo uma melhoria na qualidade de vida das suas

³³ *Ibid.* Quadro 02.030, pag.51.

³⁴ *Ibid.* Quadro 05.055, pag.85.

³⁵ XV recenseamento geral da população recenseamento geral da habitação, censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal, INE, 2012., www.ine.pt.

populações. A emigração foi um fator que contribuiu para a discriminação regional e para a diminuição da participação eleitoral nas várias regiões.

De 1975 a 1980, constatamos que a taxa de abstenção não é muito significativa, ou seja, a participação eleitoral é alta. Isto deve-se em parte ao facto de ser o momento de se apoiar a democracia como o sistema político escolhido. Só a partir de 1980 é que se começa a sentir uma tendência crescente mais acentuada.

Em termos de forças partidárias e de tendências ideológicas, pode dizer-se, tal como outros autores³⁶ o afirmaram, que as eleições de 1975 descrevem uma dimensão geográfica caracterizada por três blocos que correspondem ao domínio do PSD no Norte, PS no centro e no Algarve e, PCP no Alentejo³⁷. Podemos assim concluir que a identificação ideológica tem importância na discriminação dos subgrupos da cultura política. Exemplo disso é o Alentejo, que é a região que mais se identifica com a força política do comunismo.

Fazendo referência novamente à sondagem de 1993, considerando a escala esquerda – direita constata-se que no grande Porto, Litoral Norte e Centro, os grupos da esquerda e da direita registam valores semelhantes, enquanto na grande Lisboa se concentram os eleitores que se se posicionam mais à esquerda do que à direita.

Em Portugal, a taxa de abstenção registou 8,5% em 1975, cresceu ao longo dos anos chegando a 40% em 2015. Este indicador é motivo de preocupação e alvo de estudos sobre as causas que estão na origem deste fenómeno.

E, tal como já referimos noutra capítulo, estão na sua base fatores sociológicos e políticos. Quando dizemos sociológicos, referimo-nos à análise do agregado (por distrito, o tipo de

³⁶ J. GASPARGAR e N. VITORINO, *As eleições de 25 de Abril, geografia e imagem dos Partidos*, coleção Horizonte, Lisboa, 1976, pag.25.

³⁷ *Ibid.*

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

eleições e outros países) e temos como base para estudo os eleitores, o seu grau de instrução, o sector de atividade em que estão inseridos, tamanho da comunidade onde estão integrados, se estão nas cidades ou em meios rurais e outras motivações que os levam a votar ou a abster-se.

Tomando como base a teoria da alfabetização, podemos referir que as zonas onde Portugal regista as suas maiores taxas de analfabetismo são Centro e Alentejo, seguida da Madeira. Por sua vez, Lisboa e Porto registam as taxas mais elevadas de cidadãos com nível superior de ensino³⁸. Com base nos dados apresentados no quadro 6, não se consegue estabelecer uma relação entre o nível de analfabetismo e a abstenção, já que, curiosamente, em Portugal as taxas de abstenção são semelhantes na maioria dos distritos, o que nos limita a identificar uma correlação entre estas variáveis.

Em relação aos setores de atividade em Portugal, temos o setor primário com maior expressividade no Norte e Alentejo, o setor secundário no Centro e Norte, e o terciário, com sua maioritária expressão, em Lisboa e Norte.³⁹

Com base nos dados apresentados no quadro 6, não se consegue estabelecer uma relação entre o setor de atividade e a abstenção, apesar de existirem estudos que provam a relação destas duas variáveis em alguns países.

Quanto mais alta a posição de classe e quanto maior a integração na vida das cidades, com a sua contrapartida de alargamento do horizonte intelectual-psicológico e de maior exposição à informação de todo tipo, tanto maior a participação política⁴⁰, o mesmo será dizer

³⁸ XV recenseamento geral da população recenseamento geral da habitação, censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal, INE, 2012, quadros 1.03 e 1.04., www.ine.pt.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ F. REIS, e CASTRO, Mónica Mata Machado. *Regiões, classe e Ideologia no processo eleitoral brasileiro*, São Paulo, *Lua Nova*, n.26, 1992.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

que um eleitor da alta sociedade está melhor integrado, tem maior acesso à informação, tem uma rede de contactos maior, “sofre” a influência desses mesmos contactos e, por isso, participa mais na vida política. Esta hipótese não a podemos constatar em Portugal, devido à insuficiência de elementos.

Apenas se pode inferir que, de facto, nas grandes cidades registam-se menores taxas de abstenção e isso poderá dever-se ao facto de haver uma maior integração social e de maior exposição à informação, comparativamente com os meios rurais⁴¹, contudo, há também outra explicação e mais importante, e que a meu ver justifica as altas taxas de abstenção no interior, que é a emigração.

Numa notícia recente da estação de rádio TSF (27/3/17),⁴² foi divulgado o seguinte:

“Há quase 40 concelhos onde a diferença população-eleitores ultrapassa os 30% e, em sete, essa distância ultrapassa mesmo os 50%. Concelhos como Vila Pouca de Aguiar, Porto Moniz, Vila Nova de Paiva, Ribeira de Pena, Vimioso ou Boticas.

No distrito de Vila Real a diferença média é de 40%, enquanto em Bragança ronda os 33%. Na Madeira e nos distritos de Viana do Castelo, Guarda e Viseu essa diferença anda entre os 20 e 30%.”

As taxas de abstenção em alguns distritos do interior estão inflacionadas devido ao fenómeno da emigração, isto é, os emigrantes continuam inscritos na sua área de residência mas não votam. Os governos não têm encetado esforços em corrigir esta situação, mantendo os cadernos eleitorais desatualizados.

⁴¹ Ver quadro 6.

⁴² <http://www.tsf.pt/politica/interior/portugal-tem-mais-850-mil-eleitores-que-populacao-em-idade-de-votar-5751478.html>, 27/3/2017.

Podemos definir dois perfis de comportamento político: um relativo às categorias sociais mais favorecidas economicamente, e outro referente às classes populares ou menos favorecidas. Esta teoria também já foi abordada por outros autores⁴³.

As classes populares, em geral, tendem a apresentar comportamento político heterogéneo (tanto votam em partidos e políticos mais identificados com esses setores, como o oposto) dado que têm menos informação e o seu envolvimento é menor nos assuntos políticos, e são exatamente esses setores os mais atingidos pelos processos de urbanização e industrialização (parte expressiva dos que votam nos centros urbanos provém das áreas rurais), ou seja, os autores destacam a combinação de indicadores socioeconómicos com a experiência urbana e/ou rural dos atores sociais.

Já os setores mais favorecidos são mais “sofisticados” politicamente, ou seja, têm maior grau de instrução, são mais informados e, assim, possuem uma perceção mais realista e elaborada da política, estabelecendo correspondência entre a sua visão do mundo e os posicionamentos político-partidários, embora nem sempre exista uma correlação linear entre nível de instrução e informação e comportamento político-eleitoral.

A taxa de abstenção cresceu de forma “assustadora” entre os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, passando a taxa de abstenção em 1975 de 36,8% para 88,3% em 2015⁴⁴. Isto explica-se essencialmente pelo fluxo migratório que a nossa população sempre registou em especial nas décadas de 70 e 80 do século XX.

Em 1976, o círculo eleitoral que registou a menor taxa de abstenção (10,43%) foi o distrito de Braga, contra o distrito de Évora, que registou a mais elevada taxa (31,16%).⁴⁵

⁴³ Esta classificação já foi feita por outros autores como Eva Perea e Reis e Castro, Blais e Dodrzyńska.

⁴⁴ Ver quadro 6.

⁴⁵ *Ibid.*

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Em 1979, temos a realçar a alta taxa de abstenção do distrito do Porto (33,21%), e mais uma vez a mais baixa taxa registada no distrito de Braga.⁴⁶ Poderemos estabelecer uma correlação do fator religião como influenciador da participação eleitoral pois sabemos sobejamente que Braga é dos distritos mais religiosos do país, daí a religião ter um papel fundamental na orientação para o cumprimento do dever cívico – o voto.

Em 1980, regista-se uma descida da taxa de abstenção no distrito de Évora, e do aumento da taxa nos Açores (23,76%).⁴⁷ Aqui mais uma vez se pode associar ao fluxo migratório característico deste arquipélago.

Em 1983, de assinalar o significativo aumento da taxa de abstenção no círculo da Europa e fora da Europa (votos dos emigrantes).⁴⁸

Em 1985, destaca-se o distrito de Bragança com a maior taxa de abstenção no continente, bem como o contínuo crescente da taxa nos círculos dos emigrantes⁴⁹.

Em 1987, a região autónoma dos Açores regista uma taxa de abstenção de 45,78%, bem como os círculos dos emigrantes (fora e dentro da Europa) cujas taxas ultrapassam os 70%⁵⁰.

Em 1991, regista-se um decréscimo nas taxas de abstenção dos círculos dos emigrantes⁵¹.

Em 1995, destacam-se dois distritos do interior com as taxas de abstenção mais elevadas: Vila Real e Bragança⁵². Novamente, a constatação dos distritos do interior a registarem altas taxas de abstenção.

Em 1999, constatamos que todos os distritos têm uma taxa de abstenção superior a 30%, e o círculo fora da Europa atinge uma taxa de 80,21%⁵³.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ *Ibid.*

⁵¹ *Ibid.*

⁵² *Ibid.*

Em 2002, destaca-se que a maior parte dos círculos regista taxas de abstenção próximas dos 40%, tendo a região autónoma do Açores atingido 51,93%⁵⁴. Especula-se mais uma vez o fator emigração a pesar neste resultado.

Em 2005, a tendência é muito semelhante à de 2002 e as taxas de abstenção aproximam-se dos 40% na maior parte dos círculos.⁵⁵

Em 2009, a taxa de abstenção no círculo fora na Europa atinge os 90%.⁵⁶

Em 2011, destacam-se os círculos que registam as maiores taxas de abstenção: Beja, Bragança, Faro, Guarda, Viana do Castelo Vila Real e Viseu. A região autónoma dos Açores regista uma taxa próxima dos 60%.⁵⁷

Em 2015, e sendo as eleições mais recentes, destacam-se os círculos de Bragança e Viseu com taxas de abstenção acima dos 50%, e a restante maioria com taxas acima dos 40%. O círculo fora da Europa registou a taxa de abstenção de 91,03%⁵⁸.

Comparando o litoral com o interior, continuamos a ter os distritos do interior com taxas de abstenção mais altas que os do litoral.

Reforça-se, mais uma vez, a associação das altas taxas, em alguns distritos do interior, com o esquecimento que os governos têm tido em relação ao interior e com a pouca aposta que tem sido feita nestas regiões, (maior isolamento, menor integração social e menor informação veiculada). A emigração (dentro do país e para fora do país) tem sido uma constante nestes distritos, na medida em que as pessoas saem destes meios em busca de melhores condições de vida.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ *Ibid.*

Dos estudos feitos sobre o comportamento eleitoral em Portugal o impacto das variáveis individuais sobre a abstenção não se mostrou significativo com a exceção da variável idade, onde se concluiu que a faixa que mais se abstém é a dos jovens. Pode-se explicar este comportamento pela falta de maturidade política existente na classe jovem que é necessária para os assuntos políticos. Contudo, esta insuficiência é temporária e deixa de existir à medida que o ciclo geracional avança, isto é, o jovem dos nossos dias vai ser um pai de família, as suas responsabilidades vão crescer e com elas a sua própria maturidade, pelo que, o grupo etário que menos se abstém é o da meia-idade, pelas razões expostas. À medida que a idade avança e o cidadão entra na reforma ou na idade sénior, a taxa de abstenção também cresce, o que se explica pelo menor envolvimento destas pessoas na política, por várias razões como a saúde, o desinteresse, o isolamento por vezes, entre outras razões.

Passando à análise dos fatores políticos temos como base o sistema eleitoral, o sistema partidário (estes dois vão ser analisadas no ponto 5 desta dissertação); variáveis como o interesse pela política, identificação partidária e o dever cívico.

Os itens como o interesse pela política e a identificação partidária foram estudados por André Freire e Pedro Magalhães, e demonstraram que o seu impacto sobre a abstenção em Portugal também não foi conclusivo.

Vários foram os autores como Lancelot⁵⁹, que defende que uma das chaves para explicar o abstencionismo é um fator de carácter sociológico “ a integração social”. Este autor explica que a participação eleitoral é condicionada pela situação social do individuo face à sociedade

⁵⁹ A. LANCELOT, *L'abstencionnisme électoral en France*. Armand Colin/ Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, 1968, pag. 171.

e ao seu grupo de atividade, ou seja, o abstencionismo pode significar a “alienação” de determinadas categorias sociais ou a fraca integração das coletividades na sociedade global⁶⁰.

Poderemos especular que esta premissa tenha impacto nas taxas de abstenção nas circunscrições do interior de Portugal, tendo a abstenção uma relação inversamente proporcional à integração social, isto é, quanto maior for a integração social do indivíduo menor será a abstenção.

O processo de industrialização e de urbanização fomentaram a participação eleitoral na medida em que provocaram o alargamento dos meios de comunicação de massas e o crescimento económico que, por sua vez, proporcionou a expansão das classes médias, criando assim comportamentos participativos. Assim sendo, a participação eleitoral deveria ser mais alta em meios urbanos do que em meios rurais (este pensamento é defendido pela teoria da modernização)⁶¹. Por seu lado, a teoria do modelo comunitário defende que a participação eleitoral é resultado de integração social dos cidadãos, ou seja, dos laços que constroem os cidadãos com maior intensidade e a sua identificação com as suas comunidades⁶².

Passemos agora à análise das taxas de abstenção nas eleições Presidenciais.

b) Eleições Presidenciais

Em Portugal, o Presidente da República é eleito por “sufrágio universal secreto e direto dos cidadãos portugueses eleitores recenseados em território nacional”.⁶³

⁶⁰Cf. M. JUSTEL, *La abstencion en España 1977-1993*, pag. 29.

⁶¹ Cf. L.W.MILBRATH, *Political participation*, Rand-Macnally, Chicago, 1981, pag. 222.

⁶²L.W.MILBRATH & MADAM LA GOEL, *Political participation, how and why do people get involved in politics.*, New York, University Press of America, 1976.

⁶³ Constituição da República Portuguesa Sétima Revisão Constitucional – 2005, Diário da República, n.º 155 – I Série - A, de 12 de agosto de 2005, Assembleia da República – Divisão de Edições, artº 124º.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

A função do Presidente da República é moderar o funcionamento das instituições democráticas e é eleito por mais de metade dos votos expressos e válidos, obtidos na primeira ou segunda volta.⁶⁴

As candidaturas a Presidente da República são feitas por cidadãos cujas propostas são subscritas pelo mínimo de 7500 a 15000 no máximo de eleitores, não dependendo de nenhum partido.⁶⁵

Abaixo constam as taxas de abstenção nas eleições Presidenciais de 1976 a 2011.

Quadro 6- Taxas de Abstenção nas eleições Presidenciais de 1976 a 2011

| Eleições Presidenciais (taxas de Abstenção) | | |
|---|-------------|----------|
| Ano | Percentagem | Variação |
| 1976 | 24,53% | ----- |
| 1980 | 15,62% | -8,91% |
| 1986 | 22,02% | 6,40% |
| 1991 | 37,85% | 15,83% |
| 1996 | 33,71% | -4,14% |
| 2001 | 50,29% | 16,58% |
| 2006 | 38,47% | -11,82% |
| 2011 | 53,56% | 15,09% |

Fonte: Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Presidenciais publicados pela CNE. (www.cne.pt).

Atendendo aos resultados das eleições presidenciais, verifica-se uma variação significativa das taxas de abstenção, quando são comparadas com as taxas de abstenção nas eleições legislativas.

⁶⁴ *Ibid.* artº 129.

⁶⁵ *Ibid.* artº 130.

De assinalar que Mário Soares (1986), Jorge Sampaio (1996) e Cavaco Silva (2006) foram eleitos para os primeiros mandatos com um nível de abstenção inferior aos registados nas suas reeleições (1991, 2001 e 2011, respetivamente).

A variável “primeiro” mandato ou “segundo mandato” parece influenciar a participação, não obstante se constatar o crescimento contínuo da taxa de abstenção no segundo mandato. As taxas de abstenção nas eleições legislativas são substancialmente mais baixas que as registadas nas eleições presidenciais, o que nos permite qualificar as eleições Legislativas de eleições de primeira ordem e as eleições Presidenciais como eleições de segunda ordem.

Corroboro a opinião proferida pelos autores André Freire e Pedro Magalhães quando afirmaram que “As eleições presidenciais de 1976, com a vitória do General Ramalho Eanes registam uma taxa de abstenção baixa, explicada pelo desejo de exercer o recente direito de voto bem como a polarização política do processo revolucionário funcionaram como estímulos à participação eleitoral”⁶⁶.

Em 1976, ocorreram duas eleições, as legislativas (em 25/4/1976) e presidenciais, (em 27/6/1976), tendo as primeiras registado uma taxa de abstenção de 9,66% contra os 24,56% das segundas. Isto pode explicar-se pelo facto de as primeiras serem mais competitivas que as segundas.

As eleições presidenciais de 1986 foram mais participadas do que as legislativas de 1985, e isto explica-se pelo nível de competitividade e polarização das eleições de 1986, em que só se decidiu pelo Presidente, na segunda volta às urnas.

É de assinalar a alta taxa de abstenção registada em 2001, em comparação com 1996, que registou um aumento de 17%, justificada pela reeleição de Jorge Sampaio.

⁶⁶ Cf. ANDRÉ FREIRE e PEDRO MAGALHÃES, *A abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa, ICS, 2002, pag.84.

A eleição presidencial de 2001 foi disputada por cinco candidatos: Jorge Sampaio, que se candidatava a um segundo mandato, apoiado pelo Partido Socialista que, na altura, governava o País; Ferreira do Amaral, apoiado pelo Partido Social-Democrata; António Abreu, apoiado por uma coligação que incluía o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Ecologista Os Verdes; Fernando Rosas, apoiado pelo Bloco de Esquerda e Garcia Pereira, apoiado pelo Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP).

A reeleição de Jorge Sampaio era entendida como ganha por todos os analistas, que também consideravam como provável a desistência do candidato do PCP, António Abreu. O primeiro dado veio a verificar-se, o mesmo não aconteceu com o segundo, tendo Abreu mantido a sua candidatura até ao final.

«A discussão sobre o ‘urânio empobrecido’⁶⁷ e a presença de militares portugueses no Kosovo marcaram, também, a campanha eleitoral de 2001. No que respeita ao contexto televisivo, a campanha eleitoral decorreu no momento em que a Televisão Independente (TVI) se tornara líder de audiências, graças ao programa Big Brother que, em Janeiro de 2001, se encontrava no auge, devido a um incidente entre concorrentes, que mereceu grande cobertura em jornais e revistas populares e mesmo nas páginas da média de jornais de referência.»⁶⁸

Estes fatores podem ter contribuído para a alta taxa de abstenção pois, se por um lado, existia expectativas de que o candidato Jorge Sampaio ganharia as eleições, tornando assim as eleições pouco competitivas, por outro, houve outros fatores que desviaram a atenção do eleitorado.

⁶⁷ A polémica foi provocada pela utilização, pela NATO, no Kosovo, de urânio empobrecido e pela morte de um militar português que aí prestava serviço.

⁶⁸ ESTRELA SERRANO, “A campanha eleitoral de 2001 na televisão revisitada”: análise comparada do serviço público e dos canais privados., 2005, pp.59-78.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Nas eleições presidenciais de 2006, o ex-primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, candidato único do centro-direita, venceu o escrutínio logo à primeira volta, com 50,5% dos votos expressos. Enfrentou dois candidatos oriundos do Partido Socialista no poder, o candidato oficial Mário Soares, antigo Presidente da República, que ficou em terceiro lugar, com 14,3%, e Manuel Alegre, que se classificou em segundo lugar, com 20,7% dos votos. Esta vitória histórica do candidato conservador, a primeira após a “Revolução dos Cravos”, inaugurou um período de "coabitação política" com o Primeiro-ministro socialista José Sócrates.

De realçar que em 2006 a taxa de abstenção desceu. Presume-se que devido ao facto de um dos candidatos, Aníbal Cavaco Silva, já ser conhecido dos cidadãos (já tinha sido primeiro-ministro por dois mandatos), o povo o elegeu.

O mesmo se pode pensar das eleições legislativas de 25 de setembro de 2009, em que confirmaram esta situação, ao reconduzir o PS no poder, privando-o da sua maioria absoluta. Contudo, importa referir que a situação de crise económica e financeira que o país viveu conduziu à adoção de um plano de austeridade orçamental e à intervenção mais frequente do Presidente da República na vida política, para promover o acordo entre os partidos políticos.

Em 2011, voltou a subir a taxa de abstenção. Especula-se que este fenómeno se explica pela mesma razão anterior, isto é, os portugueses, como já conheciam o candidato, expressaram o seu voto, na medida em que a probabilidade de ser outro a ganhar as eleições, seria muito baixa. Pode entender-se, assim, que esta taxa pode significar um certo grau de satisfação com o candidato.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Conclui-se que a taxa de abstenção sobe quando há reeleição do candidato tornando as eleições pouco competitivas e pouco chamativas ao eleitorado.

c) Eleições Europeias.

Quadro 7 – Taxas de abstenção Eleições Europeias de 1987 a 2014

| Eleições Parlamento Europeu (taxas de abstenção) | |
|--|-------------|
| Ano | Percentagem |
| 1987 | 27,58% |
| 1989 | 48,90% |
| 1994 | 64,46% |
| 1999 | 60,07% |
| 2004 | 61,40% |
| 2009 | 63,22% |
| 2014 | 66,33% |

Fonte: Dados retirados dos Mapas Oficiais das Eleições Europeias publicados pela CNE (www.cne.pt).

As eleições para o Parlamento Europeu são consideradas eleições de segunda ordem, regem-se por normas comunitárias e por normas aplicáveis nas eleições para a Assembleia da República.

É também usado o método de Hondt, as listas são plurinominais e são apresentadas pelos partidos ao Tribunal Constitucional, e cada eleitor tem apenas um voto por lista.

No que toca às eleições europeias, as taxas de abstenção descrevem um cenário bem mais preocupante, comparado com o das eleições legislativas e presidenciais.

Poder-se-á inferir que a taxa mais baixa se regista em 1987, devido ao facto de serem as primeiras eleições a ocorrer desta natureza e porque se realizaram em simultâneo com as eleições legislativas.

Contudo, em 1989 a taxa teve um aumento de 21%, e nas eleições seguintes passou os 60%, seguindo uma tendência crescente.

A abstenção é substancialmente superior entre os cidadãos portugueses residentes nos países da União Europeia, já que, em média, 72%⁶⁹ dos inscritos não exercem direito de voto.

Sem dúvida que estas eleições são aquelas em que o eleitorado mais distante está, talvez pelo facto de não terem conhecimento suficiente do funcionamento do Parlamento Europeu; pelo distanciamento que os candidatos têm em relação ao eleitorado, e ainda, pelo facto de serem as eleições com menor mobilização por parte dos partidos. Aliás recentemente surgiu uma campanha europeia cujo objetivo é dar a conhecer o trabalho do Parlamento Europeu aos cidadãos de todos os países membros.

Convém realçar que o comportamento médio da abstenção nos vários distritos⁷⁰ e regiões autónomas não regista desvios significativos face à média nacional, o que revela um padrão geral deste indicador em termos regionais. Os distritos que registam as taxas mais baixas são Braga e Porto e os mais altos, Bragança e Faro. Nas regiões autónomas, os Açores registam taxas mais elevadas do que a Madeira.

Indo ao encontro da teoria racional, podemos defender que o eleitorado pauta a sua atuação de acordo com a avaliação que faz em cada momento da conjuntura eleitoral. E constatamos isso através da análise dos resultados das várias eleições, bem como a importância que deram a cada uma delas, o que se refletiu nas taxas de abstenção, ou seja,

⁶⁹ Dados publicados nos Mapas oficiais da comissão Nacional de Eleições, dos anos 1987 a 2014, www.cne.pt.

⁷⁰ *Ibid.*

eleições de primeira ordem, como as legislativas, registam menores taxas de abstenção do que as de segunda ordem, as presidenciais ou europeias, no caso português.

Subileau, defende que as diferenças significativas ocorridas nos níveis de participação eleitoral que se observam entre atos eleitorais do mesmo ou de diferentes tipos, realizadas em diferentes tempos, não muito distantes, não podem ser explicados por fatores sociológicos e psicológicos, mas sim por um posicionamento estratégico dos eleitores face à conjuntura política, o eleitor decide o seu voto em função do contexto eleitoral. O mesmo será afirmar que o contexto eleitoral influencia, em muito, o comportamento eleitoral, daí termos também registos de taxas de abstenção diferentes nas várias eleições.⁷¹

A conjuntura eleitoral tem o seu papel importante no estudo da abstenção na medida em que eleições mais disputadas, ou mais competitivas têm participação eleitoral maior, pois o voto de cada eleitor já pode fazer a diferença e ele sente que votar é essencial.

O eleitor decide participar votando em algumas das alternativas apresentadas, avalia as alternativas políticas e escolhe aquela que mais se aproxima das suas expectativas de bem-estar social e que tem mais hipótese de vencer. Caso o seu candidato(a) não tenha hipótese, ou se esta for mínima, ele redireciona o seu voto para aquele que tiver maiores possibilidades de vitória. O eleitor tem assim um voto estratégico ou racional.

Se as propostas dos partidos forem claras e bem distintas, contribuirão para que os custos de votar diminuam, e por sua vez a abstenção desça, tendo o eleitor maior facilidade em escolher o seu voto, ou seja, o papel dos partidos é fundamental para esclarecer as várias alternativas, para além de fazer a ligação do povo com o governo. No entanto, não tem sido esse o papel dos partidos, assunto que mais adiante será abordado e desenvolvido.

⁷¹ F. SUBILEAU, L'abstentionnisme: apolitisme ou stratégie? In N. Mayer (org.), *Les Modèles Explicatifs du Vote*, L'Harmattan, Paris, 1997, pp.175-198.

Manuel Justel, cientista político espanhol, que se debruçou sobre este tema, defende que em cada processo eleitoral cabe realçar a importância de vários fatores:

1 - Marginalidade, é considerada a proporção de pessoas que se sentem numa condição social marginal nas suas zonas (aquilo que Lancelot chama de falta de integração social), que se sentem desligadas da sociedade política, e não se sentem responsáveis pela abstenção;⁷² O abstencionista recorrente enquadra-se nesta categoria. Em qualquer país existe este tipo de eleitor, que não está socialmente integrado, seja por condições económicas, por isolamento, por falta de instrução ou por outras razões.

2 - Secularização, o processo através do qual a religião perde a sua influência sobre as várias esferas da vida social, arrasta consigo a tendência para a abstenção⁷³. Neste item convém explicar que a religião pode ter um papel influenciador no voto, na medida em que o considera como um normativo que deve ser cumprido. Contudo, com a evolução dos tempos, a religião tem perdido influência sobre a sociedade.

3 - Terciarização, as comunidades urbanas com maior predomínio do setor terciário têm maior nível cultural e são mais sensíveis às mudanças no contexto político e são talvez as que criam os climas conjunturais e atuam em consequência.⁷⁴ Com base no estudo que fez sobre o comportamento eleitoral em Espanha, o autor concluiu que os eleitores nas comunidades rurais tem mais tendência para a abstenção, contrariamente às urbanas.

4 - Centralidade económica e industrial, o mesmo se passa com esta vertente: quem maior capacidade económica tem, mais tendência tem para a mobilização e participação eleitoral.

⁷² Cf. M. JUSTEL, *La abstencion electoral en españa, 1977-1993*, pp. 166-168.

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ *Ibid.*

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Esta tem sido a explicação mais tradicional para o comportamento abstencionista. Contudo, isto pode alterar-se conforme a conjuntura.

Em suma, a tendência crescente das taxas de abstenção é notória em todas as eleições, e com maior relevância nas eleições europeias.

Os dados apresentados obrigam-nos a fazer uma análise cuidada dos fatores que influenciam a abstenção eleitoral, uma vez que cada ato eleitoral agrega em si um conjunto de características e especificidades que não permitem uma análise generalizada do fenómeno da abstenção.

3 - Abstencionismo técnico e real.

Um dos maiores estudiosos⁷⁵ sobre o tema da abstenção na Europa, advogou que o estudo da sociologia eleitoral tem de partir dos resultados eleitorais, não se podendo separar os eleitores das eleições, defendendo inclusive, que esse estudo tem de seguir quatro parâmetros: a análise da lista de eleitores; a geografia eleitoral; a amostra representativa feita por questionário e, por fim, a entrevista psicológica.⁷⁶

É claro que estes elementos têm as suas limitações, dada a sua subjetividade, principalmente no que diz respeito à entrevista psicológica, quando é realizada.

Realça-se a importância da lista de eleitores, ou mais propriamente o processo de recenseamento eleitoral. As listas nem sempre estão atualizadas. A falta de atualização constante dos cadernos eleitorais é comum em muitos países e em particular em Portugal. O facto de não ser contabilizado, com rigor, o número de inscritos no recenseamento eleitoral e de residentes com idade igual e superior a 18 anos, tem vindo a influenciar os cálculos da taxa de abstenção.

O abstencionismo técnico define-se como a diferença entre a população residente e o número de cidadãos com idade inferior a 18 anos, ou seja, é o diferencial entre o recenseamento geral e o recenseamento eleitoral. Este problema deriva de causas técnicas ou administrativas.

⁷⁵ A. LANCELOT, *L'abstentionnisme électoral en France*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1968.

⁷⁶ Cf.M. JUSTEL, *La abstencion en España 1977-1993*, pag.49.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Abaixo temos calculadas as taxas de abstenção técnica.

Quadro 8 - taxa de abstencionismo técnico⁷⁷

| | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 |
|-------------------------------|-----------|-----------|-------------------------|------------|
| População residente | 9.833.014 | 9.867.147 | 10.356.117 | 10.562.178 |
| Jovens até 15 | | 1.972.403 | 1.656.602 | 1.572.329 |
| Emigrantes | | ? | 20.589 | 43.998 |
| Eleitores | | 8.462.357 | 8.950.905 | 9.624.354 |
| Jovens 15,16,17 | | 513.396 | 413.211,6 ⁷⁸ | 332.609 |
| População real votante | | 7.381.348 | 8.265.714,4 | 8.613.242 |
| Taxa abstencionismo técnico | | 1.081.099 | 685.190,6 | 1.011.112 |
| Taxa abstencionismo técnico % | | 12,77 | 7,65 | 10,5 |

Fonte: Censos - Resultados definitivos. Portugal - 1981
Ano de Edição: 1984
Censos - Resultados definitivos. Portugal - 2011
Ano de Edição: 2012
Estatísticas Demográficas - 2001
Ano de Edição: 2002
Estatísticas Demográficas - 2011
Ano de Edição: 2013

Em 1981, não há dados suficientes para o cálculo da taxa de abstenção técnica.

Em 1991, o único dado que não foi possível obter foi o dos emigrantes, pelo que, a taxa estimada poderá ser mais alta devido a este indicador.

⁷⁷ Valores calculados tendo por base os dados dos censos de 1981 a 2011 (população residente, segundo a dimensão dos lugares, população isolada, embarcada, corpo diplomático e sexo) a acrescentar a estes números falta incluir os eleitores que estão com incapacidade eleitoral, dado que não se conhecem os números, pelo que a taxa seria superior. População embarcada significa pessoas que trabalham na marinha mercante ou nas frotas de pesca e que residem, habitualmente, a bordo das embarcações. Serão considerados como residentes nos portos onde estejam matriculados os navios, aqueles que tenham residência na embarcação, ou que, tendo outra residência, estejam ausentes desta última há um ano ou mais. O número de emigrantes foi retirado das estatísticas demográficas de 2001 e 2011 contudo este número continua a ser um dado pouco exato na medida em que não se consegue envidar esforços para corrigir este processo.

⁷⁸ Este valor foi calculado por média de idade, isto é, em 2001, o INE ainda não apresentava os números por ano de idade só a partir de 2011.

Pela análise do quadro 8, constatamos que, em média, temos registado uma taxa de abstencionismo técnico à volta de 10%, isto é, de votantes que não existem, deturpando assim as estatísticas.

Tomando como exemplo o ano de 2011, a taxa total de abstenção declarada nas eleições legislativas de 2011, foi de 37,89%⁷⁹, subtraindo a taxa de abstencionismo técnico teríamos uma taxa real de abstenção de 27,39%⁸⁰. Suspeita-se que taxa de abstenção técnica poderá ser superior aos cálculos feitos, e, para tanto, contribui a falta de exatidão do número de emigrantes e dos falecidos.

Recorde-se que as estatísticas demográficas são valores indicadores mas não exatos.

Tomando por base o relatório de emigração de 2015⁸¹, constata-se que o número de emigrantes em 2011 é de 40 000, contra os 20 589 apresentados pelas estatísticas e, em 2011, de 80 000, valores muito superiores aos apresentados pelas estatísticas de 2001 e 2011, e nos quais baseei os cálculos da taxa de abstencionismo técnico.

Considerando os números dos emigrantes de 2011, de 80 000, a taxa de abstencionismo técnico passaria para os 12,15%. Com a evolução da emigração suspeita-se que a taxa de abstencionismo técnico ronde os 15%.

O recenseamento eleitoral é obrigatório, é feito nos termos da Lei n.º 13/99, de 22 de março, normalmente na zona de residência, e a sua não realização implica a aplicação das sanções previstas no art.º 25 da referida lei.

⁷⁹ Ver quadro 1.

⁸⁰ Ver quadro 5.

⁸¹ RUI PENA PIRES, CLÁUDIA PEREIRA, JOANA AZEVEDO, INÊS ESPIRITO-SANTO, INÊS VIDIGAL e ANA CRISTINA RIBEIRO, (2015), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI:10.15847/CIESOEMRE022015.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Por forma a corresponder com atualidade ao universo eleitoral, no 60.º dia que antecede cada eleição ou referendo, ou no dia seguinte ao da convocação do referendo, se ocorrer em prazo mais curto, e até à sua realização, é suspensa a atualização do recenseamento eleitoral (n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março), sendo que este é o único período em que a atualização do recenseamento é suspensa.

O corpo eleitoral é constituído pelos cidadãos com capacidade eleitoral. Podem também inscrever-se no recenseamento eleitoral, os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal que tenham nacionalidade de um dos países membros da comunidade Europeia⁸², em condições de reciprocidade na eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais (artº 15º, nº 4, da Constituição da República Portuguesa - CRP), bem como os cidadãos brasileiros residentes em Portugal que tenham obtido o estatuto especial de igualdade de direitos políticos⁸³.

Possuem apenas direito de voto nas eleições legislativas os cidadãos portugueses residentes em Portugal ou no estrangeiro, que se encontrem inscritos no recenseamento eleitoral, independentemente de possuírem outra cidadania, não limitados de incapacidade eleitoral ativa⁸⁴, bem como os cidadãos brasileiros que possuam o estatuto de igualdade de direitos políticos.

Concluindo, o corpo eleitoral é constituído pelo número de cidadãos residentes, subtraído dos:

Cidadãos estrangeiros; cidadãos menores de 18 anos; cidadãos interditos por sentença com trânsito em julgado; cidadãos internados em hospitais psiquiátricos ou declarados

⁸² Esta hipótese está prevista desde a IIª revisão da Constituição (1989).

⁸³ Prerrogativa estabelecida na Convenção sobre igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses assinada em Brasília em 7/9/1971, e regulada no DL 126/72, de 22 de Abril.

⁸⁴ De acordo com o previsto na lei nº 14/79, de 16 de Maio, art.º 2º.

dementes através de juntas médicas; condenados em penas de prisão por crime doloso, no cumprimento da sua pena e, cidadãos judicialmente privados dos seus direitos políticos.

Os indivíduos com menos de 18 anos só tem um tratamento autonomizado pelo Instituto Nacional de Estatística a partir de 2011, como podemos observar pelos dados em várias publicações e que constam no Recenseamento Geral da População, aparecendo apenas a categoria de menores de 15 anos, até 2001. O grupo dos 15 aos 18 anos não consta e, para se ultrapassar esta questão, tenta-se fazer uma extrapolação, o que nunca nos permite ter resultados fiáveis e corretos.

A informação no que toca aos cidadãos nacionais privados de capacidade eleitoral (como condenados, interditos e internados em estabelecimentos psiquiátricos), também não é conhecida com exatidão, apesar de estar previsto nos art.ºs 29º e 30º da Lei nº 69/78, de 3 de novembro, que as informações relativas a estes cidadãos sejam enviadas pelos estabelecimentos à comissão recenseadora da freguesia da sua naturalidade.

A possibilidade de haver acumulação de eleitores inscritos pode estar relacionada com o interesse que as freguesias têm em tal situação, para manter os privilégios que obtêm como fundos que lhe são atribuídos em função do número de habitantes, e bem como para preservar a sua própria existência. Normalmente estes fundos ou estas verbas são distribuídas proporcionalmente ao número de habitantes.

Tendo por base esta hipótese, torna-se difícil contrariar a tendência de desvirtuamento do recenseamento eleitoral. Aliás, na era da tecnologia, em que tudo praticamente está informatizado, até se torna difícil compreender como este cenário ainda se mantém.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

A desatualização dos cadernos eleitorais tem de ser avaliada ao nível das concelhias, bastando, para isso, comparar o número de inscritos no recenseamento eleitoral e os números de recenseamento geral da população. Contudo, haverá de ter em conta alguns fatores como:

- 1- Garantir a correspondência entre a população residente e os resultados dos censos;
- 2- Determinar o número de indivíduos que tem morada numa área e que está recenseado noutra.
- 3- Registrar com exatidão o número de falecidos em cada ano, o número de emigrantes e estrangeiros a residir na zona.

Contudo, o facto da obrigatoriedade do cartão de cidadão não ser extensível à população mais idosa, que ainda possui os bilhetes de identidade e que não está inserida no sistema geral, prejudica a obtenção com rigor dos números exatos de eleitores. O número dos emigrantes, os que mudam de morada (não informam e continuam a constar nos cadernos eleitorais com eleitores residentes da área) são também fatores que são difíceis de contabilizar.

É imprescindível encetar esforços no sentido de se corrigir esta situação, o abstencionismo técnico, sendo, para isso, necessário que seja imposta a obrigatoriedade do cartão de cidadão a todos os cidadãos, cruzar a informação do Registo Nacional de Pessoas com o sistema de recenseamento, bem como não fazer do recenseamento eleitoral o critério principal para a atribuição de financiamentos às autarquias, de forma a se reduzirem eventuais resistências que poderiam existir no que respeita a uma rápida eliminação de registos incorretos.

O abstencionismo técnico é possível ser reduzido e ainda mais nos nossos tempos. É uma questão de esforço, de organização e reestruturação das freguesias, municípios e demais

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

órgãos. O abstencionismo técnico explica-se por razões técnicas e não políticas, sendo um problema que tem soluções simples, que têm de ser implementadas.

Assim, importa que seja feito um estudo sério sobre estas questões, incidindo sobre a fiabilidade dos dados de que dispomos, identificando as possíveis distorções, e propondo as ações corretivas possíveis e necessárias.

Considerando que a questão da manutenção de inscrições de emigrantes, será uma questão mais difícil de resolver, a qual se prevê que seja a mais determinante em termos de anomalias existentes, não se pode continuar nesta situação.

Uma possível solução para esta questão seria a consideração da morada fiscal do cidadão para o recenseamento, isto é, o cidadão votará na área da sua morada fiscal. Isto originaria um cruzamento de dados das Finanças com o recenseamento eleitoral. Esta medida permitiria colmatar este problema da contabilização dos emigrantes.

Apesar de ter decrescido o abstencionismo técnico devido à limpeza dos cadernos eleitorais, feita a partir da década de 90 do século XX, continua a ter um peso significativo na taxa de abstenção, que seria desnecessário caso esta atualização fosse melhorada. A forma de resolver este problema passa pela realização de contínuos processos de “limpeza dos cadernos eleitorais” ou seja, a atualização dos cadernos eleitorais, processo pelo qual se efetua a eliminação dos registos de cidadãos falecidos ou/e a eliminação de todos aqueles que alteraram a sua morada para outra circunscrição eleitoral.

De realçar que este processo é ainda mais necessário em períodos em que se regista elevada taxa de emigração, uma vez que os cidadãos fixam residência nos círculos eleitorais da Europa e do “Resto do Mundo”, estando deslocados da área de residência em que estão recenseados, situação que caracterizou os últimos anos devido ao elevado fluxo de emigrantes.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

A última das alterações ao recenseamento eleitoral ocorreu a 27 de agosto de 2008 (Lei n.º 47/2008), tendo o processo de recenseamento sido agilizado, deixando de ser efetuado através das Juntas de Freguesia e centralizado através de plataformas informáticas.⁸⁵ Houve, assim, um avanço nesta matéria, mas ainda incipiente, pois ainda não foi eliminada a taxa de abstencionismo técnico.

Em suma, a questão do abstencionismo técnico é mais simples de resolver do que parece. Basta haver empenho e vontade para o fazer, tentando desde logo acabar com a regra do financiamento às freguesias que é calculado em função do número de residentes, havendo a necessidade de encontrar outra forma de cálculo para este financiamento.

⁸⁵ A legislação pode ser consultada em: <http://dre.pt/pdf1s/2008/08/16500/0601706038.pdf>, de 17/3/2017.

4 - Análise comparada da Abstenção (comparação europeia)

Após a análise das taxas de abstenção em Portugal, nas várias eleições, torna-se necessária uma análise comparativa a outros países. E neste campo foram muitos os contributos de vários autores que abordaram este tema como Powell, Eva Perea, Manuel Justel, Gray e Caul e, em Portugal, André Freire e Pedro Magalhães.

Apresentamos abaixo uma tabela com as referidas taxas:

Quadro 9⁸⁶ - Níveis médios de abstenção nas eleições legislativas em democracias consolidadas 1970-1999 (Câmara baixa ou única)

| País | Abstenção média/eleitores inscritos (%) | Número de eleições |
|-------------|---|--------------------|
| Grécia | 18,1 | 09 |
| Luxemburgo | 11,3 | 05 |
| Itália | 11,1 | 08 |
| Áustria | 10,5 | 09 |
| Bélgica | 7,0 | 09 |
| Austrália | 5,0 | 11 |
| França | 27,7 | 07 |
| Irlanda | 27,6 | 09 |
| Espanha | 25,6 | 07 |
| Reino Unido | 25,3 | 08 |
| Finlândia | 25,3 | 08 |

⁸⁶ Fonte: A. FREIRE, P. MAGALHÃES, A abstenção eleitoral em Portugal. Lisboa, ICS, 2002 a., Dados elaborados a partir de IDEA, 2002.a, pag.26.

Nota: Apenas a Grécia, Áustria, Bélgica e Austrália têm voto obrigatório. A Itália tinha voto obrigatório até 1993 e, no caso da Áustria, a obrigatoriedade é apenas para eleição presidencial. A Holanda teve voto obrigatório entre 1917 e 1967.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

| País | Abstenção média/eleitores inscritos (%) | Número de eleições |
|----------------|--|---------------------------|
| Portugal | 23,0 | 10 |
| Noruega | 18,7 | 06 |
| Holanda | 17,1 | 08 |
| Alemanha | 14,2 | 08 |
| Dinamarca | 13,5 | 11 |
| Suécia | 10,7 | 09 |
| Islândia | 10,6 | 08 |
| Japão | 33,7 | 10 |
| Canadá | 27,3 | 08 |
| Israel | 21,2 | .07 |
| Nova Zelândia | 12,3 | 09 |
| Suíça | 51,2 | 07 |
| Estados Unidos | 32,8 | 14 |

Os países que apresentam menores taxas de abstenção são a Bélgica, Áustria, Itália e Grécia. Têm em comum o facto de ter como incentivo institucional a obrigatoriedade do voto. Sendo Portugal um país que não tem como incentivo institucional o voto obrigatório, podemos estabelecer uma relação direta da taxa de abstenção com o voto obrigatório, isto é, diminui a taxa de abstenção.

Podemos também constatar que o número de eleições é idêntico nestes quatro países (Bélgica, Áustria, Grécia e Itália) comparado ao número em Portugal e, contudo, não se consegue estabelecer uma relação direta entre o número de eleições e a taxa de abstenção.

Assim sendo, da análise comparada da abstenção registada em Portugal e noutros países da União Europeia (EU), constatamos que nos países onde o voto é obrigatório a taxa de abstenção é menor, face a países onde o voto é facultativo.

A Finlândia, Holanda, Portugal e Dinamarca estão na média da Europa dos países com voto facultativo.

As taxas mais elevadas verificam-se nos países como a Suíça, e países fora da Europa como Japão e Estados Unidos da América (EUA).

Em relação aos EUA, Powel⁸⁷ defende que o cenário institucional norte-americano, em particular o sistema partidário e o recenseamento eleitoral, são fatores que prejudicam a participação eleitoral. Numa perspetiva comparada, e em primeira instância, a participação eleitoral nos EUA pode sugerir que, se houvesse por parte dos partidos maior esforço no sentido de estimular a participação dos eleitores, esta poderia ser bem mais expressiva. Há, assim, uma parte significativa do eleitorado norte-americano que poderia estar mais interessada e envolvida nas atividades políticas, pois, como se pode observar a participação eleitoral nos Estados Unidos da América é muito menor do que nas outras democracias.

No entanto, detetamos um paradoxo, na medida em que os cidadãos norte-americanos e o facto de não participarem muito eleitoralmente, têm um maior envolvimento na esfera pública, especialmente na defesa dos seus interesses individuais, caracterizado pelo espírito de associativismo que o povo norte-americano sempre demonstrou.

A experiência de outras democracias sugere que, motivar os eleitores a terem maior participação nos processos eleitorais, poderá levar a um maior envolvimento nas atividades políticas. O mesmo se poderá prever em Portugal, porque se os partidos apostarem mais na

⁸⁷ Cf. G.B.POWELL, Voting turnout in thirty democracies, Partisan, legal, and socio-economic influences, *In* R. Rose (Ed.), *Electoral participation, A comparative analysis*. Beverly Hills, CA, Sage, 1980, pp. 5-34.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

mobilização dos seus filiados com campanhas e outros meios, promovendo o seu envolvimento, a probabilidade da participação eleitoral crescer, aumenta.

Tomando também como referência um estudo feito por Eva Perea, este mostra como em praticamente todos os países da Europa Ocidental, a abstenção eleitoral tem aumentado durante as últimas três décadas. O quadro abaixo apresenta dados com 16 países pesquisados pela autora, com percentagens de abstenção eleitoral média, entre 1940 e 1990.

Quadro 10- Abstenção média em percentagem /Países da Europa Ocidental – 1940-1990

| Países | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 |
|--------------|------|------|------|------|------|------|
| Bélgica | 7,7 | 6,9 | 8,7 | 7,1 | 6,1 | 7,2 |
| Áustria | 4,5 | 4,7 | 6,2 | 7,7 | 8,5 | 16,0 |
| Itália | 9,4 | 6,4 | 7,2 | 7,4 | 10,3 | 13,3 |
| Holanda | 6,6 | 4,6 | 5,0 | 16,5 | 16,5 | 21,2 |
| Suécia | 17,3 | 21,3 | 13,6 | 9,6 | 10,9 | 13,2 |
| Alemanha | 21,5 | 13,2 | 12,9 | 9,1 | 12,9 | 21,6 |
| Dinamarca | 14,0 | 18,3 | 12,7 | 12,5 | 14,0 | 16,3 |
| Noruega | 20,8 | 21,2 | 19,5 | 18,7 | 16,4 | 24,2 |
| Grécia | | 24,2 | 17,8 | 19,7 | 16,5 | 19,3 |
| Portugal | | | | 12,5 | 22,0 | 31,8 |
| França | 20,1 | 20,0 | 23,4 | 17,8 | 28,1 | 30,7 |
| Finlândia | 23,5 | 23,5 | 15,0 | 21,8 | 26,1 | 31,6 |
| Grã-Bretanha | 27,4 | 19,8 | 23,4 | 24,9 | 25,9 | 22,2 |
| Irlanda | 25,8 | 25,7 | 25,8 | 23,6 | 27,1 | 31,5 |

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

| Países | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1990 |
|---------|------|------|------|------|------|------|
| Espanha | | | | 27,5 | 26,6 | 23,6 |
| Suíça | 28,3 | 31,0 | 35,9 | 47,7 | 52,5 | 54,0 |
| Média | 16,0 | 17,7 | 16,2 | 17,0 | 19,6 | 21,7 |

Fonte: EVA ANDUIZA PEREA. *Indivíduos o sistemas? Las razones de la abstención en Europa Occidental*, Centro de Investigaciones Sociológicas/ Siglo XXI, Madrid, 1999, pag.137.

Os países que registam maiores crescimentos da taxa de abstenção são a Holanda, que passou de 6,6% para 21,2% (salienta-se o facto do aumento coincidir com o fim da obrigatoriedade do voto, em 1970); Finlândia, de 23,5% para 31,6%; Suíça, de 28,3% para 54,0%. Áustria, Alemanha, França e Portugal registaram aumentos na taxa de abstenção.

De salientar que a Suíça, desde a década de 80 do século XX, regista taxas de abstenção superiores a 50%, o que significa afirmar que metade da população com direito de voto se absteve. A Suíça tem um sistema de democracia direta em que o povo é chamado com frequência às urnas para decidir sobre vários assuntos.

Em relação à Europa Central e Oriental, a Fundação Robert Schuman em Paris, que desenvolve pesquisas desde 1995⁸⁸, demonstrou que entre 1984 e 2001, houve uma evolução nas taxas de abstenção na maioria desses países, especialmente na Hungria e Bulgária.

Em França, desde o início dos anos 90 do século XX, constata-se uma crescente abstenção eleitoral, qualquer que seja a eleição considerada. Na primeira volta das eleições legislativas, de maio de 1997, de um total de 39 milhões de inscritos, 12,5 milhões não

⁸⁸ DOMINIQUE REYNIÉ, BRUNO CAUTRÉS, La participation électorale dans les démocraties post-comunistes, *Fundação Robert Schuman (Paris), La opinion Européenne, 2002.*

participaram na eleição. A abstenção foi de 32%, atingindo quase o recorde histórico, que foi de 34% nas eleições presidenciais de 1988.⁸⁹ A taxa de abstenção bateu o seu recorde com o plebiscito de 2000, sobre o *quinquennat* - que decidiu a duração do mandato presidencial, passando de 7 para 5 anos -, registou 69,3% de abstenções; na Irlanda, o plebiscito de junho de 2001, sobre o tratado de Nice, foi marcado pela taxa de abstenção de 68,5%. Esses exemplos diminuem as motivações de democracia direta baseada nesse tipo de consulta.

Powell, 1980, estudou trinta democracias pluralistas num contexto mundial, no período de 1960 a 1978, e chegou à conclusão de que a taxa de abstenção média era de 24% sobre população em idade de votar⁹⁰. Esta tendência tem sido crescente ao longo dos anos, como podemos observar pelas estatísticas.

O seu objetivo foi estabelecer as determinantes da participação eleitoral. A sua hipótese é a de que a participação se remete, fundamentalmente, ao sistema partidário e às normas legais e constitucionais.

Nesta última categoria encontram-se as regras do recenseamento, a existência ou não de penalidades para a abstenção eleitoral não justificada e o sistema eleitoral (maioritário ou proporcional) que cria incentiva e custos para a participação.

Há duas constatações essenciais a assinalar na comparação das taxas de abstenção nas democracias europeias e industrializadas que são:

1 – Variação entre países da existência de regras ou normas às quais são associadas sanções legais à abstenção. Não se pode descurar esta realidade, pois entre países existe uma diversidade institucional e normativa;

⁸⁹ Para dados mais completos em relação às taxas de abstenção eleitoral na Europa, consultar M. JUSTEL, *La abstención electoral en España 1977-1993*, 1ª parte, cap.4.

⁹⁰Cf. MANUEL JUSTEL, *La abstencion electoral en España, 1977-1993*, pag.73.

2 - O aumento da abstenção nas eleições legislativas nas democracias industrializadas com ou sem voto obrigatório.

Face às conclusões apontadas atrás, podemos colocar a seguinte questão:

“ Qual o tipo de eleitor que terá mais efeito ou impacto sobre o voto obrigatório: o eleitor favorecido ou o desfavorecido?”

À partida, o impacto do voto obrigatório será maior sobre os eleitores mais desfavorecidos do que os favorecidos, pois estes últimos têm uma noção de custo/ benefício em se abster. Assim, estes votam mais que os desfavorecidos (estudos feitos constataam que o eleitor favorecido abstém-se menos porque tem uma consciencialização maior da importância de votar e está socialmente integrado, tem acesso a mais informação, o que lhe possibilita tomar as decisões). Ao ser implementado o voto obrigatório, este irá ter mais resultado sobre os desfavorecidos do que os favorecidos, pois estes já têm um comportamento mais consciente e participativo.

De entre os incentivos institucionais, o voto obrigatório é sem dúvida o que mais impacto tem e produz melhores resultados sobre a abstenção, conclusão retirada dos resultados acima.

Para além do voto obrigatório como medida institucional, encontramos outros países como a Bélgica, a Dinamarca, a Itália ou a Noruega, que registam altos níveis de densidade sindical e partidária, e por sua vez, taxas de abstenção mais baixas. O que nos permite sugerir que o facto de estes países terem uma força partidária forte, influente, se reflete na sua participação eleitoral, registando assim taxas de abstenção mais baixas, pois os eleitores filiados sentem-se mais apoiados, informados e influenciados pelos sindicatos e pelos partidos, o que se reflete na sua participação eleitoral, e mais concretamente o grau de integração social dos eleitores é maior.

Uma outra constatação é que os países com maior desenvolvimento económico têm níveis de abstenção menores (Suécia, Áustria, Bélgica). Poderemos responsabilizar os processos de urbanização e de industrialização, “os mentores”, que deram origem a mudanças na estrutura social e na própria cultura dos países, fomentando a participação eleitoral. Em particular, o processo de industrialização contribuiu para o aparecimento e crescimento da classe média, de associações, de novas organizações, de sindicatos, partidos e outras instituições, que por sua vez, favoreceram um desenvolvimento da consciência política e da participação eleitoral.

Mas existem outros incentivos legais para além do voto obrigatório, como as facilidades para votar. Por exemplo, um incentivo ou facilidade para votar, é escolher um dia de semana ou um fim-de-semana, para se ir às urnas ou, em simultâneo, realizar as eleições em dois dias, sendo um durante a semana e outro no fim-de-semana. Há países que têm o voto por correio, o voto eletrónico, o voto antecipado, e eleições que se repartem por dois dias. Países como a Suécia e a Noruega que reúnem mais facilidades à participação registam menores taxas de abstenção.

Em Portugal não há facilidades ao voto. A Áustria, por exemplo, tem mesas eleitorais em hospitais e residenciais seniores. Em Itália, facilitam os transportes aos eleitores e propiciam condições nos hospitais e residenciais.

As explicações sobre a abstenção eleitoral na Europa Ocidental partem de três fatores:

1. Institucionais (diferenças entre as instituições políticas democráticas de diferentes países-tipo de eleições, sistema eleitoral e grau de fragmentação do sistema partidário);
2. Sociológicas (grau de desenvolvimento económico, apesar de se verificar que a taxa de abstenção é elevada também em países com PIB *per capita* elevado);

3. Competitividade política (a capacidade de mobilização das classe sociais, sindicatos e partidos, tem sido analisada como uma das responsáveis pelos níveis de participação política).

Num estudo feito por dois autores⁹¹, que tomaram como base países com desenvolvimento económico semelhante, concluíram que a cultura política, composta pelos valores, os costumes culturais, e as atitudes, é um fator importante e que influencia o comportamento político, que por sua vez se reflete na participação eleitoral.

O fim do crescimento económico, que caracteriza a maior parte dos países latino-americanos recém saídos de regimes ditatoriais, significou não apenas o descrédito dos partidos e dos governantes civis, como também uma queda do apoio ao sistema democrático.

⁹¹ Cf. ANDRÉ BLAIS, AGNIESKA DOBRZYNSKA, Turnout in electoral democracies, *European of Journal Political Research*, n.33, 1998, pp. 239-261.

5 - Explicação da Abstenção

a) Sistema político ⁹²

Após o fim da monarquia absoluta em 1820, Portugal começou a ter governos eleitos pelo povo. Contudo, durante quase dois séculos, o regime democrático passou por diversos períodos em que as liberdades públicas de expressão, de reunião e de associação sofreram limites.

O regime salazarista, caracterizado por uma ditadura, durou 34 anos, e terminou em 25 de Abril de 1974, um ano após, realizaram-se as primeiras eleições livres e com sufrágio universal (em que todos os cidadãos maiores de idade que quiseram, puderam votar).

Quer em 1833, quer em 1974, Portugal era uma das poucas democracias do mundo.

“A Constituição é a lei suprema do país. Consagra os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais por que se rege o Estado português e as grandes orientações políticas a que os seus órgãos devem obedecer, estabelecendo também as regras de organização do poder político.”⁹³

Estabelece e define a estrutura do Estado, bem como as funções dos quatro órgãos de soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais) e dos órgãos de poder político (regiões autónomas e autarquias) a as formas de relacionamento entre os vários órgãos.

Todas as leis tem de se subordinar à Constituição caso contrário serão consideradas inválidas.

⁹² <http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa.aspx>, 25/2/2017.

⁹³ Ibid.

A Constituição da República Portuguesa foi aprovada em 1976 e desde então já teve várias alterações.

b) Sistema Eleitoral

O sistema eleitoral português é um sistema de representação proporcional que foi adotado para as eleições da assembleia constituinte, segue o método de Hondt e destinava-se a escolher os representantes e não os governantes.

Foi integrado na Constituição, o que originou não só a escolha dos governantes como dos representantes e dificultou a sua revisão.

Este sistema foi escolhido como resposta ao sistema maioritário do Estado Novo. Como o país estava cansado de “ governabilidade” optou pela representatividade. Deu-se assim preferência à consociatividade em detrimento dos governos maioritários.⁹⁴

O método de Hondt é aquele que escolhe pela média mais alta, sendo um método que mais distorce a proporcionalidade, o que parece um contrassenso.

Os distritos também adotaram uma configuração de circunscrição eleitoral,⁹⁵ o que provocou a organização dos partidos numa base distrital.⁹⁶

Várias são as opiniões acerca do impacto dos sistemas eleitorais, sejam eles proporcionais ou maioritários.

O sistema eleitoral existente de representação proporcional, favorece a partidocracia na medida em que permite a concorrência de mais partidos, permite uma oferta maior, mas afasta

⁹⁴ Cf. M. BRAGA DA CRUZ, *Politica Comparada*, Cruz Editores, Braga, 2015, pp. 204-206.

⁹⁵ Ver quadro 6.

⁹⁶ *Ibid.*

os cidadãos das instituições, dando maior poder aos partidos, menos independência aos deputados, e dificulta a obtenção de maiorias governamentais, produzindo uma governabilidade mais instável. Os sistemas proporcionais produzem eleições menos decisivas que podem provocar menores níveis de participação. Contudo, há quem defenda que aumenta a participação eleitoral em virtude de acarretar uma maior oferta partidária.

O sistema maioritário parece, à partida, pelas suas características, incentivar à abstenção, na medida em que o seu grau de proporcionalidade é menor, sendo que os dois maiores partidos anulam as hipóteses dos mais pequenos. Contudo, é um sistema em que o eleitorado elege diretamente o candidato, há uma maior aproximação aos deputados, e uma melhor representação da circunscrição, além de que proporciona uma governabilidade mais estável.

Jackman⁹⁷ analisou as instituições políticas e participação eleitoral nas democracias industriais e conclui que os fatores institucionais são mais importantes na hora de determinar os níveis de participação eleitoral, apontando o voto obrigatório, o unicameralismo e o sistema de representação proporcional como os determinantes mais importantes para a participação eleitoral.

Os defensores do sistema proporcional advogam que este sistema pode ser um elemento importante ao ter um impacto positivo nas taxas de participação. Em primeiro lugar, porque reduz as distorções entre votos recebidos e lugares preenchidos pelos partidos, encorajando a participação dos que apoiam os pequenos partidos, em segundo porque estimula a competitividade eleitoral, favorecendo a formação de sistemas multipartidários, aumentando as opções eleitorais.

⁹⁷ R. W. JACKMAN, "Political institutions and voter turnout in the industrial democracies", *American Political Science Review*, v. 81, n.2, 1987.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Por seu lado, nos sistemas multipartidários, a formação dos governos é muitas vezes feita de coligações que resultam de negociações entre as elites em vez de serem respeitados os votos dos eleitores.

É assim de realçar que o sistema eleitoral é ele, em si, um dos fatores institucionais que pode influenciar a participação eleitoral.

Por sua vez Eva Perea, defende que o impacto dos sistemas eleitorais na abstenção é ambígua, verificamos que, se por um lado um sistema proporcional pode incentivar à participação eleitoral porque há menos votos desperdiçados e é mais difícil a existência de alternativas competitivas, por outro lado, os sistemas maioritários, a uma só volta, podem estimular a participação eleitoral, tendo em conta que, a eleição entre as alternativas de governo e oposição, são mais claras, o que beneficia o eleitor na decisão do voto.

Os estudos feitos sobre o impacto do sistema eleitoral na taxa de abstenção não apontam conclusões concretas contudo podemos observar em Portugal que o sistema eleitoral atual tem fomentado governos mais instáveis, que por sua vez podem influenciar na decisão do eleitor escolher em ir votar ou não.

Em suma, um sistema multipartidário pode oferecer mais opções de escolha, mas pode confundir o eleitor, enquanto um sistema bipartidarista é mais simples e traz menos custos ao eleitor bem como promove uma aproximação com os candidatos, e “produz” governos mais estáveis.

Um outro ponto a analisar e com real interesse para o estudo da abstenção prende-se com o sistema partidário português.

c) Partidos e sistema de partidos

“O sistema de partidos em Portugal evoluiu de uma situação de pluralismo polarizado (1976-1985), caracterizado por quatro partidos de relevância e por um grau significativo de instabilidade governamental (em 10 anos houve 9 governos), para um sistema maioritário no qual os dois partidos do centro obtiveram maiorias parlamentares”⁹⁸. Constata-se esta observação através dos resultados das eleições.

O aparecimento de novos partidos veio contribuir para favorecer a fragmentação (entenda-se como o número de partidos que compõe a arena eleitoral) do sistema político e, assim, quanto maior for o número de partidos maior será o grau de fragmentação do “tecido político”.

Os índices de fragmentação permitem avaliar com maior nitidez a intensidade de concentração do voto, assim como a relação entre o número de partidos e o seu tamanho. Dá também um panorama sobre a configuração das relações parlamentares entre o governo e a oposição.

Constatamos pela análise do quadro 11, reproduzido na página seguinte, que Portugal regista índices altos de fragmentação, isto é, tem uma variedade de partidos que concorrem nas eleições, fracionando assim os votos. Contudo, no caso português os partidos sempre mais votados são o PS e o PSD, dividindo a maioria dos votos.

⁹⁸ M. COSTA LOBO, *Análise Social*, volume XXXI, ICS, Lisboa, 1996, pag. 1085.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Quadro 11 - índices de Fragmentação política em Portugal desde 1976 até 2015. ⁹⁹

| Ano | Índice de fragmentação |
|------|------------------------|
| 1976 | 14 |
| 1979 | 12 |
| 1980 | 15 |
| 1983 | 15 |
| 1985 | 11 |
| 1987 | 13 |
| 1991 | 12 |
| 1995 | 13 |
| 1999 | 12 |
| 2002 | 12 |
| 2005 | 10 |
| 2009 | 14 |
| 2011 | 16 |
| 2015 | 22 |

Fonte: Dados retirados dos mapas oficiais do CNE(www.cne.pt).

O sistema eleitoral tem efeitos diretos sobre a determinação da fragmentação, na medida em que sistemas eleitorais maioritários produzem índices de fragmentação menores, pois a concentração do voto é feita em menos partidos e normalmente os mais importantes, como, por exemplo, no Reino Unido. Em Portugal, como o sistema eleitoral é de representação proporcional, a fragmentação é maior.

⁹⁹ Dados retirados dos mapas oficiais do CNE, www.cne.pt.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Assistimos também a um crescimento do número de partidos, ao longo dos anos, e isso deve-se ao facto de haver uma “maior institucionalização das forças políticas e ao acesso a propaganda, facilitada pelos meios públicos de comunicação”¹⁰⁰, bem como ao aparecimento de partidos com tendência mais extremistas.

Pela análise dos votos nos vários partidos, nas eleições legislativas desde 1976 a 2015, podemos retirar algumas conclusões:

Em 1976, registamos uma tendência para o centro esquerda com os partidos do CDS e PPD a reunirem 40% dos votos¹⁰¹.

Em 1979, temos a coligação AD (CDS, PSD e Partido Popular Monárquico (PPM)) a arrecadar 42,52% dos votos mais uma vez a tendência centro esquerda.

Em 1980, mais uma vez a AD obteve 44,91% dos votos.

Em 1983, o PS conquista 36% dos votos, com o PSD/PPM e CDS a recolher 40%.

Em 1985, o centro direito conquista cerca de 39%, contra 21% do PS.

Em 1987, o PSD/PPD atinge um resultado de 50%, há destacar a queda surpreendente do CDS para valores na ordem dos 4%.

Em 1991, o PSD/PPM mantem a mesma tendência de maioria, com mais de 50% dos votos ganhos.

Em 1995, o PS chega aos 40% e o PSD/PPM desce dos 50% para 34%.

Em 1999, o PS mantem-se na liderança, sendo de registar uma subida significativa do CDS.

¹⁰⁰ P. DEL CASTILLO, *Comportamiento Politico Y electoral*, CIS, Madrid, 1994.

¹⁰¹ Mapas oficiais das Eleições Legislativas publicados pela CNE (resultados eleitorais de 1976 a 2015), www.cne.pt.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Em 2002, o PSD/PPM e o PS registam resultados muito próximos, havendo a destacar a entrada do BE.

Em 2005, regista-se uma descida grande no PSD e uma subida no PS, sendo de realçar o aumento de 4%, face às eleições de 2002, do BE.

Entre 1987 e 2005, a votação conjunta no PS e no PSD situou-se perto dos 80%. Mas desde então, decresceu para cerca de 65%, os valores habituais nos primeiros anos de democracia, denotando assim um claro afastamento dos eleitores em relação aos partidos que sustentaram o sistema eleitoral português ao longo dos anos.

Em 2009, há a evidenciar a subida do CDS e a contínua subida do BE, o PSD mantém-se e o PS tem uma ligeira descida, podendo especular-se uma suposta transferência de votos do PS para o BE.

Em 2011, nova reviravolta, sobe o PSD e desce o PS, o BE regista uma descida de 3%.

Em 2015, a coligação CDS/PSD ganha as eleições com 36,98%, contra os 32,2% do PS. Mais tarde dá-se a coligação do PS com PCP, BE e Os Verdes que constituiu governo, o qual se mantém atualmente. De registar um aumento significativo do BE, podendo interpretar-se que este partido recebeu votos de vários eleitores que estariam desiludidos com o PS e o PSD.

Pelos resultados das várias eleições, podemos constatar que há moderação nos nossos governos, na escala esquerda – direita. Portugal tem tendência para o centro direita.

De referir que, em Portugal, os níveis de filiação em partidos e de participação em associações políticas são muito baixos, o que denota uma sociedade civil “distante” do campo político. A população em geral não rejeita a democracia mas não participa nela, a não ser em época eleitoral.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Giovanni Sartori, definia partidos relevantes como aqueles partidos que tinham representação parlamentar que lhes permitisse formar coligações ou que tinham poder de “chantagem” para influenciar o comportamento dos outros partidos não tidos como relevantes.

Nas eleições legislativas de 1985, só os partidos CDS, PSD, PS e PCP, juntamente com o Partido Renovador Democrático (PRD), são considerados partidos relevantes à luz da definição de Sartori.

Em 1987, dá-se uma viragem, na medida em que se passa de um pluralismo polarizado para um sistema maioritário composto pelos dois principais partidos PS e PSD. A alternância entre estes dois partidos no governo confirma a bipolarização do sistema.

Também se pode associar o fenómeno abstenção a esta realidade. Como a alternância entre os partidos é sempre a mesma, o eleitorado convence-se que o seu voto é pouco relevante para uma eventual mudança.

O pouco interesse demonstrado pelos eleitores para com os partidos não implica que não o tenham pelos assuntos públicos e do governo.

O papel dos partidos na sociedade é o de desenvolver uma relação de intermediário entre os governantes e os cidadãos, de forma a exprimir a vontade popular, fazer a ligação entre o povo e o governo e acima de tudo, com o objetivo máximo de assegurar o desenvolvimento da democracia.

Quanto maior for a importância dos partidos na sociedade, bem como a alta densidade organizativa, menor será a abstenção, na medida em que os eleitores se sentem ligados aos partidos, pois são mobilizados, informados e influenciados por eles.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

O mesmo acontece com outras instituições públicas, como associações, organizações etc. Quanto maior penetração tiverem na sociedade através de um elevado número de membros, maior é o seu grau de influência.

Os partidos políticos e os sindicatos sempre tiveram uma função mobilizadora da sociedade, pois consciencializam os indivíduos, despertando os seus interesses, e contribuem para que os custos com a decisão do voto decresçam. Aqui podemos observar que em Portugal quem teve esse papel foram sempre os partidos da esquerda, através dos seus sindicatos, não obstante o papel destes ter vindo a esbater-se.

Analiseemos também o índice de volatilidade, como sendo o movimento de eleitores entre partidos ou blocos de partidos e a estrutura social.

Analizando o quadro abaixo:

Quadro 12 - Volatilidade e Saliência de bloco (esquerda – direita)

| Ano | Volatilidade total | Volatilidade de bloco | Saliência de clivagem (bloco esquerda-direita) |
|------|--------------------|-----------------------|--|
| 1976 | 8 | 5,04 | 62,8 |
| 1979 | 8,6 | 0,5 | 6 |
| 1980 | 4 | 2,05 | 51,3 |
| 1983 | 9,9 | 4,2 | 42,4 |
| 1985 | 21,3 | 0,15 | 0,7 |
| 1987 | 22,3 | 7,6 | 34,1 |
| 1991 | 13,6 | 3,3 | 24,3 |
| 1995 | 19,4 | 6,9 | 35,6 |

Fonte: MARINA COSTA LOBO, *Análise Social*, volume XXXI, pag. 1092.

A maior parte da volatilidade é entre partidos do mesmo bloco. A força da clivagem esquerda – direita é substancial em Portugal, o que significa a falta de enraizamento dos partidos portugueses.

Durante o período de 1976 a 1983 a volatilidade total foi reduzida, não havendo qualquer mudança significativa na representação parlamentar de qualquer partido. De 1985 a 1995 houve uma reconfiguração do sistema partidário e a volatilidade duplicou com o fortalecimento dos dois partidos do centro.

Alguns autores¹⁰² apontam como uma das hipóteses explicativas da concentração do voto nos dois maiores partidos e do crescimento da volatilidade, após 1983, o declínio do impacto eleitoral das clivagens estruturais tradicionais, decorrente da modernização socioeconómica. Contudo consideram-no um elemento meramente inferido da evolução dos resultados eleitorais.

Apesar dos estudos existentes não serem conclusivos no que toca ao impacto, quer do sistema eleitoral quer do sistema de partidos, nem para as variáveis individuais, sobre a taxa de abstenção, podemos tecer algumas considerações:

- 1- As variáveis individuais não foram suficientes para explicar o comportamento abstencionista;
- 2- As variáveis políticas também não são suficientes, por si só, para explicar a abstenção;
- 3- Logo, elas têm de ser correlacionadas entre si e não isoladamente. O fenómeno abstenção explica-se por uma multivariabilidade de fatores, quer de carácter individual, quer agregado.

¹⁰² Joaquim Aguiar, Manuel Braga da Cruz e Marina Costa lobo, M.COSTA LOBO, *Análise Social*, volume XXXI, pag. 1092.

Em vez de se confrontarem as correntes teóricas supostamente antagónicas, parece mais proveitoso considerar a possibilidade de que fatores sociológicos e psicossociológicos, numa relação complexa com contextos socioeconómicos e institucionais, sejam, todos eles, consideráveis e importantes para a explicação do comportamento eleitoral, ou seja, todos os fatores têm de ser considerados de forma correlacionada ou interdependente.

São vários os autores que ao longo dos anos defendem as suas teorias sobre a crise dos partidos, a desconfiança nas instituições políticas e a diminuição da participação eleitoral.

Por ordem cronológica podemos referir alguns:

Valdés¹⁰³ defende que a crise dos partidos e a legitimidade democrática na Europa, pelo menos desde meados dos anos 90 do século XX, (é a partir desta década que se verifica a tendência crescente das taxas de abstenção, conforme observámos atrás) relacionam-se com os acontecimentos que se sucederam na vida política de uma boa parte das democracias europeias, a partir da década de 70 daquele século.

Tem-se assistido a um enfraquecimento da democratização da vida interna dos partidos. No início dos referidos anos 90, mais do que o declínio, assiste-se a uma mudança ou adaptação dos partidos às novas formas de organização, mais distantes da sociedade civil, com menos filiados e com maior autonomia e centralização das direções partidárias, o que estaria na base do crescimento de “uma política anti-partidos”.

Os partidos políticos deixaram de se preocupar com os programas eleitorais passando a ter uma preocupação quase exclusiva com a competição eleitoral, ou seja, o seu objetivo

¹⁰³ R. L. BLANCO VALDÉS, *Ley de bronce, partidos de hojalata, crisis de los partidos y legitimidad democrática en la frontera del fin de siglo*, In, A. PORRAS NADALES, (Org.), *El debate sobre la crisis de la representación política*, Editorial Tecnos, Madrid, 1996, pag.192.

principal é ganhar as eleições, ao que Panebianco¹⁰⁴ chama de “processo de estatização dos partidos”. O que o autor pretende dizer com estatização dos partidos é que a sua relação preferencial passou a ser com o Estado, deixando para segundo plano os eleitores, promovendo assim um afastamento em relação a estes. Os partidos aproximaram-se tanto do Estado que se tornaram dependentes dele. O financiamento dos partidos por parte do Estado é um dos principais responsáveis pela sua estatização, sendo o Estado atualmente o maior financiador dos partidos políticos. Em Portugal, o financiamento dos partidos está regulado pela Lei n.º 19/2003¹⁰⁵, de 20 de junho.

Ao analisar as causas do agravamento da crise de legitimidade, o autor exemplifica, o caso da Itália, onde esse processo foi muito evidente (associado às formas de financiamento dos partidos, como escândalos políticos,

a ausência de controlo por parte dos militantes do que foi arrecadado pelos partidos, e a fragmentação dos partidos). Os partidos perderam a credibilidade, burocratizaram-se e distanciaram-se das suas bases sociais. O decréscimo do número de filiados e a desconfiança dos cidadãos em relação às estruturas de liderança dos partidos são fenómenos paradigmáticos das democracias ocidentais.

Peter Mair¹⁰⁶ foi também um estudioso desta matéria e utilizou dados de 80 partidos em 20 países, dedicando-se ao estudo da organização interna dos partidos, dando relevância à relação com a sociedade civil, a participação em governos e o número de filiados e concluiu

¹⁰⁴ Â. PANEBIANCO, *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*, Martins Fontes, São Paulo, 2005, pp.510-511.

¹⁰⁵ Com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, Lei n.º 64 A/2008, de 31 de dezembro (TP), Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro (TP), e Lei Orgânica n.º 5/2015, de 10 de abril.

¹⁰⁶ P. MAIR, I. VAN BIEZEN, *Party membership in twenty european democracies, 1980-2000: Party politics*, vol.7, n.1, 2001, pp.5-21.

que há efetivamente um crescimento da desconfiança em partidos e políticos em todos os países analisados.

Os partidos, tendo um papel fundamental na mobilização dos eleitores e ao descurar este papel, estão a contribuir para que os eleitores se alienem da principal forma de participação política, ou seja, de exercer o voto, incrementando assim o fenómeno abstenção. Estudos recentes comprovam e defendem que os partidos não estão em decadência, mas simplesmente que estão a mudar as suas diretrizes como seja a mudança de uma estrutura hierárquica para uma organização estratificada onde prevalecem a autonomia e independência.

Recorrendo às explicações sociológicas, que, embora considerem que se trata de uma abordagem “tradicionalmente mais promissora na explicação das variações entre os níveis de abstenção em diferentes países”, ao relacionarem o grau de desenvolvimento económico como um dos fatores explicativos das diferenças entre países em termos de participação eleitoral, com base nos dados apresentados, afirmam que isso não se verifica na Europa Ocidental onde a abstenção tende a ser mais elevada nos países com um PIB *per capita* também mais elevado (André Freire e Pedro Magalhães). Temos como exemplo a Suíça, a Noruega e a Finlândia.

Quanto à competitividade política, o argumento principal é o de que “A capacidade mobilizadora das classes sociais, dos sindicatos e dos partidos tem sido assinalada por diversos estudos como uma das fontes mais importantes de variações a nível de participação eleitoral”¹⁰⁷. O que se pode inferir que, sem fortes organizações partidárias enraizadas na sociedade, é mais difícil haver uma forte mobilização eleitoral.

¹⁰⁷ A. FREIRE, P. MAGALHÃES, *A abstenção eleitoral em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002, pag. 124.

Gray e Caul¹⁰⁸, quando analisaram o declínio da participação eleitoral em 18 países, no período de 1950 a 1997, sendo essencialmente democracias industriais avançadas, tomaram por base as eleições presidenciais e parlamentares, demonstrando que esse decréscimo é explicado, em larga medida, pela sistemática diminuição da mobilização do que eles chamam de “eleitores periféricos” (são os eleitores que são mobilizados apenas em períodos eleitorais).

Os autores defendem mais uma vez que a falta ou o decréscimo da mobilização influenciou a queda da participação contra o aumento da abstenção. Defendem que um dos fatores que explica a descida da participação eleitoral é o declínio sentido da militância sindical e partidária na generalidade das democracias ocidentais, reforçando assim a mesma opinião já defendida por outros autores precedentes. Defende também que a esquerda tem vindo a ter um declínio desde os anos 80 do século XX, o que tem provado impacto na mobilização que por sua vez se repercute na participação eleitoral.

Hansen e Rosenstone¹⁰⁹ já tinham destacado a importância da mobilização.

Ao analisar o declínio da participação eleitoral nos Estados Unidos, entre 1952 e 1988, por meio de diversos *surveys*¹¹⁰, os autores defendem que quem determina a participação política são fatores de ordem política, dando destaque ao trabalho de mobilização por parte de dirigentes políticos e de partidos, ou seja, quando há esforço nesse sentido, a participação nas eleições aumenta.

Mais uma vez, a importância da mobilização do eleitorado é evidenciada no artigo “*Mobilization social network and turnout: evidente from Japan, de Cox*, onde Rosenbluth e

¹⁰⁸M. GRAY, & M. CAUL, Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997, the effects of declining group mobilization, *Comparative Political Studies*, 33 (9), 2000, pp. 1091-1122.

¹⁰⁹ J. MARK HANSEN, J. STEVEN ROSENTONE, J. STEVEN, *Mobilization, participation and democracy in America*, MacMillan, New York, 1993.

¹¹⁰ Significa estudos e pesquisas feitas.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Thies analisam a participação no Japão no pós-Segunda Guerra Mundial, e defendem que a participação eleitoral está diretamente relacionada com o esforço de mobilização das elites políticas e é “estrategicamente direcionada quando a disputa eleitoral está equilibrada, e mais eficaz quando é dirigida a pessoas ligadas a redes de relações sociais”, pois estas contribuem para o aumento da participação eleitoral.

Daqui podemos discorrer que quanto maior for a mobilização social e política encetada por entidades como os sindicatos, partidos políticos e outras instituições, junto dos cidadãos, menor será a abstenção eleitoral.

Mas, à medida que o *marketing* tomou a dianteira nas campanhas eleitorais bem como os *media*, decresceu a mobilização dos eleitores por parte dos partidos, diminuindo a participação eleitoral.

Convém referir que a capacidade de mobilização por parte dos agentes políticos como partidos políticos, instituições e governantes, também tem sido condicionada por vários fatores externos entre os quais destacamos:

Mudança dos parâmetros da cultura política (a própria evolução da sociedade provocou esta mudança);

Crise ou transformação do Estado providência (a própria noção do Estado providência alterou-se, passando de um Estado-nação a um Estado mais globalizante e mais aberto às influências externas);

Necessidade da reforma do sistema político, a falta de adaptação às mudanças faz com que seja necessário repensar os sistemas políticos;

Menor poder de intervenção do Estado numa sociedade mais globalizada (resultante de um maior fluxo de informação e de relações transnacionais).

A falta de identificação dos eleitores com os partidos, tem sido apontada como um fator que influencia o abstencionismo de protesto. Segundo os autores Subileau e Toinet ¹¹¹, isso não é específico da França, mas uma característica presente nas democracias europeias e que contribui para o declínio da participação eleitoral.

A incapacidade da classe política em resolver os problemas económicos e sociais, a sede constante dos políticos em querer apenas manter o poder, são fatores que influenciam na hora da votação, uma vez que os que se encontram em situações de desemprego apontam estas razões para não votar (entrevistas feitas em França e que constam dos estudos feitos por Subileau) bem como percecionam as eleições como um engodo.

Ainda sobre a identificação partidária, os autores (Michael Baum e Ana Espirito-Santo), tomando como base dados do “*Mannheim Eurobarometer Trend File*” , 1970-1999) sugerem que em Portugal, em 1994, não havia sintomas de crise na identificação partidária e, segundo dados do Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses numa Perspectiva Comparada (CEAPP)¹¹² de 2002, 33% dos homens e 47% das mulheres afirmaram que se sentiam próximos de um partido.

Freire e Magalhães, na sua análise comparativa sobre a abstenção eleitoral em Portugal relativamente à Europa, utilizando as eleições legislativas e os referendos, defendem que entre os fatores que explicam o comportamento abstencionista, quer em Portugal, quer na União Europeia, os mais significativos são de ordem política: acentuado decréscimo da identificação dos eleitores com os partidos políticos, oferta partidária desadequada, desinteresse pela

¹¹¹ F. SUBILEAU, M. FRANCE TOINET, L’abstentionnisme en France et Aux Etats-Unis, méthodes et interpretations, In, GAXIE, Daniel (Org.), *Explication du vote*, Un bilan des études électorales en France, Paris, Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989.

¹¹² Comportamento Eleitoral e Atitudes Políticas dos Portugueses numa Perspectiva Comparada, CEAPP) sobre as eleições legislativas de 2002 - Inquérito pós-eleitoral.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

política e crescente desconfiança nas instituições democráticas e nos políticos, bem como uma escassez de contactos entre eleitores e seus representantes.

Os autores chamam a atenção dos limites de algumas interpretações, como os modelos que utilizam apenas variáveis sociológicas (maiores recursos económicos e educacionais). Na Europa, onde se inclui Portugal, a pesquisa revelou que apenas a estrutura etária nos diferentes países explica as diferentes taxas de abstenção: quanto maior a percentagem de jovens na estrutura etária, maior a taxa de abstenção. As restantes variáveis não revelaram impacto estatisticamente significativo, como já referimos atrás.

A pouca densidade sindical e a baixa polarização ideológica são fatores que também convém referir uma vez que entre os abstencionistas, a maioria não é sindicalizada, e nos países onde se observa uma baixa polarização ideológica, a abstenção é maior.

O grau de confiança nas instituições é crucial como demonstram os autores, que mostram que nas democracias industrializadas essa confiança tem diminuído, enquanto aumenta a abstenção eleitoral.

A satisfação e a confiança no sistema democrático são fatores que influenciam a participação eleitoral. Tomemos, como exemplo, alguns boicotes que se fazem em algumas regiões do país no decorrer de determinadas eleições. Este tipo de comportamento por parte dos eleitores, é revelador de insatisfação e desconfiança nas instituições e no sistema político, que se repercute na abstenção.

Há também quem defenda que os indivíduos satisfeitos também se abstêm porque confiam no sistema e se não votarem, as coisas mantêm-se a funcionar. Esta abstenção é entendida como um efeito de normalização político institucional¹¹³.

Em Portugal, segundo os estudos feitos os indivíduos mais satisfeitos são os que mais participam.

Também autores como Dalton¹¹⁴, Schmitt e Holmberg¹¹⁵, concluem que há um claro declínio da identificação dos indivíduos com os partidos nas democracias industrializadas o que pode explicar a abstenção e por sua vez a diminuição da participação eleitoral. ¹¹⁶

Um fator também relevante a analisar e que foi alvo de estudos por parte de autores como Barnes e Kaase¹¹⁷, Inglehart, 1990¹¹⁸ e Catterberg 2002¹¹⁹, é o facto de haver uma relação direta entre os níveis de participação política e a frequência com que os cidadãos leem jornais, veem televisão, ou ouvem a rádio, bem como o sexo feminino ter um nível de exposição menor aos meios de comunicação, não só em Portugal como noutros países, Norris e Inglehart.

Resumindo, constata-se a tendência crescente das taxas de abstenção em vários países da Europa bem como de alguns fora da Europa. Para a sua explicação contribuem um conjunto diversos de várias variáveis: culturas políticas, tipo de eleições, sistema eleitoral, sistema de

¹¹³ P. NORRIS, Introduction, the growth of critical citizens, In Pippa Norris (org.), *Critical Citizens, Global Support for Democratic Governance*, Oxford University Press, Oxford, 1999.

¹¹⁴ R. J. DALTON, & M. P. WATTENBERG, The decline of party identifications, *Parties without partisans*, Oxford University Press, New York, 2000, pp.19-36.

¹¹⁵ H. SCHMITT & S. HOLMBERG, Political Parties in decline? In Hans-Dieter Klingemann and Dieter Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford University Press, Oxford, 1995.

¹¹⁶ A. FREIRE, *Abstenção eleitoral em Portugal*, 2002 a, pag. 139.

¹¹⁷ S.H. BARNES & M. (Eds.) KAASE, *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Sage Publications, Beverly Hills and London, 1979.

¹¹⁸ R. INGLEHART, *Culture shift in advanced industrial society*, Princeton University Press, Princeton, 1990.

¹¹⁹ R. INGLEHART & G. CATTERBERG, Trends in political action, the developmental trend and the post-honeymoon decline *International Journal of Comparative Sociology*, aug. 2002, pp.300-316.

partidos, diversidade institucional, facilidades ao voto, fragmentação dos partidos, abstencionismo técnico, mobilização dos eleitores, descrédito nas instituições como partidos e outros, etc.

Fatores que podemos classificar de sociológicos, político-institucionais e sistémicos que tem de ser interrelacionados e analisados agregadamente. O problema da abstenção não é exclusivo de Portugal mas comum a vários países. É uma tendência generalizada nas democracias ocidentais antigas e modernas, pelo que, para a sua explicação contribuem variadíssimos fatores como já verificámos atrás pela exposição feita.

d) Importância das Eleições

Como verificámos atrás na análise das taxas de abstenção em várias eleições, constatamos que as eleições legislativas registam taxas mais baixas de abstenção do que as presidenciais e europeias, pelo que se pode concluir que a taxa de abstenção é condicionada em função do tipo de eleições.

Uma eleição em que os resultados são incertos é mais propícia a uma maior mobilização por parte dos partidos, bem como o sentimento por parte do eleitor é o de que o seu voto pode ser mais decisivo, logo pode influenciar a abstenção.

O fator competitividade das eleições pode explicar parte do fenómeno da participação eleitoral/abstenção, na medida em que uma eleição em que haja candidatos muito competitivos e com poucas diferenças leva a que o eleitorado se pronuncie e participe mais.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

De facto, as eleições parlamentares não têm a mesma relevância em todos os contextos constitucionais, pois se estivermos a considerar um contexto onde se coloca a hipótese de escolha de governo, estas eleições terão, com toda a certeza, mais adesão. Todas as eleições que têm um objetivo pouco definido terão menos adesão.

Corroborando a opinião de Eva Perea, a qual defende que existem três contextos em que a taxa de abstenção diminui:

- 1- Quando as eleições parlamentares são fundamentais na estrutura institucional do sistema político do país;
- 2- Quando existe distinção clara entre o governo e oposição;
- 3- Quanto se perspetiva a mudança do governo.

No que toca ao primeiro ponto, se a distinção entre os partidos que estão no governo e os da oposição for pequena, a tendência para a abstenção é também baixa, pois o eleitor já sente que o seu voto pode fazer a diferença.

Em segundo lugar, se os programas de cada partido (governo e oposição) forem muito diferentes, a abstenção tende a ser maior, ao contrário do que se passa quando estes são muito semelhantes.

Por último, as expectativas de uma mudança de governo aumentam a participação dos eleitores. As pessoas votam se estão ou não de acordo com a atuação do governo, sendo um motivo forte para que os eleitores se motivem a votar.

As pessoas também votam por incentivos institucionais e por identidades partidárias e culturais: é o caso do voto obrigatório. Países em que existe este incentivo institucional, a taxa de abstenção é menor.

Quanto mais delimitada está a distinção entre os partidos do governo e a oposição, mais fácil será para o eleitor avaliar e julgar o governo, assim como será mais fácil atribuir-lhe responsabilidade e decidir o seu voto. Pelo que, quanto mais diversificadas forem as ofertas políticas dos diferentes partidos, mais baixos serão os custos dos eleitores em obter informação e tomar uma decisão sobre o seu voto¹²⁰, logo, a taxa de abstenção será menor.

Tomando como exemplo um governo de coligação, será mais difícil para o eleitor avaliar e atribuir responsabilidade individual ao partido a quem deu o seu voto.

A diferença essencial entre uma eleição de alto estímulo e outra de baixo estímulo assenta na importância que o eleitorado dá a essa eleição entre as diversas alternativas de partidos e candidatos que se apresentam a votos. Se se perceber que a vitória de um ou de outro não implica diferenças importantes, os estímulos para votar serão menores. O mesmo será dizer que, se existir competitividade nas eleições, esta pode influenciar a taxa de abstenção, na medida em que a probabilidade de descer a abstenção aumenta.

Quando há uma proximidade entre os candidatos e os partidos nas eleições, os eleitores têm tendência a votar mais. Quando há uma distância muito grande e ainda por cima quando as próprias sondagens preveem vitória a um deles, a motivação do eleitor para votar diminui.

Por sua vez, o sistema político não afeta de igual modo todos os eleitores, na medida em que há os interessados e os que são alheios, e estes últimos precisam de incentivos para votar. E este item (incentivos para votar) vai ser abordado no próximo ponto em: “por comparação às democracias europeias”.

Um outro aspeto importante a ter em conta é o ciclo eleitoral, a data em que se realizam as eleições, isto é, o governo passa por ciclos de popularidade durante o seu mandato, que

¹²⁰ S. ROKKAN, “Electoral systems”, In David Sills (Ed.), *International Encyclopedia of the social sciences*, Vol. 13, London, Collier Macmillan Publishers, 1972.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

podem condicionar os resultados dos partidos que exercem o poder. Nas eleições de segunda ordem, dependendo assim da data em que estas ocorrerem, os resultados não serão os mesmos numa altura de estado de graça, ou em altura de lançamento de medidas impopulares. Aliás a própria marcação das eleições também joga com este ciclo de popularidade.

E, por último, convém referir ainda que o número de eleições também poderá ter o seu impacto na taxa de abstenção, pois quantas mais houver, maior será a probabilidade de o eleitor se abster, ou melhor dizendo, quanto maior for a proximidade entre as eleições, maior será a probabilidade de altas taxas de abstenção, pois pode provocar fadiga no eleitor e desincentivar a votar.

No próximo capítulo abordaremos os efeitos da abstenção no sistema político/democracia. Serão desenvolvidos os fatores: **media e corrupção** como influenciadores do fenómeno abstenção.

6 - Efeitos da abstenção eleitoral no sistema político e na democracia

Após a demonstração e constatação do fenómeno da abstenção, cabe enumerar os efeitos desta sobre a democracia e dar resposta à questão principal que foi colocada por esta tese “ **A Abstenção eleitoral coloca em risco a legitimidade da democracia?**”

Para melhor compreendermos o contexto deste fenómeno em Portugal, faremos referência a uma breve resenha sobre a evolução do sistema político português.

Portugal esteve cerca de quarenta anos submetido a um regime político autoritário e fechado às influências externas, justificado pela sua política colonialista, por razões económicas e pela estabilidade social. A cultura política existente nesta altura era a de total submissão à autoridade do governo.

A mudança política do regime autoritário para a democracia deu-se através do golpe militar de 25 de abril de 1974 encetado pelas Forças Armadas, que criou as condições para o exercício das liberdades individuais e de associação, bem como a implementação do atual sistema político, tendo, como princípio, a participação de todos os cidadãos através dos atos eleitorais.

Abriu-se caminho aos partidos políticos para assim poderem ocupar os lugares do poder.

Vale a pena realçar a ideia de que ao longo da consolidação da democracia em Portugal se foi dando um afastamento crescente entre eleitores e eleitos, retratados neste aumento consistente da abstenção a partir de 1980, factos já demonstrados nos capítulos anteriores.

Convém referir que entre 1975 e 2009 ocorreu, também, um reforço do peso eleitoral dos dois principais partidos políticos. PSD e PS nascem de uma matriz comum, a social-

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

democracia, e foram intensificando a concentração de voto após 1985, ano em que os dois partidos juntos registaram o valor mais baixo da democracia.

Nas democracias modernas, os fenómenos políticos como a abstenção eleitoral dão-se cada vez mais independentemente de fatores económicos e demográficos e isso também pudemos provar pela exposição que se tem vindo a fazer.

Um nível elevado de abstenção pode significar exclusão de uma parte da cidadania num aspeto fundamental de democracia. Pelo contrário, uma alta participação eleitoral é sinónimo de integração política.

Uma alta abstenção pode também significar uma perda para todos os cidadãos, porque os políticos não só entram num processo governativo autocrático, cujo poder é exercido de forma absoluta, mas também porque os cidadãos, podem fragmentar-se em preocupações individuais e grupais, podendo considerar todas as instâncias do Estado etéreas e até hostis, e acarretar instabilidade ao sistema.

O cidadão tem, assim, um papel crucial no processo da escolha democrática, quer porque se pronuncia no ato eleitoral, quer porque deveria permanecer vigilante durante o mandato.

Por outro lado, os representantes do povo, como governantes, no seu exercício de funções, por vezes promovem a desvinculação da generalidade das pessoas, o que contribui, por sua vez, para uma omissão cívica por parte dos cidadãos. Indiretamente fomentam a abstenção, o que pode conduzir a um governo autoritário, na medida em que proporcionam a ausência de contrapoderes que lhes inibem as ações desviantes.

Os governantes começaram a dar mais importância aos partidos bem como a exercerem a governação de forma mediática, onde a imagem é a sua principal preocupação. É nesta linha

de pensamento que Schumpeter¹²¹, um dos principais representantes da teoria elitista, considera que a democracia é apenas um mecanismo de mercado: os eleitores são consumidores e as elites ou dirigentes são as portadoras da racionalidade política e os únicos sujeitos capazes de tomar decisões, cabendo aos indivíduos comuns a sua participação limitada ao voto.

Shumpeter, defende que uma abstenção alta pode definir satisfação do eleitorado com o sistema. Na sua opinião, o importante não é mobilizar o eleitorado na sua totalidade, mas apenas criar competitividade entre as elites, pelo que, a participação eleitoral é a única forma de garantir essa mesma competição com o apoio popular.

Defende também que a democracia é o sistema institucional que reserva a política para os políticos e a esfera privada para os cidadãos.

A teoria elitista ou teoria de Schumpeter, defende uma participação baixa, uma vez que a competição dos partidos é conseguida com níveis baixos de participação. Por sua vez, podemos pensar que altos níveis de abstenção podem gerar um problema de legitimidade do sistema, na medida em que só uma pequena percentagem vota, representando a democracia em eleições livres e competitivas.

No Estado moderno, o voto e a participação política são a garantia de que a era da opressão e do livre arbítrio, foi ultrapassada. O voto é, assim, um dever cívico, um compromisso de cada um com a coletividade. O cidadão, ao tomar a atitude de se recusar a participar politicamente, isso pode ser entendido como um ato imoral, na medida em que bloqueia o único “caminho” autorizado que leva à promoção do bem comum. Assim sendo, a convergência das vontades humanas não pode prosperar sem a participação de todos os

¹²¹ J. SCHUMPETER, *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1984.

cidadãos. Convém também lembrar que foi árdua a luta pela universalização do direito de participação política pelo meio do voto, tal como podemos ver através da história.

Charles Taylor¹²² apresenta a modernidade como um projeto permanente de autoconstrução. O crescimento das assembleias que se multiplicaram no período das revoluções inglesas e francesa, são exemplos da manifestação da vontade geral e do Estado moderno. Taylor defende que a sociedade democrática está “doente” devido a três males: o individualismo, o desencanto pelo mundo, relacionado com uma racionalidade tecnológica e instrumental e, por último, uma perda da liberdade. Defende assim que os indivíduos têm de desenvolver, de forma autêntica, as suas identidades humanas. Sem formas de configuração moral, não há como os cidadãos se posicionarem politicamente frente aos problemas que ocorrem no espaço público, ou seja, como praticar o bem comum.

Segundo Fukuyama¹²³, “a democracia representativa teria atingido um grau de maturação e de enraizamento tal, nos principais países ocidentais, que a tarefa das gerações futuras seria apenas preservá-la e não inová-la como instrumento fundamental para a gestão da vida coletiva”. E não é o que está a acontecer, pois, o que se verifica é uma cada vez maior distância dos eleitores face ao sistema político, evidenciado na abstenção eleitoral.

O esvaziamento dos partidos políticos e dos sindicatos provoca a falta de entusiasmo das gerações presentes e contribui para o desinteresse que as atuais gerações têm em manter o “edifício” político moderno.

“As primeiras décadas do século XXI, sugerem que para muitos e em muitas democracias, a perceção do voto e da participação política como um direito, um privilégio

¹²² C. TAYLOR, *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*, Harvard University Press, Cambridge, 1989.

¹²³ F. FUKUYAMA, *O fim da história e o último homem*, Rocco, Rio de Janeiro, 1992.

conquistado com muita luta, vai dando lugar a uma sensação de que eles constituem antes um dever, um ónus que lhes foi imposto”¹²⁴. Dá a sensação de que as novas gerações, estão a esquecer-se do que custou às gerações anteriores conquistar o direito à participação política.

A abstenção eleitoral e o esvaziamento dos organismos da ação política podem colocar em risco as premissas de base do projeto político da modernidade, sendo o individualismo o principal responsável pela corrosão do sistema.

Por sua vez, as novas tecnologias colocam em risco as formas de sociabilidade ao promoverem o individualismo exagerado, diminuindo o convívio social e por sua vez a participação política.

Para os antigos, os ideais de liberdade, justiça e felicidade, passavam pela ética e pela política de forma a ir ao encontro do fim último que era o bem comum. Para os modernos, o dever, a obediência e a responsabilidade passam por vincular a moral e a política ao interesse privado, esquecendo o bem comum.

Sartori afirma: “Enquanto forma política, a democracia tem de reduzir a vontade múltipla de milhões, dezenas e até centenas de milhões de pessoas dispersas numa única autoridade e isso significa que as condições segundo as quais uma sociedade democrática deve atuar são apenas uma aproximação remota das condições ótimas encontradas em grupos primários e comunidades pequenas e integradas. Entre uma democracia cara a cara e uma democracia em larga escala existe um abismo imenso. (...) Portanto, se ainda temos uma democracia no

¹²⁴ JOSÉ GARCEZ GHIRARDI, LUCIANA GROSS CUNHA, “O voto do silêncio: Abstenção eleitoral, representação da Cidadania e participação política na pós-modernidade”, *Revista Direito Mackenzie*, vol.6, nº1, pp.160-169.

sentido político, não podemos esperar da desajeitada democracia de larga escala o que podemos esperar das “microdemocracias”¹²⁵

O que Sartori pretende dizer é que quanto maior a unidade, mais difuso é o controlo do cidadão individual.

Sartori acredita que o facto de alguns segmentos dispersos na multidão não se manifestarem apenas contribui para a classificação da democracia como um sistema tolerante.

Sartori, inspirado pela teoria de Schumpeter, explicita o desinteresse dos indivíduos nas democracias representativas: “O cidadão típico cai para um nível mais baixo de atividade mental assim que entra no campo político. Argumenta e analisa de uma forma que reconheceria imediatamente como infantil na esfera de seus interesses reais. Torna-se primitivo outra vez. O seu pensamento torna-se associativo e afetivo.”¹²⁶

Isto porque a nossa atividade mental reduz-se quando saímos da nossa zona de conforto ou mesmo dizer do território onde atuamos, pois só dominamos aquilo sobre o qual temos experiência.

Sartori defende que relações políticas autênticas e efetivas só são possíveis em pequenos e intensos grupos ou em grupos de elite, pois “poucos fazem melhor, e contam mais, do que muitos passivos, inertes, apáticos e não-participantes”¹²⁷

Além disso, se aqueles que protestam não forem a maioria das populações, eles são importantes como contrapesos ao poder, e como forma de diminuir utilmente o excesso de inércia do cidadão passivo, equilibrando o conjunto e desempenhando um papel positivo para

¹²⁵ S. GIOVANI, *A teoria da democracia revisitada*, Editora EA, São Paulo, 1994, pag. 33.

¹²⁶ *Ibid.*, pag.150 e 151.

¹²⁷ *Ibid.* pag.160.

a estabilidade da democracia representativa (mesmo que esta não seja essa a intenção dos que protestam).

Assim, na opinião de Sartori, a abstenção eleitoral interfere pouco, ou quase nada, na legitimidade das democracias contemporâneas. A contagem numérica das eleições é lateral, já que a própria participação é secundária, (pois a perceção política do cidadão é volátil e confusa). O que interessa para a legitimidade do sistema são os valores das elites dirigentes ou de quem governa. A participação é apenas um apoio para a democracia.

Assim, ainda que a esfera do alheamento eleitoral seja grande em termos quantitativos, não possui poder suficiente para afetar a estabilidade da democracia ou deslegitimar o poder.

Seymour Lipset¹²⁸ interpreta o comportamento dos eleitores em sentido semelhante ao de Sartori. O autor tenta demonstrar o funcionamento da democracia como uma articulação entre conflito e consenso, que permite a expressão das diferenças mediante consenso quanto às regras do jogo.

Nesta afirmação, pode conjecturar-se que, sendo o voto uma manifestação de aceitação com as regras do jogo, a abstenção seria uma demonstração de dissenso. Porém, para Lipset, abstenção eleitoral (e ele refere especificamente abstenções, e não votos em branco ou votos nulos) não é um problema, mas sim uma demonstração ainda mais intensa da aceitação da população em relação aos rumos da política e ao sistema, de forma tão absoluta que o eleitor não sente necessidade de estar presente.

¹²⁸ S. LIPSET, *O homem político*, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1967.

Para Lipset, no fundo, quem não participa aceita o sistema, ou seja, os indícios de fragilização da legitimidade não estão na abstenção eleitoral, mas sim em votos de oposição, protesto, extremistas, ou nas queixas e manifestações populares.

Isto fica evidente quando ele afirma que “a crença de que um alto grau de participação é sempre benéfico para a democracia não é válida. Um crescimento no nível de participação pode refletir um declínio da coesão social e indicar a falência do processo democrático; enquanto uma democracia estável pode sustentar-se na crença geral de que os resultados de uma eleição não farão muita diferença numa sociedade”.

Lipset defende ainda que o conflito e a mudança são fatores que suscitam muito mais interesse nos cidadãos do que a conservação e a manutenção de determinado sistema. Crises e mudanças possuem um apelo público maior à votação. Assim, a ausência de interesse, inclusive pela abstenção eleitoral, seria um indício de *estabilidade* da democracia representativa.

Neste sentido, Lipset considera saudável para a democracia que os indivíduos não sejam muito comprometidos politicamente. Ao que tudo indica, a ausência de conflito legítima qualquer poder, contribuindo para a ordem pública.

Em 1966, Almond e Verba¹²⁹, noutro tipo de perspetiva, consideraram o sistema de democracia representativa a mais evoluída das formas de governo. Mesmo assim, admitem tratar-se de um sistema que pode existir precariamente. As relações de conformidade e inconformidade entre a estrutura política e a cultura - entre o sistema político e eleitorado - são apresentadas numa escala que é vista como uma expressão de estabilidade/instabilidade. Ao deslocar a atenção para a esquerda, o regime é caracterizado por uma situação de adesão, ou seja, pela combinação harmoniosa de atitudes e instituições. Se a atenção se volta para a coluna direita, a relação é de alienação.

¹²⁹ G. ALMOND e S. VERBA, *The civic culture*. Boston, Little, Brown and Company Inc., 1965.

Almond e Verba afirmam que a estabilidade política é composta por *consciencialização* e *ação moderada*. Por ação moderada entende-se disponibilidade nos momentos requisitados institucionalmente para participar – na forma de voto, e não mais do que isto. Os valores compartilhados por este tipo de sociedade ajudariam os indivíduos a não interferir no mandato.

Assim, sendo a legitimidade uma forma de reconhecimento, Almond e Verba afirmam que, se a esfera dos votos válidos permanece, a abstenção eleitoral não a deslegitima, pois a omissão de uns não pode anular a escolha de outros. Se a consciência política não se materializa em votos, esta situação não é democraticamente ideal, mas também não é deslegitimadora, na medida em que o eleitor tem sempre a opção de votar, já que este direito não lhe é vedado e não em situações excepcionais como atrás já referimos.

A “pedra” fundamental da legitimidade democrática encontra-se, portanto, na mistura de padrões comportamentais na população. A legitimidade é a base de qualquer autoridade política democrática, e a sua natureza está na formação de consenso, construindo aceitação popular do poder político.

A abstenção eleitoral não é considerada um elemento de conflito no interior da estrutura eleitoral. O que poderia abalar a legitimidade de um governo para Almond e Verba seria um desequilíbrio na relação entre poder e *accountability*.¹³⁰ ou seja, a base da legitimidade é uma “ética da responsabilidade”. O que prejudica a legitimidade de um governo é a falta de credibilidade e sensibilidade dos líderes, a má organização e precariedade dos sistemas de responsabilidade e a confiança, independente da população perceber isso ou não.

¹³⁰ Significa que os governantes tem de “prestar contas” aos eleitores seguindo uma ética de responsabilidade, capacidade de governar e a qualidade das elites.

O pensamento dos autores resume-se no seguinte: “o cidadão democrático é requisitado para concretizar objetivos contraditórios: deve ser ativo ao mesmo tempo que deve ser passivo; envolvido, mas não muito; e exercer influência, mas não deferência”¹³¹. Assim, para satisfazer um ideal democrático, o eleitor deverá ser participativo, informado e racional. Para estar de acordo com os limites que a realidade lhe impõe, ele deve ser passivo, pouco informado e voltado para sua esfera privada.

A democracia seria um fracasso se o comportamento dos eleitores correspondesse em género, número e grau às suas idealizações ou aspirações. Em conclusão, como os próprios autores argumentam, “pode simplesmente não valer a pena ser um bom cidadão”¹³² já que a maioria dos interesses do cidadão comum (que não é o cidadão ideal) não é de cariz político. O cidadão comum não se identifica e nem acompanha a complexidade dos eventos políticos (os assuntos são demasiados e com alto grau de complexidade que distancia o cidadão comum) e além disso, ele possui outras necessidades e objetivos individuais, mais importantes do que questões públicas.

A melhor forma de se materializar uma democracia representativa seria, portanto, que existissem altos níveis de perceção e baixos níveis de ação. Nesta perspetiva, as eleições são a manifestação máxima de uma atividade mental e uma passividade comportamental na política democrática.

De entre os autores que privilegiam a qualificação do eleitorado, Almond e Verba defendem que o limite do eleitor é votar.

¹³¹G. ALMOND e S. VERBA, *The civic culture*, pp.343-344.

¹³² *Ibid.*, pag.340.

Autores como Lipset, Sartori, Huntington¹³³ e Almond e Verba, defendem que a estabilidade das democracias representativas está entre outros aspetos, em aceitar um cenário político de desigualdade estrutural. Os outros autores a serem abordados daqui em diante criticam este tipo de pensamento, ao enfatizarem a qualidade da dimensão participativa, que inclui acompanhamento de mandatos e interferência política quotidiana. A abstenção eleitoral seria, para esses autores, um problema à democracia.

Segundo Huntington, o fenómeno da abstenção estaria, também, ligado à rebeldia das novas gerações e ao facto da esfera privada desmotivar os interesses pela esfera pública, levando a uma mentalidade “individualista” e a uma alienação voluntária do processo político. Este comportamento foi ainda reforçado pelas instabilidades económicas – o impacto de uma economia em crise reflete-se no interesse político.

Na sua opinião, as ameaças à legitimidade não estariam, na passividade da abstenção eleitoral, muito pelo contrário, estariam na atividade política extraeleitoral, no aumento cada vez maior de críticas e diligências sobre o governo e o Estado, principalmente durante os mandatos, como protestos, manifestações, greves e todo tipo de revoltas encetadas pelos cidadãos.

No fundo, Huntington preocupa-se com o problema da “governabilidade” de um país, e a abstenção eleitoral não é um obstáculo para isso. A participação não-institucional (ou seja, a expressão política além dos votos) pode ser um forte elemento deslegitimador. Assim, são os protestos políticos de grupos organizados, e não a abstenção eleitoral (que é o resultado de ações individuais isoladas em eleições), que fragilizam a democracia representativa.

¹³³ S. HUNTINGTON & J.M.NELSON *No Easy Choice, Political Participation in Developing Countries*, Harvard University Press, Cambridge, 1976.

Samuel Huntington, tal como Lipset, também partilha da ideia de que o povo definitivamente se faz mais presente, em momentos de crise, ao definir “desobediência civil” como uma alegação de se estar moralmente certo ao desobedecer uma lei que está moralmente errada. Uma atitude que desafia a autoridade do governo está relacionada ao protesto extraeleitoral e à insatisfação racional direcionada, nunca à apatia ou à alienação. A abstenção eleitoral, isoladamente, pode ter impacto sobre a legitimidade do governo, principalmente se os índices forem muito altos, mas não rompe com as estruturas do Estado, nem do regime, nem da comunidade política¹³⁴

Até ao momento foram elencadas opiniões de alguns autores sobre o impacto não negativo da abstenção eleitoral e sobre a legitimidade da democracia representativa.

Contudo existem outras opiniões e argumentos que julgam a autoexclusão em escolhas eleitorais algo negativo para a democracia que veremos daqui em diante.

Os regimes democráticos, de uma maneira geral, passam por um processo de adaptação a duas mudanças fundamentais. Por um lado, as mudanças nos valores e interesses dos cidadãos, que por sua vez, se relacionam com uma perda de peso dos partidos políticos e a identificação com eles: a conseqüente individualização da política provoca, provavelmente, uma visão mais crítica dos partidos e dos governos. Por outro lado, as mudanças na economia, que afetam as políticas e os resultados possíveis dos governos, que assim têm mais dificuldade para satisfazer as necessidades sociais e sobretudo, para se ajustarem às prioridades dos eleitores e cumprimento das suas promessas.¹³⁵

¹³⁴ Cf. S. HUNTINGTON, *The Crisis of Democracy*, New York University Press, 1975, pag. 85.

¹³⁵ L. BOUDON, *Los partidos y la crisis de representación en América Latina, los casos de Colombia, México e Venezuela., Contribuciones*, Buenos Aires, n.157, 1998.

Estas mudanças explicam provavelmente a existência, em todos os países democráticos, de um clima de relativa insatisfação e desconfiança nos partidos políticos e nos resultados dos governos que, por sua vez, se reflete na abstenção eleitoral que ao alcançar elevados índices já colocará em risco a legitimidade da democracia.

A consolidação democrática não depende unicamente da existência de partidos ou de um sistema partidário institucionalizado e forte. Fatores como o desempenho económico, a cultura política, os padrões de desenvolvimento histórico, a intensidade das desigualdades económicas e sociais, bem como a dependência externa num contexto da globalização, são algumas das variáveis relevantes em qualquer análise de construção democrática.¹³⁶

Estudos baseados em pesquisas mostram que o decréscimo da confiança nos políticos e nas instituições é uma tendência global, afetando não apenas as democracias mais recentes em países em desenvolvimento, como também aquelas consolidadas.¹³⁷

O fenómeno da abstenção ou a baixa participação política também está relacionado com a dinâmica das relações de consumo. Estas relações alteraram-se na visão de Bauman¹³⁸, passando de uma sociedade de produtores (sociedade esta direcionada para a segurança, com aposta num ambiente confiável, com apego às coisas seguras e resistente ao tempo) para uma sociedade de consumidores. Os desejos eram orientados para aquisição de poder e de bens com grande visibilidade na sociedade, pois o tamanho dos bens evidencia o poder e o *status*.

A sociedade passou de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, em que o homem contemporâneo vive imerso em incertezas, falta de padrões e modelos, tem uma

¹³⁶ M. BAQUERO, *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

¹³⁷ P. NORRIS, *Critical citizens: global support for democratic governance*, Oxford University Press, Oxford, 1999.

¹³⁸ B. ZYGMUNT, *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2008.

visão materialista da vida e é orientado para o consumismo exacerbado, o que faz com que o cidadão se distancie da sua comunidade, descurando o principal objetivo da democracia que é a busca do bem comum.

Mais do que uma crise de representação, poderemos considerar que existe uma crise da política. O processo de globalização em que estamos inseridos parece conduzir à crise da política, ou melhor dizendo, do sistema de representação dos cidadãos, sobre o qual assenta a democracia moderna, afetando assim o modelo de democracia representativa vigente. O descrédito perante os partidos e os políticos, contribui para o alheamento do cidadão, que se caracteriza pela escassa identificação com os partidos, falta de legitimidade dos partidos e provoca altas taxas de abstenção eleitoral.

Podemos considerar que na maioria dos países de democracia liberal, o sistema de representação vive um processo de crise de legitimidade, expressa na abstenção eleitoral, na fraca participação político-social, apatia e nos baixos índices de filiação partidária.

Embora a democracia mantenha o estatuto de melhor forma de regime existente para a organização e o funcionamento da vida política dos vários países, a perda de credibilidade no parlamento e nos partidos em geral é uma tendência crescente. De entre as razões desta falta de confiança e descrédito, há a perceção de que as instituições são ineficientes para responder às necessidades da sociedade, e de que as motivações de grande parte dos políticos são meramente individuais e egoístas, concentrando as principais críticas dos cidadãos.

A desconfiança expressa nas instituições, e nos políticos, bem como a atitude de descrédito ou desmerecimento de alguém ou de algo, numa democracia, pode ser sinal saudável de distanciamento dos cidadãos de uma esfera da vida social sobre a qual têm pouco controlo. No entanto, se essa desconfiança for em excesso e, sobretudo constante ao longo do

tempo, pode ser prejudicial na medida em que pode significar que, tendo em conta as suas orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições como algo diferente, para aquilo para o qual existem e, neste caso, a indiferença ou a ineficiência institucional diante dos problemas, como a corrupção, a fraude ou o desrespeito dos direitos da cidadania geram suspeição, descrédito e desesperança, comprometendo a anuência, a obediência e a submissão dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social.¹³⁹

Um dos fatores que convém referir e que tem tido um contributo, ora positivo ora negativo para a democracia é, sem dúvida, o papel dos meios de comunicação social.

Se por um lado, tem tido um papel importante na divulgação da informação, na formação da opinião pública, por outro lado, tem contribuído criar nos cidadãos uma imagem por vezes negativa da política e dos políticos, provocando assim um distanciamento dos eleitores do processo eleitoral.

Por outro lado, tem tido um papel importante nos processos eleitorais, através do marketing político que vem substituindo os comícios. Contudo, uma cobertura mais ampla das campanhas, certamente poderia contribuir para uma maior participação, mas curiosamente não é o que tem acontecido, pois a abstenção tem sido crescente como se constatou pela análise feita.

Assim, os meios de comunicação social têm uma função nas sociedades democráticas como a difusão dos valores, atitudes, opiniões e comportamentos políticos facilitando a tomada de consciência por parte do eleitorado.

¹³⁹ JOSÉ ÁLVARO MOISÉS, “Cidadania, confiança e instituições democráticas” São Paulo, *Lua Nova* n.65,2005, pp 71-94.

O papel dos *media* na democracia tem sido objeto de estudo de alguns autores como Manin¹⁴⁰, Bourdieu, Sartori e Castels.

Para Manin, os *media* têm um papel muito relevante, uma vez que têm vindo a substituir os partidos. Para este autor, o que tem sido entendido como “crise da democracia” é o declínio das relações de identificação entre representantes e representados e a mudança para um novo modelo político, função esta que era atribuída aos partidos. Nesse modelo a representação política tinha o predomínio do parlamento e a relação representantes e representados não seria mais pessoal, mas intermediada pelos partidos, o que ele denomina de “democracia de partidos”, para um novo modelo, chamado de “democracia do público”, no qual os partidos perdem essa condição, substituindo-se pelos *media*.

Numa abordagem mais geral sobre o papel da televisão, o que se procura é o chamar à atenção para o sensacional, para a dramatização dos factos, para o agradar a todos, mas não tocam nos aspetos essenciais, nem se preocupam com os aspetos relevantes. A tendência é a banalização, a conformação, a “negligência” dos factos, sendo que a principal consequência é a despolitização. A forma como são conduzidas as campanhas eleitorais, privilegiando o *marketing*, especialmente através da televisão, é apenas consequência desse processo¹⁴¹.

No passado, os partidos apresentavam aos eleitores um programa político que se comprometiam a cumprir, no caso de alcançarem o poder. Hoje, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos passa, em vez disso, pela construção de imagens que projetam a personalidade dos líderes, pura e simplesmente. As preferências dos cidadãos acerca das questões políticas expressam-se cada vez mais frequentemente por intermédio das pesquisas

¹⁴⁰ B. MANIN, As metamorfoses do governo representativo, São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.29, 1995.

¹⁴¹ P. BOURDIEU, *Sobre a televisão*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1997.

de opinião e das organizações que visam fomentar um objetivo particular, mas não têm a intenção de se tornar governo. A eleição de representantes já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas. Por último, a arena política vem sendo progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. Os políticos chegam ao poder por causa das suas aptidões, da sua imagem e da sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores, nem pelos seus programas, não sendo essa a sua preocupação. O abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar a aumentar¹⁴²

Existe não apenas uma crise de representação, no sentido de que os representantes efetivamente não representam aqueles por quem foram eleitos, mas também, analisando o crescimento da abstenção e a diminuição da participação eleitoral na Europa, da própria democracia e, conseqüentemente, há uma clara crise de legitimidade.¹⁴³

As novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoleto o sistema partidário existente e o atual regime de concorrência política como mecanismos adequados de representatividade política na sociedade em rede. Isso tem levado à volatilidade eleitoral, ao desaparecimento gradativo dos partidos e à importância decisiva dos *media* nos processos eleitorais. (...) a tendência global parece indicar ou confirmar, ao longo do tempo, a proporção decrescente de votos para os partidos.¹⁴⁴

Quanto à crise de legitimidade, o autor afirma que um dos seus componentes essenciais consiste na incapacidade do Estado cumprir com os seus compromissos como Estado de Bem,

¹⁴² B. MANIN, *As metamorfoses do governo representativo*, pag. 1.

¹⁴³ M. CASTELLS, *O poder da identidade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2001.

¹⁴⁴ *Ibid.*, pp. 407-408.

desde a integração da produção e do consumo, com um sistema globalmente independente e os respetivos processos de reestruturação capitalista ¹⁴⁵

A rejeição pela classe política e pelos partidos constitui-se num outro sintoma da crise que sofrem as instituições democráticas e contribui para explicar porque é que uma porção importante do eleitorado “opta por não escolher” e optou por dar outra função aos seus votos. Fica claro o cansaço coletivo perante a persistente recessão económica, o aumento do desemprego e os reiterados escândalos de corrupção nas altas esferas governamentais.

Essa rejeição expressa nas altas taxas de abstenção eleitoral, não representa para o autor um voto contra o regime democrático, mas sim contra os mecanismos tradicionais de mediação e representação política.

Sartori¹⁴⁶, ao analisar os efeitos do que chama de vídeo-política nas eleições, mostra como há uma personalização, que leva à despolitização do debate político, substituído pelo espetáculo. Segundo o autor, na essência, as eleições, especialmente as mais concorridas, como as presidenciais, são configuradas como um espetáculo, um *show business*, no qual a informação aparece apenas como um “resíduo”. Tudo isso, na sua ótica, põe em “perigo” a própria democracia.

O facto de os partidos perderem a importância diante de outras formas de mediação e produção de imagens, especialmente a televisão, fez com que a política se desenvolvesse no campo mediático, onde atuam novos atores, como líderes, empresas, grupos de opinião etc.

Este é um aspeto significativo da crise de representação política: o facto de que, para triunfar eleitoralmente e estabelecer uma liderança sólida, é muito mais relevante a construção

¹⁴⁵ *Ibid.* pag. 401.

¹⁴⁶ G. SARTORI, *Homo Videns: Televisão e pós-pensamento*, Editora Sagrado Coração, Bauru, 2001, 2º cap.

da imagem do líder do que a organização dos militantes ou a apresentação de um programa partidário, podendo ser este até um obstáculo.

A alta abstenção eleitoral pode contribuir para elevar o risco de ditadura, ou regime totalitário, tendo em conta que à “fraca” expressão da vontade do povo soberano corresponderá a ocupação desse nicho vazio pelos mais fortes, que resultará na diminuição da liberdade, da igualdade e da fraternidade entre as pessoas.

Em boa parte das democracias ocidentais registam-se altas taxas de abstenção em eleições presidenciais ou parlamentares, como vimos atrás, destacando-se como exemplos a França, Suíça, o Reino Unido e fora da Europa os EUA e o Brasil. Isto leva-nos a pensar novas formas e novos modos de “construir” os elementos constitutivos do Estado e da Cidadania.

Ora, o funcionamento da democracia funda-se na conexão entre a legitimidade política e a vontade popular. A vontade geral é assim o fim último das instituições do Estado, usado sempre como a tónica principal nos discursos da modernidade.

Fatores como o atraso económico e social, a corrupção, colocam em perigo a prática da democracia, aumentam a instabilidade de um país, e da sua governação¹⁴⁷.

O atraso económico e social são objetivos subestimados pelos líderes políticos, esquecendo-se estes de que são o motor de descontentamento dos cidadãos bem como colocam em risco a democracia.

A corrupção é, em si, um produto da modernização e resultante da expansão da consciência e participação política. A corrupção é mais comum em países onde os partidos políticos têm um papel menor (exemplos Filipinas, Tailândia Brasil etc.), onde os interesses

¹⁴⁷ Discurso de Robert S. Macnamara, Montreal, Quebec 18 de Maio de 1966, *New York Times*, 19/5/1966, pag 11.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

individuais se sobrepõem aos coletivos, não obstante esta realidade já fazer parte de muitos países. A debilidade partidária é ideal para a corrupção, pois os partidos têm interesses públicos e a corrupção preconiza interesses privados.¹⁴⁸

Em suma, elencamos várias opiniões acerca dos efeitos da abstenção eleitoral sobre a legitimidade da democracia, umas complementares, outras mesmo opostas, mas nenhuma delas, nega a importância da participação eleitoral como sendo a forma que legitima a democracia. Do que se pode concluir que, elevadas taxas de abstenção poderão colocar em risco a governabilidade na democracia.

Nenhum regime político pode ser legitimado com altas taxas de abstenção, assim como taxas de abstenção menores não colocam em risco a legitimidade da democracia, na medida em que o próprio sistema assim o permite dando liberdade de escolha ao cidadão. É expectável que exista sempre uma percentagem residual de abstenção como condição de normalização do sistema de democracia representativa, haverá sempre eleitores que se abstém porque se confirme e concordem com o sistema em vigor. Um alto nível de participação também pode levar ao declínio da coesão social e à falência do sistema democrático.

Se parece existir uma crise da qualidade da democracia portuguesa, esta não é uma particularidade de Portugal mas sim, comum a todas as democracias representativas europeias no final do século XX e das mais antigas como EUA, como pudemos constatar pelos dados expostos ao longo desta dissertação.

¹⁴⁸ H. JONES FORD, *The Rise and Growth of American politics*, Macmillan, New York, 1858, pp.322-323.

Conclusões

Esta dissertação estudou a abstenção eleitoral nas eleições legislativas, presidenciais e europeias em Portugal nos últimos quarenta anos, tomando por base as hipóteses teóricas conhecidas como o modelo de Michigan, Columbia, e o modelo racional, teorias estas que foram ao longo do tempo criticadas como insuficientes para explicar por si só o comportamento eleitoral.

Foi feita a análise das taxas de abstenção nas eleições legislativas, presidenciais e europeias, considerando o seu contexto político e social. Ficou demonstrado o aumento crescente da taxa de abstenção em todas as eleições, com aumentos mais significativos em particular nas eleições presidenciais e europeias designadas por eleições de segunda ordem. As eleições legislativas consideradas de primeira ordem registaram aumentos menores nas taxas de abstenção.

A falta de empenho e interesse dos governos em reduzir a taxa de abstencionismo técnico faz com que os cidadãos tenham a ideia de elevadas taxas de abstenção quando na realidade estão inflacionadas por este fator, foram apontadas as razões que estão na origem deste problema e elencadas soluções para o resolver.

Em primeiro lugar, o estudo feito sobre a abstenção eleitoral visa contribuir para que se melhore o conhecimento do fenómeno e dar respostas às questões: Quem, Quando e Onde é a abstenção.

“Quem se abstém? “ - Conseguimos concluir que tanto eleitores favorecidos como desfavorecidos tem este comportamento, e por outro lado também se conseguiu concluir que o grupo etário que mais abstém é o dos jovens.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

“Quando?” – Ficou demonstrado nesta investigação as eleições que registaram aumentos mais significativos das taxas de abstenção, como as Presidenciais e Europeias (consideradas eleições de segunda ordem).

“Onde?” – Ficou também demonstrado que este fenómeno não é só característico de Portugal mas de muitos países da Europa e fora da Europa, em democracias consolidadas e outras mais recentes.

Em segundo lugar, deve-se continuar a apostar nas questões metodológicas e técnicas de análise para que se consiga uma correta análise da realidade e interpretação dos dados;

Em terceiro lugar, importa apontar políticas ou soluções para se minimizar este fenómeno.

O crescimento constante da abstenção eleitoral ao longo dos últimos 40 anos de democracia, em Portugal, é um fenómeno que tem contornos semelhantes em mais democracias europeias e fora da Europa.

A crise de participação que se traduz no aumento da abstenção, com que muitos dos regimes democráticos se debatem nos nossos dias, deve-se a variadíssimos fatores endógenos e exógenos. Fatores endógenos referimos: o sistema político, eleitoral, partidário, a cultura política, os usos e costumes, as características demográficas, sociais, económicas de cada país.

Fatores exógenos, referimos a diversidade institucional em cada país, o papel dos *media* na arena social e política, a existência de incentivos institucionais ao voto, avanços tecnológicos responsáveis pelas mudanças numa sociedade cada vez mais globalizada, e onde o poder é cada mais disputado e efémero.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Fatores como a competitividade das eleições, a reeleição de candidatos, a classificação das eleições em primeira e segunda ordem, o contexto eleitoral, social, económico e político influenciam a abstenção eleitoral.

Apesar das várias opiniões de diferentes autores no que toca ao impacto dos sistemas eleitorais sobre a taxa de abstenção, podemos concluir que estes tem de forma distinta influência sobre a participação eleitoral. Ambos os sistemas têm as suas vantagens e desvantagens, contudo, há a destacar que o sistema maioritário tem como principais vantagens a estabilidade governativa e a aproximação dos deputados aos seus eleitores razão pela qual motiva o eleitor a votar.

No que toca ao sistema de partidos, para além do decréscimo das filiações, falta de identificação por parte dos eleitores, do decréscimo de confiança nestas instituições, estes foram apontados como um dos responsáveis pela crise de representação, na medida em que diminuíram o seu papel no que toca à mobilização dos eleitores, descuraram a sua principal função, que é servir de intermediário entre o povo e o Estado.

Os partidos têm sido apontados como os responsáveis pelo alheamento dos cidadãos perante a política; tendo em conta que as suas principais motivações se reduzem à eleição dos seus líderes para os cargos de governo e à angariação do financiamento por parte do Estado, descurando por completo os interesses dos eleitores.

Ficou demonstrado que fatores como a obrigatoriedade do voto ou facilidades para votar, influenciam a taxa de abstenção na medida em que aumentam a participação eleitoral.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Foram elencados os efeitos da abstenção eleitoral sobre a legitimidade da democracia, concluindo-se que só altas taxas de abstenção poderão colocar em risco a legitimidade do sistema democrático.

Esta investigação visou dar uma explicação do fenómeno da abstenção com base nas variáveis individuais e variáveis sistémicas de forma correlacionada, pois não deverão ser consideradas como independentes.

As variáveis referidas mais destacadas foram: tipo de eleições, facilidades ao voto, fragmentação dos partidos, idade, o sexo, atividade profissional, sistema eleitoral, sistema de partidos, o descrédito dos partidos, a desconfiança dos eleitores nos políticos, a corrupção, os media para a explicação do fenómeno da abstenção.

O voto obrigatório, as facilidades para votar são incentivos institucionais que têm impacto na participação eleitoral, contudo, têm menor impacto sobre os eleitores mais favorecidos do que sobre os desfavorecidos, na medida em que os primeiros têm mais consciencialização sobre a política, sob ponto de vista de recursos e motivações.

A importância das eleições é também um fator que parece afetar mais os eleitores menos favorecidos com menos recursos e motivações. Estes eleitores são mais influenciados por estas variáveis contextuais, como sejam o grau de competitividade das eleições e a distinção entre governo e oposição. O impacto dos fatores contextuais é maior sobre estes eleitores, uma vez que estes são os que menos votam e como tal tem uma maior margem de crescimento para a sua participação.

Concluiu-se que se se mantiver a tendência de crescimento das taxas de abstenção, alcançando taxas muito elevadas poderá vir a colocar - se em risco a legitimidade da democracia, não obstante estarmos perante uma crise de representação, pois apesar de alguns

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

países registarem taxas de abstenção elevadas mantêm as suas democracias estáveis. De ressaltar também que uma taxa de abstenção nula não é saudável pois, a existência de uma taxa de abstenção residual é sinal de aceitação e normalização do sistema democrático.

As eleições foram, no passado, a base da atividade política. Defende-se atualmente com frequência que as eleições estão a ser substituídas por formas de participação não convencionais, tais como petições, protestos e manifestações.

Estas novas formas de participação são fruto do resultado de mudanças de valores entre os jovens, da ascensão de novos movimentos sociais e de novas preocupações e questões políticas e da crescente mobilização cognitiva dos eleitorados das sociedades industrializadas avançadas. A mobilização cognitiva é caracterizada pela participação partidária de cidadãos com maior escolaridade, maior relacionamento com os assuntos políticos, acesso a mais informação, ativismo eleitoral e participação em associações voluntárias.

De facto, há inúmeros sinais de que a incidência de formas não convencionais de protesto político aumentou entre os eleitorados de muitas democracias estabelecidas.

Países como Espanha, Finlândia, Irlanda e Portugal, que têm em comum taxas elevadas de abstenção, os abstencionistas procedem tanto de grupos favorecidos como desfavorecidos, contrariamente a outros países como Alemanha, Dinamarca, Holanda e Suécia, cujos abstencionistas advêm dos setores sociais desfavorecidos.

O efeito dos incentivos sistémicos não é o mesmo sobre todos os cidadãos bem como os incentivos individuais também variam em diferentes contextos.

É desejável uma participação eleitoral mais significativa, porque votar é uma forma única e particular de participação política, pois permite o acesso livre e garantido a todos os cidadãos seguindo os princípios de igualdade e influência, sendo a forma mais importante do

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

sistema democrático. Por sua vez, elevadas taxas de abstenção denunciam a exclusão de uma parte da cidadania.

A participação eleitoral traduz integração social e política, ou seja, as pessoas que votam sentem-se mais motivadas a participar até noutras formas de participação política.

Constatado o problema da abstenção, importa indicar medidas para diminuir este fenómeno. Medidas essas que poderão passar por aumentar os incentivos individuais à participação política de forma a aumentar o compromisso político dos eleitores (ex. campanhas dirigidas aos grupos específicos que registem altas taxas de abstenção), por promover a mobilização dos eleitores, sendo o papel dos partidos fundamental.

Os partidos devem promover a filiação de militantes através de uma aproximação local às populações, tomando conhecimento das realidades regionais, das suas gentes, das suas necessidades e projetos. Devem retomar o seu papel inicial, ou seja, defender os interesses das populações junto do Estado, ser o elo de ligação entre o povo e o Estado.

O sistema eleitoral em Portugal terá de passar por um processo transversal que inclua as organizações partidárias e seu respetivo monopólio da representação parlamentar, o processo de nomeação e escolha dos candidatos levado a cabo pelos partidos, as regras do recenseamento eleitoral, a estrutura do voto, a regulação do financiamento das campanhas e dos partidos políticos e a própria gestão do processo eleitoral.

É fundamental fomentar a estabilidade dos partidos políticos, enquanto instituições indispensáveis à democracia representativa. Estes têm necessariamente de enveredar por um processo de profunda renovação, tanto nos processos como nas práticas políticas efetivas.

Os governantes devem ser bons exemplos para os cidadãos, fazendo cumprir os seus programas eleitorais e deixar para segundo plano a sua imagem. Objetivos como a

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

prosperidade de um país e a prática do bem comum devem ser metas a alcançar pelos líderes. Só assim conseguirão o respeito e a participação dos seus eleitores.

Em relação ao estabelecer a obrigatoriedade do voto e outras facilidades para votar, ficou provado que voto obrigatório diminui a taxa de abstenção, acompanhada da imposição de sanções ao seu incumprimento. É uma medida que faz com os eleitores participem no processo eleitoral, fazendo com que sejam envolvidos no sistema.

As facilidades para votar podem ser de várias ordens, desde a implementação do voto eletrónico, à disposição de meios de transporte aos cidadãos mais isolados ou com mais dificuldades de se deslocar, como por exemplo a colocação de mesas de voto em hospitais e centros de idosos ou ainda, a marcação de duas datas para as eleições.

Também deve ser promovida a melhoria no sistema de recenseamento, de forma a eliminar a taxa de abstencionismo técnico.

A própria educação nas escolas deve contemplar programas sobre cidadania e sobre a vida política, sensibilizando os estudantes de tenra idade para o bem comum e para a participação política pois só assim se consegue construir gerações mais participativas, informadas e menos manipuláveis e direcionadas para a prática do bem comum.

É necessário trabalhar as motivações dos portugueses direcionando-as para a participação política e cabe essencialmente aos agentes políticos fazê-lo, desenvolvendo estratégias mobilizadoras e outros incentivos mais diretos à sua participação eleitoral.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “Identidade, oposição e pragmatismo: uma teoria política do voto”, *Lua Nova*, São Paulo, n.26, 1992.

ALMOND, Gabriel y VERBA, Sidney, *The Civic Culture*, Princeton University Press, Princeton, 1963.

AVRITZER, Leonardo, *A moralidade da democracia*, Perspectiva; Belo Horizonte, São Paulo, UFMG, 1996.

BACALHAU, Mário, *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses: 1973-1993*, edição Mário Bacalhau e Thomas Bruneau, FLAD, Lisboa, 1994.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; HOLZHACKER, Denilde Oliveira. Identidade, oposição e pragmatismo. O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opinião Pública*, Campinas, Unicamp/Cesop, v.10, n.2, 2004, pag.243.

BAQUERO, Marcello (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*, UFRGS, Porto Alegre, 1997.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

BAQUERO, Marcello (org)., *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

BARNES, S. H y KAASE, M. *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, Sage Publications, Beverley Hills and London, 1979.

BLAIS, André, DOBRZYNSKA, Agnieszka, Turnout in electoral democracies. *European of Journal Political Research*, n.33,, 1998, pp. 239-261.

BORON, Atílio. *A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo Contemporâneo*, Vozes/Clacso, Petropolis, 2001.

BOUDON, Lawrence. “Los partidos y la crisis de representación en América Latina: los casos de Colombia, México e Venezuela”. *Contribuciones*, Buenos Aires, n.157, 1998.

BOURDIEU, Pierre, *Questions de politique , en actes de la recherche en sciences sociales* , num. 16, 1977, pp 55-91.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1997.

BOUVERESSE, Jacques. “Abstention et participation: les déclinaisons politiques de l’absence”. In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L’Abstention électorale: apaisement ou épuisement?* Paris: François-Xavier de Guibert, 2002.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

CAMPBELL, A Converse, P. E., Miller, W. E. & Stokes, D. E.. *The american voter*, Willey, New York, 1960.

CANEDO, Leticia Bicalho(Org.). *Sufrágio Universal e a Invenção Democrática*, Estação Liberdade, São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel, *O poder da identidade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2001.

CASTILLO, Pilar del, *Comportamiento politico y electoral*, CIS, Madrid, 1994.

CRUZ, Manuel Braga da, *Politica Comparada*, Cruz Editores, Braga, 2015.

DAHL, Robert, “The city in the Future of Democracy”, *American Political Science Review* 61, 1967 pp.958-970.

DALTON, R, The decline of party identifications. In D. J. Russell & M. P. Wattenberg. *Parties without partisans*, Oxford University Press, New York, 2000, pp.19-36.

DECAUMONT, François. L’abstentionnisme dans les élections nationales sous la V. République. In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L’ Abstention Électorale: apaisement ou épuisement?* Paris: Françoise-Xavier de Guibert, 2001, pag.19-30.

DOWNS, Anthony, *Uma teoria econômica da democracia*, Edusp, São Paulo, 2000.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

DUVERGER, Maurice, *Os partidos políticos*, Zahar, Rio de Janeiro, 1987.

ELSTER, Jon. “Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, 1989.

FORD, Henry Jones: *The Rise and Growth of American politics*, Macmillan, Nueva York, 1858, pp.322-323.

FRÉDÉRIC (Orgs.). L’abstention électorale. Apaisement ou épuisement?, François-Xavier de Guibert, Paris, 2002. (Coleção Breve. Ciência Política).

FREIRE, André, Magalhães Pedro: “ A abstenção eleitoral em Portugal”, ICS, Lisboa, junho de 2002.

FREIRE, André, COSTA LOBO, Marina, MAGALHÃES Pedro, Comportamento eleitoral e atitudes políticas dos portugueses, *Portugal a Votos- eleições legislativas de 2002*, ICS, Lisboa, 2004, pag.234.

FREIRE, André, Costa Lobo, Marina , Magalhães, Pedro : “ Eleições e Cultura Política”, ICS Lisboa, 2007.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*, Rocco, Rio de Janeiro, 1992.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

GARRETON, Manuel Antonio (Org.). *Los partidos y la transformación política de América Latina*. Santiago: Clacso y Flacso, Mimeo., 1993.

GASPAR, Jorge , *As eleições para a Assembleia da República , 1979-1983*, Inst. Damião de Gois, Lisboa, 1984, pag 72.

GASPAR, Jorge e VITORINO, Nuno , *As eleições de 25 de Abril, geografia e imagem dos Partidos*, coleção Horizonte , Lisboa, 1976.

GRAY,M. & CAUL. M, Declining voter turnout in advanced industrial democracies, 1950 to 1997: the effects of declining group mobilization. *Comparative Political Studies*, 33 (9), 2000, pp. 1091-1122.

GHIRARDI, José Garcez, CUNHA, Luciana Gross, “ O voto do silêncio: Abstenção eleitoral, representação da Cidadania e participação política no pós-modernidade”. *Revista Direito Mackenzie*, pp.160-169.

HANSEN, John Mark; ROSENTONE, Steven J. *Mobilization, participation and democracy in America*, MacMillan, New York, 1993.

HELD, David. *Modelos de democracia*, Paidéia, Belo Horizonte,1987.

HIRST, Paul. *A democracia representativa e seus limites*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro,1993.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

HUNTINGTON, Samuel, *The Crisis of Democracy*, University Press, New York, 1975, pag. 85.

HUNTINGTON, Samuel . & NELSON, J.M , *No Easy Choice: Political Participation in Developing Countries*, Harvard University Press, Cambridge, 1976.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*, Princeton University Press, Princeton, 1990.

INGLEHART. R. & CATTERBERG, G., Trends in political action:the developmental trend and the post-honeymoon decline *International Journal of Comparative Sociology.*, aug. 2002, pp.300-316.

JACKMAN, Robert W., “Political institutions and voter turnout in the industrial Democracies”. *American Political Science Review*, v. 81, n.2, 1987, pp. 405-423.

JUSTEL, Manuel., *La abstencion electoral en Espanha 1977-1993*, CIS, Madrid, 1995.

LANCELOT, Alain. *L'abstencionnisme électorale en France*, Armand Colin, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, , 1968.

LANE Jan-Erik; ERSSON, Svante. *Politics and society in Western Europe*, Sage, London, 1999.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

LAWSON, Kay; MERKL, Peter. *When parties fail*. Emerging alternative organizations, Princeton University Press, Princeton, 1998.

LAZARSFELD, P. F., BERELSON, B & GAUDET, H (1944/1968). *The People's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, Columbia University Press, New York, 1944/1968.

LEBRETON, Gilles. Le parti du vote blanc: le parti du néant? In: BOUTIN, Christophe; ROUVILLOIS, Frédéric (Orgs.). *L'abstention électorale*. Apaisement ou épuisement? Paris: François-Xavier de Guibert, 2002.

LIJPHART, Arend. Unequal participation: Democracy's unresolved dilemma presidential address. *American Political Science Review*, vol.91, n.1, 1997.

LIPSET, Seymour. *O homem político*, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1967.

LOBO, Marina Costa, *Análise Social*, volume XXXI, ICS, Lisboa, 1996.

MACKIE, Thomas. T, y VALEN, Henry, *Electoral Change. Responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

MAIR, Peter, BIEZEN, Ingrid Van, Party membership in twenty european democracies, *Party politics*, 1980-2000, vol.7, n.1, 2001, pp.5-21.

MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.29, 1995.

MERTON, K & KITT, A.S . Contribution to the theory of reference group behavior. In R. K. Merton & P. F. Lazarsfeld. *Continuities in social research: studies in the scope and method of the “The American Soldier”* . Glencoe, IL: Free Press, 1950, pp.40-105.

MILBRATH, L. W., *Political participation*, Chicago, Rand-MacNally, 1981, pag. 222.

MILBRATH, L.W & MADAM LA GOEL, *Political participation: how and why do people get involved in politics?* , Rand-McNally, Chicago, 1977.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e participação*, Marco Zero/Cedec, São Paulo, 1990.

MOISÉS, José Álvaro “Cidadania, confiança e instituições democráticas, *Lua Nova*, São Paulo, n.65, 2005b.

NORRIS, Pippa (Org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*, Oxford University Press, Oxford, 1999.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

NORRIS, Pippa (Org.). *Elections and voting behaviour: new challenges*, New Perspective, Dartmouth, Ashgate, 1995, pp. 305-330.

NOVAES, A. *O esquecimento da política*, Editora Agir, Rio de Janeiro, 2007.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido*. Organização e poder nos partidos políticos, Martins Fontes, São Paulo, 2005.

PARÂMIO, Ludolfo. “Frustración de los electores y crisis de la democracia.” *Circunstancias. Revista de Ciências Sociais del Instituto de Investigación Ortega y Gasset*, n.2, 2003.

PEREA, Eva Anduiza, *Individuos o Sistemas? Las razones de la abstencion en Europa Occidental*, CIS, Madrid, 1999.

POWELL. B. Voting turnout in thirty democracies: Partisan, legal, and socio-economic influences. In R. Rose (Ed.). *Electoral participation: A comparative analysis*, CA: Sage, Beverly Hills, 1980, pp. 5-34.

REIS, António Carlos Alkimin. A participação eleitoral e seus correlatos Socioeconômicos. In: LIMA JUNIOR, Olavo B.(Org.). *Sistema eleitoral*. Teoria e prática, Rio Fundo/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1991.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

REIS, Fabio, e CASTRO, Mônica Mata Machado. “Regiões, classe e Ideologia no processo eleitoral brasileiro”, *Lua Nova*, São Paulo, n.26, 1992.

ROKKAN, Stein, “Mass Suffrage, Secret Voting and Political Participation”, *European Journal of Sociology* 2, 1961, pp. 351-357.

ROKKAN, S. *Electoral systems*. In David Sills (ed.). *International Encyclopedia of the social sciences*, Vol. 13, Collier Macmillan Publishers, London, 1972.

ROSENTONE, S., HANSEN, J. *Mobilization, participation and democracy in American*, Macmillan, New York, 1993.

SAMUELS, David. “Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato”. *Dados*, Rio de Janeiro, v.40, n.3, 1997.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*, Editora UNB, Brasília, 1982.

SARTORI, Giovanni, *A teoria da democracia revisitada*, Editora EA, 1994, pag 33.

SARTORI, Giovanni, *Homo Videns. Televisão e pós-pensamento*, Editora Sagrado Coração, Bauru, 2001.

SCHMITT, H. & HOLMBERG, S., Political Parties in decline? In Hans-Dieter Klingemann and Dieter Fuchs (eds.). *Citizens and the State*, Oxford University Press, Oxford, 1995.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1984.

SERRANO, E. “A campanha eleitoral de 2001 na televisão revisitada”: análise comparada do serviço público e dos canais privados., 2005, pp.59-78.

SUBILEAU, F. L’abstentionnisme: apolitisme ou stratégie? In N. Mayer (org.). *Les Modèles Explicatifs du Vote*, L’Harmattan., Paris, 1997, pp. 175- 198.

SUBILEAU, Françoise; TOINET, Marie-France Toinet. L’abstentionnisme en France et Aux Etats-Unis: méthodes et interprétations. In: GAXIE, Daniel (Org.). *Explication du vote*. Un bilan des études électorales en France, Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris,1989.

TAYLOR, Charles, *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*, Harvard University, Cambridge, 1989.

URBINATI, Nadia, “O que torna a representação democrática?” *Lua Nova*, São Paulo, n.67,2006.

VALDÉS, Roberto L. Blanco, Ley de bronce, partidos de hojalata: crisis de los partidos y legitimidad democrática en la frontera del fin de siglo. In: NADALES, Antonio Porras

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

(Org.). *El debate sobre la crisis de la representación política*, Editorial Tecnos, Madrid, 1996, pp.191-230.

VERBA, Sidney; NIE, Norman; PETROCIK, John. *The changing american voter*, McFraw-Hill, New York, 1999.

VERBA, Sidney Y NORMA, Nie , *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*, Harper & Row, Nueva York, 1972, cap.3 e 4.

ZYGMUNT, Bauman, *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*, Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2008.

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho

Webgrafia

<https://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/o-censo-2001-e-o-recenseamento-eleitoral-172744>.

<http://dre.pt/pdf1s/2008/08/16500/0601706038.pdf>.

<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>.

<http://www.portugal.gov.pt/pt/a-democracia-portuguesa/o-voto/o-voto.aspx>, 15/1/2017.

Constituição da República Portuguesa Sétima Revisão Constitucional – 2005, Diário da República, n.º 155 – I Série - A, de 12 de agosto de 2005, Assembleia da República – Divisão de Edições.

Discurso de Robert S.Macnamara, Montreal , Quebec 18 de Maio de 1966, New York Times, 19/5/1966, pag 11.

www.cne.pt.

www.ine.pt

A abstenção eleitoral em Portugal
nas eleições Legislativas, Presidenciais e Europeias,
dos últimos 40 anos.

Lurdes Viana Carvalho